



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

CONTA 2012

DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

VOLUME I

Relatório

FUNCHAL

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

2013



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

CONTA 2012

DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

VOLUME I

Relatório

FUNCHAL

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

2013

ÍNDICE

ÍNDICE.....	i
ÍNDICE DE QUADROS	v
ÍNDICE DE GRÁFICOS	viii
1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL EM 2012	4
2.2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA	5
2.2.1. POLÍTICA ORÇAMENTAL EM 2012	6
2.3. SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA REGIONAL	7
3. CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL.....	11
3.1. ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA	11
3.2. ÓTICA DA CONTABILIDADE NACIONAL	15
4. RESULTADO DA CONTA	18
5. PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....	20
6. RECEITA.....	22
6.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS	22
6.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	23
6.2.1. RECEITAS FISCAIS	25
6.2.1.1. IMPOSTOS DIRETOS	25
6.2.1.1.1. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS).....	26
6.2.1.1.2. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (IRC).....	27
6.2.1.2. IMPOSTOS INDIRETOS	27
6.2.1.2.1. IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)	29
6.2.1.2.2. IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	30
6.2.1.2.3. IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (ISV)	30
6.2.1.2.4. IMPOSTO SOBRE O ÁLCOOL E AS BEBIDAS ALCOÓLICAS (IABA)	31
6.2.1.2.5. IMPOSTO DO SELO (IS)	31
6.2.1.2.6. OUTROS IMPOSTOS INDIRETOS	31
6.2.2. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	31
6.2.2.1. TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO	32
6.2.2.2. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA	32
6.2.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL.....	33
6.2.4. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	34
7. DESPESA.....	35

7.1.	ENQUADRAMENTO	35
7.2.	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS	38
7.2.1.	POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	38
7.2.2.	POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	40
7.2.3.	POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	41
7.3.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	43
7.3.1.	POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	44
7.3.2.	POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	47
7.3.2.1.	DESPESAS COM O PESSOAL	49
7.3.2.2.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	50
7.3.2.3.	SUBSÍDIOS	51
7.3.2.4.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	51
7.3.2.4.1.	TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	53
7.3.2.4.2.	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES	53
7.3.2.5.	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	55
7.3.2.6.	ATIVOS FINANCEIROS	55
7.3.2.7.	SERVIÇO DA DÍVIDA	56
7.3.3.	POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	56
7.3.3.1.	FUNÇÕES SOCIAIS	58
7.3.3.2.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	59
8.	INVESTIMENTOS DO PLANO	61
8.1.	INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	64
8.2.	INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	65
8.3.	INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	66
9.	ANÁLISE DOS SUBSETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	68
9.1.	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA	69
9.2.	PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL	70
9.3.	VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL	71
9.4.	SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS	74
9.5.	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	77
9.6.	SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES	80
9.7.	SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS	83
9.8.	SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	85
10.	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS	88
11.	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	90
11.1.	INTRODUÇÃO	90
11.2.	RECEITA - SFA	94
11.3.	DESPESA-SFA	99

11.4.	RECEITA-EPR	105
11.5.	DESPESA - EPR	107
12.	SETOR EMPRESARIAL DA RAM	110
12.1.	SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO SERAM	110
12.1.1.	ATIVO	110
12.1.2.	PASSIVO	111
12.1.3.	CAPITAIS PRÓPRIOS.....	112
12.2.	SITUAÇÃO ECONÓMICA DO SERAM.....	113
12.3.	EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO SERAM.....	115
12.4.	IMPORTÂNCIA DO SERAM PARA A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO NA REGIÃO	116
13.	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	118
13.1.	SÍNTESE DO BALANÇO DE ATIVIDADE	118
13.2.	ENCARGOS PLURIANUAIS	119
14.	DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	120
14.1.	DÍVIDA DIRETA	120
14.1.1.	CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	120
14.1.2.	ENCARGOS COM A DÍVIDA	121
14.1.3.	TAXA DE JURO IMPLÍCITA DA DÍVIDA DIRETA	122
14.1.4.	SALDO DA DÍVIDA DIRETA	122
14.2.	DÍVIDA INDIRETA	124
14.2.1.	BASE LEGAL PARA A CONCESSÃO DE AVALES PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ...	124
14.2.2.	AVALES CONCEDIDOS E ASSUMIDOS	124
14.2.3.	RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS VERSUS RESPONSABILIDADES EFETIVAS.....	125
14.2.4.	PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE GARANTIAS	126
14.2.5.	COMISSÕES SOBRE AVALES PRESTADOS PELA REGIÃO	126
14.3.	DÍVIDA ADMINISTRATIVA	127
15.	AUTARQUIAS LOCAIS.....	129
16.	SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL	131
16.1.	INSPEÇÃO REGIONAL DE FINANÇAS (IRF)	131
16.1.1.	ATIVIDADES PREVISTAS	131
16.1.2.	ATIVIDADES REALIZADAS 2012	131
16.1.3.	CONCLUSÕES.....	132
16.2.	DIREÇÃO REGIONAL DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	134
17.	FUNDOS COMUNITÁRIOS – RAM	136
17.1.	EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS.....	136
17.1.1.	QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO 2000-2006.....	136
17.1.2.	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013.....	138

17.2.	CONTROLOS REALIZADOS EM 2012	142
17.2.1.	PO INTERVIR+ - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ECONÓMICO E COESÃO TERRITORIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	142
17.2.2.	PO RUMOS - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....	143
17.3.	VERIFICAÇÕES NO ÂMBITO DO ARTIGO 13.º DO REGULAMENTO N.º 1828/2006 NO ANO 2011	
	143	
17.3.1.	PO INTERVIR+ - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006	143
17.3.2.	PO RUMOS - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006	145
17.3.3.	POVT - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006	146
17.3.4.	PCT-MAC 2008-2013 - VERIFICAÇÕES FÍSICAS, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006	146
18.	CONCLUSÃO.....	148
	LISTA DE ABREVIATURAS	149

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL (TAXA DE VARIAÇÃO).....	4	QUADRO 28 – ABERTURAS DE CRÉDITOS ESPECIAIS EM 2012	39
QUADRO 2 - PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA (TAXA DE VARIAÇÃO REAL).....	5	QUADRO 29 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	40
QUADRO 3 - REPORTE DO DÉFICE E DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	6	QUADRO 30 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	41
QUADRO 4 – COESÃO REGIONAL.....	7	QUADRO 31 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	42
QUADRO 5 – RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DA RAM	8	QUADRO 32 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 2012	43
QUADRO 6 – TAXA DE INVESTIMENTO APARENTE (FBCF / VAB)	9	QUADRO 33 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EFETUADAS (2010-2012)	43
QUADRO 7 – ESTATÍSTICAS DO EMPREGO DA RAM	9	QUADRO 34 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	45
QUADRO 8 – PREÇOS E SALÁRIOS.....	10	QUADRO 35 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (2011-2012)	46
QUADRO 9 – CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2012.....	12	QUADRO 36 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	47
QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2011 – 2012).....	13	QUADRO 37 - DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (2011-2012)	48
QUADRO 11 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2012	13	QUADRO 38 – DESPESAS COM O PESSOAL (2011-2012) ..	49
QUADRO 12 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, 2012.....	14	QUADRO 39 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (2011-2012)	50
QUADRO 13 - CONTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL – 2012 (ÓTICA DE CONTAS NACIONAIS)	15	QUADRO 40 – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, 2012	51
QUADRO 14 - QUADRO 2 DA NOTIFICAÇÃO DO PDE DE MARÇO 2013	16	QUADRO 41 – TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS EFETUADAS, 2012	52
QUADRO 15 - RESULTADO DA CONTA DA RAM (2008-2012)	18	QUADRO 42 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2012.....	54
QUADRO 16 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE DO PROGRAMA – SALDO EM CONTABILIDADE PÚBLICA.....	21	QUADRO 43 - ATIVOS FINANCEIROS (2012)	55
QUADRO 17 - FINANCIAMENTO DO PROGRAMA.....	21	QUADRO 44 - SERVIÇO DA DÍVIDA (2011-2012)	56
QUADRO 18 – RECEITAS DE 2012.....	22	QUADRO 45 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2012, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL.....	57
QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS (2010-2012).....	23	QUADRO 46 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2011-2012)	57
QUADRO 20 – RECEITAS EFETIVAS (2011 – 2012)	24	QUADRO 47 - PIDDAR 2012 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL	61
QUADRO 21 – IMPOSTOS DIRETOS (2010-2012)	26	QUADRO 48 - PIDDAR 2012 - DESPESA POR PROGRAMAS E DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL.....	62
QUADRO 22 - IMPOSTOS INDIRETOS (2010-2012)	28	QUADRO 49 - PIDDAR 2012 – ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR PRIORIDADES	63
QUADRO 23 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	32	QUADRO 50 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO (2009-2012)	63
QUADRO 24 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DA U.E., POR FUNDOS COMUNITÁRIOS	33		
QUADRO 25 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL	33		
QUADRO 26 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS POR SECRETARIAS REGIONAIS (2010-2012) .	34		
QUADRO 27 – ORÇAMENTO RETIFICATIVO, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA E ECONÓMICA.....	38		

QUADRO 51 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR DEPARTAMENTOS (2011-2012)	64
QUADRO 52 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	65
QUADRO 53 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR FUNÇÕES	66
QUADRO 54 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - ALM	69
QUADRO 55 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - ALM	69
QUADRO 56 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - PGR	70
QUADRO 57 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - VP	71
QUADRO 58 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA VP	72
QUADRO 59 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - VP	73
QUADRO 60 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRF	74
QUADRO 61 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRF	75
QUADRO 62 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRF	76
QUADRO 63 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRA	77
QUADRO 64 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRA	78
QUADRO 65 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRA	79
QUADRO 66 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRTT	80
QUADRO 67 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRT	81
QUADRO 68 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRTT	82
QUADRO 69 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRAS	83
QUADRO 70 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRAS	84
QUADRO 71 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRAS	84
QUADRO 72 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRE	85
QUADRO 73 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRE	86
QUADRO 74 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRE	87

QUADRO 75 - CONTA GERAL DOS FLUXOS DAS OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS DE 2012	88
QUADRO 76 - OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS EM 2012	89
QUADRO 77 - RECEITA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2011-2012)	95
QUADRO 78 - DIVERGÊNCIA NAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL — ORAM / SFA 2012	97
QUADRO 79 - RECEITAS TOTAIS DOS SFA, DEDUZIDAS DAS TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO REGIONAL - 2012	98
QUADRO 80 - DIVERGÊNCIA NAS CONTAS DE ORDEM — ORAM / SFA 2012	99
QUADRO 81 - DESPESA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2011 E 2012)	100
QUADRO 82 - RECEITA GLOBAL DAS EMPRESAS PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (2012)	105
QUADRO 83 - DESPESA GLOBAL DAS EPR (2012)	107
QUADRO 84 - ATIVO DO SERAM, 31-12-2011 / 31-12-2012	110
QUADRO 85 - PASSIVO DO SERAM, 31-12-2011 / 31-12-2012	111
QUADRO 86 - CAPITAIS PRÓPRIOS DO SERAM, 31-12-2012 / 31-12-2011	112
QUADRO 87 - RESULTADOS ECONÓMICOS DO SERAM, 2011 / 2012	113
QUADRO 88 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO SERAM, 2011 / 2012	114
QUADRO 89 - INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS, 2011 / 2012	115
QUADRO 90 - DÍVIDA DAS EMPRESAS DO SERAM, 2011 / 2012	116
QUADRO 91 - CONTRIBUTO DO SERAM PARA A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO	117
QUADRO 92 - SITUAÇÃO DAS PPP'S A 31/12/2012	118
QUADRO 93 - ENCARGOS PLURIANUAIS DAS PPP'S	119
QUADRO 94 - AMORTIZAÇÕES, PAGAMENTOS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA DÍVIDA, POR ENTIDADES CREDORAS (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012)	121
QUADRO 95 - VARIAÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA DIRETA DA REGIÃO	122
QUADRO 96 - DÍVIDA DA RAM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	123
QUADRO 97 - AVALES CONCEDIDOS PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ENTRE 2005-2012	124
QUADRO 98 - ESTRUTURA SETORIAL DA RESPONSABILIDADE TOTAL ASSUMIDA PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ..	125
QUADRO 99 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA GARANTIDA PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ENTRE 2005-2012	125
QUADRO 100 - PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE AVALES E REEMBOLSO DE PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE AVALES (2005-2012)	126

QUADRO 101 – DÍVIDA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL A 31/12/2012.....	127
QUADRO 102 – VARIAÇÃO DA DÍVIDA ADMINISTRATIVA 2011-2012.....	128
QUADRO 103 – TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS DA RAM	129
QUADRO 104 – TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DA RAM PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS DA RAM	130
QUADRO 105 – EXECUÇÃO FUNDO DE COESÃO II, 31-12-2012.....	137
QUADRO 106 – EXECUÇÃO POVT-Eixo IV, 31-12-2012	140

QUADRO 107 – EXECUÇÃO PCT-MAC (RAM), 31-12-2012	140
QUADRO 108 – EXECUÇÃO PCT-MAC (RAM), 31-12-2012	142
QUADRO 109 – VERIFICAÇÕES NO LOCAL REALIZADAS NO ANO 2012	144
QUADRO 110 - VERIFICAÇÕES NO LOCAL REALIZADAS NO PERÍODO DE 2009-2011 – AG	144
QUADRO 111 - VERIFICAÇÕES NO LOCAL NO ANO 2012 PELA AG	145
QUADRO 112 - VERIFICAÇÕES NO LOCAL 2008-2012 AG	146

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DO VAB, POR SETORES	8
GRÁFICO 2 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2012.....	11
GRÁFICO 3 - RESULTADO DA CONTA DA RAM.....	19
GRÁFICO 4 – RECEITAS COBRADAS (2011 – 2012)	24
GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DOS IMPOSTOS DIRETOS (2010-2012)	26
GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DOS IMPOSTOS INDIRETOS (2010-2012)	28
GRÁFICO 7 – RECEITA DE ISP E QUANTIDADES INTRODUZIDAS AO CONSUMO (2008-2012).....	29
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTAIS AUTORIZADAS E EFETUADAS (2008-2012).....	44
GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR AGRUPAMENTO ORGÂNICO (2012).....	45
GRÁFICO 10 – DESPESAS POR GRANDES AGRUPAMENTOS ECONÓMICOS (2011-2012).....	49
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2012.....	52
GRÁFICO 12 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, 2012	53
GRÁFICO 13 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2012.....	54
GRÁFICO 14 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2011-2012)	58
GRÁFICO 15 – DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES SOCIAIS, 2011-2012	58
GRÁFICO 16 - DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES ECONÓMICAS, 2011-2012	60
GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO EM 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	64
GRÁFICO 18 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2011/2012, POR DEPARTAMENTOS	68
GRÁFICO 19 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - VP	72
GRÁFICO 20 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRF	75
GRÁFICO 21 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRA	78
GRÁFICO 22 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRTT	81
GRÁFICO 23 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRAS	83
GRÁFICO 24 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRE	86
GRÁFICO 25 - RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2011-2012).....	93
GRÁFICO 26 – RECEITAS CORRENTES DOS SFA EM 2012 ..	96
GRÁFICO 27– RECEITAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2012 ..	97
GRÁFICO 28 - DESPESAS CORRENTES DOS SFA EM 2012	101
GRÁFICO 29 – RECEITAS CORRENTES DAS EPR EM 2012	106
GRÁFICO 30 – RECEITAS DE CAPITAL DAS EPR EM 2012 ..	106
GRÁFICO 31 - DESPESAS CORRENTES DAS EPR EM 2012	108
GRÁFICO 32 - DESPESAS DE CAPITAL DAS EPR EM 2012 ..	108
GRÁFICO 33 - RECEITAS E DESPESAS DAS EMPRESAS PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (2012)	109

1. INTRODUÇÃO

O Orçamento da Região para 2012 foi aprovado pela Assembleia Legislativa da Madeira através do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de março de 2012, retroagindo efeitos desde 1 de janeiro do referido ano económico, dado que a execução orçamental até a entrada em vigor deste diploma se regeu pelo regime duodecimal, conforme previsto no artigo 15.º da Lei 28/ 92, de 1 de setembro, para o referido período transitório.

Por via da alteração da estrutura orgânica governativa, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2011/M, de 14 de novembro, foi definida a composição e funcionamento do Governo Regional para a legislatura 2011/2015. A nova orgânica departamental foi devidamente transposta para o Orçamento de 2012 e, por consequência, refletida na Conta deste ano económico.

No estrito cumprimento das novas exigências legais ao nível da integração orçamental das entidades a relevar no universo da Administração Pública em Contas Nacionais, foram integradas no Orçamento Regional as empresas, RAMEDM – Estradas da Madeira, S. A., PATRIRAM – Titularidade e Gestão do Património Público Regional, S. A., as Sociedades de Desenvolvimento do Norte, S. A., do Porto Santo S. A., Metropolitana de Desenvolvimento S. A. e a Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Ponta Oeste S. A., assim como a Empresa Jornal da Madeira.

Na decorrência da segunda alteração ao Orçamento do Estado, a Região ficou autorizada a contrair novos financiamentos até ao montante de 1 100 milhões de euros com a garantia do Estado e com o objetivo subjacente de executar a estratégia de regularização da dívida comercial, enquadrada no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região, em conformidade com a garantia obtida, sendo que para o efeito foram alterados os mapas I a VI, VIII, VIII e IX do Orçamento da Região através da publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 41 – A/2012/M, de 28 de dezembro.

As normas de execução respeitantes à receita e à despesa orçamental, independentemente das regras gerais, foram determinadas através do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2012/M, de 4 de julho, que contemplou um conjunto importante de regras em diversos domínios específicos, nomeadamente ao nível do controlo da despesa, da utilização das dotações orçamentais, do regime duodecimal, das alterações orçamentais, de definição de requisitos prévios à assunção de despesas de diversa natureza, de definição dos moldes em que se prestam as informações de carácter orçamental financeiro e patrimonial à Secretaria Regional do Plano e Finanças pelos serviços, serviços e fundos autónomos e empresas que passaram a integrar o universo da administração pública em contas nacionais.

No sentido de reorganizar e disciplinar a ligação entre as diversas entidades, ligadas ao reporte orçamental, financeiro e patrimonial e a Secretaria Regional do Plano e Finanças, em cumprimento do definido no diploma de execução orçamental, foram criadas unidades de gestão em cada Secretaria Regional que possuem por missão o tratamento integral destas matérias e que têm por

objetivo a validação e agregação das informações dos serviços simples e integrados, serviços, institutos e fundos autónomos e empresas que integram o universo das administrações públicas em contas nacionais (designadas por entidades públicas reclassificadas ou EPR's), sob a tutela de cada entidade.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2012/M, de 28 de agosto, procedeu à alteração do Decreto de Execução Orçamental, tendo por objetivo a clarificação de diversos normativos, incluindo situações de dúvida ao nível do reporte de informação sobre efetivos e formação profissional na administração pública regional, assim como a norma interpretativa constante do artigo 27.º.

Considerando que o ano económico de 2012 foi profundamente condicionado pela necessidade de garantir a observância dos compromissos assumidos pelo Governo Regional perante a República Portuguesa, ao nível do cumprimento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro a que a Região se vinculou, e pelo Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira ao País, face às difíceis metas orçamentais a alcançar, o Governo Regional deliberou através de resolução do Conselho de Governo, um conjunto substancial de medidas de contenção das despesas públicas plasmadas essencialmente nas Resoluções n.º 1726/2011, de 30 de dezembro, n.º 66/2012, de 15 de fevereiro, e ainda adicionalmente através da Resolução n.º 888/2012, de 16 de outubro, incidindo sobretudo ao nível dos congelamentos orçamentais determinados, conjugada com a imposição de novas limitações à assunção de encargos em todos os setores da administração regional, cujos efeitos redundaram efetivamente, na delimitação da despesa face aos objetivos orçamentais.

O ano de 2012 foi marcado pelo processo de reajustamento das finanças públicas regionais, cuja política orçamental foi balizada pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro vigente para a Região e para a República, e pela publicação e aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) a todos os sectores da Administração Pública Regional o que teve um efeito decisivo na retração da evolução da contração de encargos. A aplicação desta Lei implicou a implementação de mecanismos de controlo e de gestão dos fundos disponíveis ao nível da sua afetação e da utilização dos fundos disponíveis pelos serviços.

O cumprimento da LCPA ao impor novas regras limitativas à assunção de encargos, com base na disponibilidade de fundos disponíveis, constituiu um instrumento que permitiu a maior aproximação entre a realização de despesas e a execução orçamental da receita, reduzindo por conseguinte a acumulação de novos passivos.

Neste ano, foram alcançadas etapas importantes no sentido de dotar a administração regional direta do sistema integrado de gestão financeira e orçamental, necessárias à implementação do POCP na administração pública regional.

A Conta de 2012 prosseguiu o esforço de melhoria ao nível da prestação da informação orçamental e financeira, em conformidade com as necessidades informativas dos seus destinatários e na linha das recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas.

O ano de 2012 foi profundamente marcado pelo aprofundamento das medidas de consolidação orçamental, que implicaram o maior rigor da gestão dos recursos financeiros públicos, tendo em vista o alcance dos objetivos orçamentais de sustentabilidade das finanças públicas, de redução do défice orçamental e dos níveis de endividamento público.

A execução orçamental de 2012 desenrolou-se num contexto de agravamento da crise económica, em que a governação regional conciliou a exigência do alcance dos objetivos orçamentais com a manutenção da coesão económica e social da Região.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL EM 2012

As projeções dos indicadores económicos no início do ano de 2012 apontavam para a continuidade de um crescimento económico a nível mundial – no seguimento do último trimestre de 2011. No entanto, a aparente confiança foi-se esbatendo perante a volatilidade dos mercados financeiros e da crise da dívida soberana que afetou os diversos países das economias avançadas - fixando as perspetivas de crescimento mundial, para o ano em análise, em 3,5% - em grande medida pela continuação da dinâmica das economias emergentes e em vias de desenvolvimento.

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL (TAXA DE VARIAÇÃO)

Designação	2010	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto				
Economia mundial*	5,3	3,9	3,5	4,1
Economias avançadas*	3,2	1,6	1,4	2,0
Economias emergentes e em desenvolvimento*	7,5	6,2	5,7	6,0
EUA	2,4	1,8	2,2	1,9
Área euro	2,0	1,4	-0,6	-0,4
Alemanha	4,2	3,0	0,7	0,4
França	1,7	2,0	0,0	-0,1
Itália	1,7	0,4	-2,4	-1,3
Espanha	-0,3	0,4	-1,4	-1,5
Portugal	1,9	-1,6	-3,2	-2,3
Reino Unido	1,8	1,0	0,3	0,6
Japão	4,7	-0,6	2,0	1,4
China	10,4	9,2	8,0	8,5

Fonte: Eurostat; FMI

* 2012-2013 - projeções

Assistiu-se no decorrer do ano de 2012 ao aumento do nível de incerteza geral acompanhado da diminuição dos níveis de confiança dos agentes económicos – com diferenças verificadas entre os diversos países – mas que foram agravadas nos países alvo de processos de ajustamento, dadas as medidas adotadas que contribuíram para a manutenção da recessão económica. De modo geral, quer as economias avançadas, quer as emergentes e em vias de desenvolvimento ressentiram-se ao nível dos mercados de trabalho e da agitação social que se fizeram sentir à escala internacional.

2.2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Após a queda acentuada do produto interno verificada em 2012, em resultado do impacto do agravamento da carga fiscal que, por sua vez, derivou da imposição de objetivos de redução do défice orçamental e da dívida pública com vista à necessidade de correção orçamental, – o foco da estratégia de ajustamento orçamental deverá passar pelo aprofundamento das políticas de redução da despesa pública.

Em 2013, é esperada uma recuperação da economia apesar da continuada contração do produto interno face às expectativas em baixa da evolução da atividade económica e do emprego, numa conjuntura esperada de perda de rendimento e de poupanças quer das famílias, quer das empresas, a par da reduzida procura interna e do elevado nível de incerteza.

QUADRO 2 - PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA (TAXA DE VARIAÇÃO REAL)

	2012			2013p		2014p	
	BE Verão 2013	BE Inverno 2012 (p)	INE (p)	BE Verão 2013	BE Inverno 2012	BE Verão 2013	BE Inverno 2012
Produto Interno Bruto	-3,2	-3,0	-3,4	-2,0	-1,9	0,3	1,3
Consumo privado	-5,6	-5,5	-3,7	-3,4	-3,6	-1,4	0,1
Consumo público	-4,4	-4,5	-11,8*	-2,1	-2,4	-3,2	1,5
Formação Bruta de Capital Fixo	-14,5	-14,4	-14,4	-8,9	-8,5	1,1	2,8
Procura interna	-6,7	-6,9	-6,9	-4,4	-4,0	-1,2	0,8
Exportações	3,2	4,1	4,8	4,7	2,0	5,5	4,8
Importações	-6,7	-6,9	-5,2	-1,7	-3,4	2,1	3,5
IHPC	2,8	2,8	2,8	0,4	0,9	0,8	1,0

Fonte: Banco de Portugal; Eurostat; INE (Contas Regionais)

(p) Valor projetado

* Das administrações públicas

Os efeitos das políticas orçamentais, segundo as projeções, deverão ter impacto a partir do ano de 2014, sendo que as previsões para a economia portuguesa, apontam para um ligeiro crescimento de 0,3 por cento para o ano de 2014. Este crescimento implica, a par da capitalização das empresas e da flexibilização do acesso ao crédito, o aumento da eficiência na gestão dos recursos públicos face ao agravamento progressivo da dívida pública, apesar das taxas de juro em baixa.

2.2.1. POLÍTICA ORÇAMENTAL EM 2012

De acordo com o reporte dos défices excessivos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o défice das administrações públicas em 2012 situou-se em -6,4 por cento do PIB, acima do nível de 2011 (-4,4 por cento). O rácio da dívida pública, face ao PIB, registou um acréscimo significativo, fixando-se em 123,6%, em 2012.

As Necessidades Líquidas de Financiamento das Administrações Públicas atingiram um recorde em 2009, fixando-se em 17.114,2 milhões de euros. Em 2012, assistiu-se a uma redução bastante substantiva deste indicador, fixando-se em -10,6 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 38,1 por cento relativamente ao ano de 2009. O valor registado em 2012 deveu-se essencialmente à Administração Central, dado que a Administração Local e Segurança Social apresentam valores ligeiramente positivos.

QUADRO 3 - REPORTE DO DÉFICE E DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Descrição	Unidade: Milhões de euros			
	2009 (Final)	2010 (Final)	2011 (Provisório)	2012 (Provisório)
Capacidade (+)/Necessidade (-) líquida de financiamento (PDE)				
Administrações Públicas	- 17.114,2	- 16.981,5	- 7.542,8	- 10.596,0
Administração Central	- 16.162,4	- 16.326,6	- 7.319,8	- 11.724,2
Administração Local	- 1.341,8	- 1.439,6	- 661,5	847,0
Fundos de Segurança Social	390,1	784,7	438,4	281,2
Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) - valor nominal	141.055,1	162.473,3	185.240,7	204.485,0
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBpm	-10,2%	-9,8%	-4,4%	-6,4%
Rácio dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada no PIBpm	83,7%	94,0%	108,3%	123,6%

Fonte: INE, Destaque de 28 de Março de 2013

Constata-se um aumento da Dívida Bruta das Administrações Públicas (AP), para os 204,5 mil milhões de euros em 2012, apesar do decréscimo das necessidades líquidas anuais de financiamento. Em termos médios diários, constatou-se uma diminuição das necessidades líquidas de financiamento de 46,9 milhões de euros em 2009 e de 29 milhões de euros em 2012. O aumento do défice de 6,4% em 2012 face aos 4,4% de 2011 é explicado sumariamente pela transferência de fundos de pensões de instituições bancárias em 2011, no montante de 5.950 milhões de euros e da quebra das receitas correntes em 3,7 mil milhões de euros. A quebra das receitas correntes deveu-se essencialmente ao decréscimo de 2,5 e 1,7 mil milhões de euros, respetivamente, nas Receitas fiscais e nas Contribuições Sociais.

2.3. SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA REGIONAL

Os últimos dados estatísticos definitivos da RAM publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Direção Regional de Estatística (DRE) referem-se ao ano de 2011, nas respetivas publicações das contas regionais. Estes dados, agora publicados, são a versão das contas regionais preliminares até 2011 que foram publicadas a 19 de dezembro de 2012 e que serão os assumidos no presente capítulo. Os restantes indicadores publicados periodicamente que são referidos neste enquadramento serão atualizados com os últimos dados disponíveis.

À data da elaboração do presente relatório, os dados disponíveis comprovam que o ano de 2011 marcou o acentuar da crise internacional e o acentuar da recessão em Portugal. A RAM seguiu a tendência internacional de queda que se fixou nos -1,8 por cento, com 5.112 milhões de euros. No que concerne ao índice de disparidade relativamente à média nacional, verifica-se a manutenção da diferença significativa relativamente ao todo nacional.

QUADRO 4 – COESÃO REGIONAL

Designação	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011 P
PIB pm	(10 ⁶ Euro)	4.946	5.047	5.280	5.140	5.207	5.112
	Taxa variação	11,3%	2,0%	4,6%	-2,7%	1,3%	-1,8%
PIB per capita	(Euro)	20,2	20,5	21,4	20,8	21,1	20,7
	Taxa variação	11,0%	1,5%	4,3%	-2,8%	1,4%	-1,9%
Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> RAM, em relação à Média Nacional	(PT=100)	133	129	132	131	130	129
Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> PPP RAM, em relação à Média UE15	(UE25=100)	98	96	97	101	100	96
Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> PPP RAM, em relação à Média UE27	(UE27=100)	105	101	103	105	104	100

Fonte: INE, Contas Regionais

O QUADRO 4 apresenta, para o período compreendido de 2006 a 2011, os valores do Produto Interno Bruto da Região a preços de mercado *per capita* (PIB pm), as respetivas taxas de crescimento nominais e índices de disparidade em relação à média nacional e comunitária. Os dados apresentados baseiam-se na última versão de contas regionais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Relativamente ao nível da distribuição do rendimento pelas famílias, verifica-se um crescimento, em termos absolutos, do Rendimento Primário (RP) que se estabilizou nos últimos anos. O Rendimento Disponível (RD), por seu turno aumentou ao longo do período de referência com exceção do ano de 2008. Em termos do crescimento médio anual bruto para o período considerado, o Rendimento Primário e o Rendimento Disponível das famílias da RAM cresceram, respetivamente, 1,5 por cento e 2,3 por cento.

QUADRO 5 – RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DA RAM

Designação	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011 P
Rendimento Primário Bruto das famílias	(10 ⁶ Euro)	2.702	2.745	2.969	2.871	2.871	*
Índice de Rendimento Primário p.c. RAM/Média Nacional	(PT=100)	103	100	105	103	101	*
Rendimento Disponível Bruto das famílias	(10 ⁶ Euro)	2.777	2.806	3.071	2.977	3.039	*
Índice de Rendimento Disponível p.c. RAM/Média Nacional	(PT=100)	109	105	110	107	106	*
Peso do Rendimento Disponível no Rendimento Primário	(%)	102,8	102,2	103,5	103,7	105,8	*

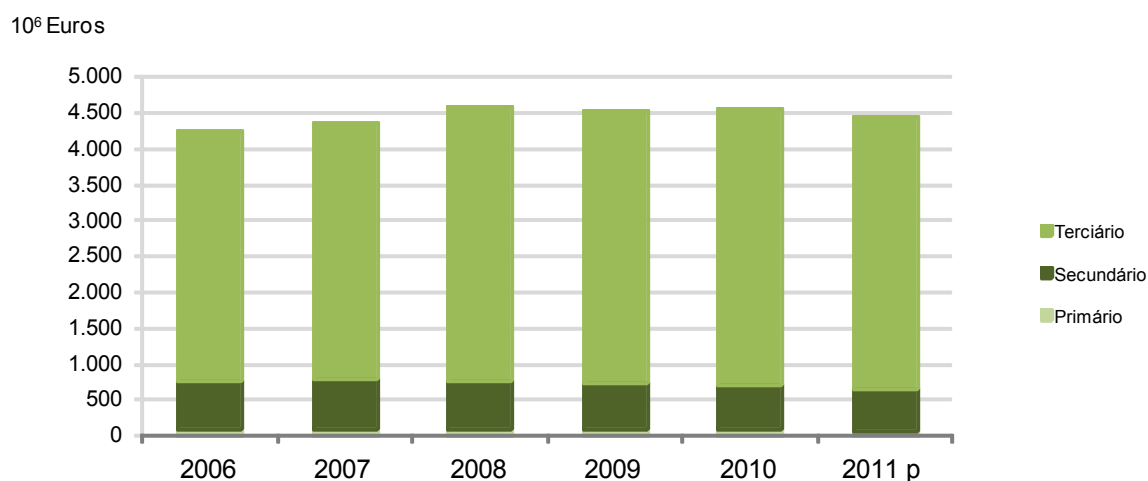
Fonte: INE, Contas Nacionais; DRE

* Dados não divulgados à data da elaboração deste relatório.

O gráfico seguinte, expressa a evolução do VAB por setores de atividade, no período compreendido de 2006 a 2011. Verifica-se uma tendência crescente do setor terciário até 2011, enquanto o setor primário não apresenta alterações significativas — o atual período recessivo tem afetado todos os setores face à grande exposição à crise internacional.

As atividades mais produtivas, em termos de riqueza, continuam a ser as relacionadas com o setor dos serviços, cujo peso conjunto para a série reportada é superior a 85 por cento.

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DO VAB, POR SETORES



Fonte: INE, Contas Regionais, base 2006, 1995 - 2008

A RAM figurou como uma das regiões do país com maior aplicação de recursos na realização de investimento (QUADRO 6).

QUADRO 6 – TAXA DE INVESTIMENTO APARENTE (FBCF / VAB)

Designação	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011 P
VAB	(10 ⁶ Euro)	4.254	4.358	4.584	4.536	4.562	4.461
	Taxa variação	10,7%	2,5%	5,2%	-1,1%	0,6%	-2,2%
Peso VAB RAM/PT	(%)	3,1%	3,0%	3,1%	3,1%	3,0%	3,0%
Formação bruta de capital fixo	(10 ⁶ Euro)	1.124	1.027	1.112	1.048	1.002	*
	Taxa variação		-8,6%	8,2%	-5,7%	-4,4%	*
Peso FBCF RAM/PT	(%)	3,1%	2,7%	2,9%	3,0%	3,0%	*
Taxa de investimento aparente (FBCF/VAB)	(%)	26%	24%	24%	23%	22%	*

Fonte: INE, Contas Regionais

* Dados não divulgados à data da elaboração deste relatório.

Os resultados do Inquérito ao Emprego indicam que a população ativa da RAM tem aumentado ao longo do período de referência com exceção do ano de 2011 em que se registou uma quebra de -1.2 por cento. Os últimos dados disponíveis à data, da DRE, indiciam uma recuperação deste indicador com um valor de 0,5 por cento em termos de crescimento. A população empregada registou um decréscimo, que conjugado com o aumento da população ativa se refletiu num crescimento mais acentuado da taxa de desemprego.

QUADRO 7 – ESTATÍSTICAS DO EMPREGO DA RAM

Designação	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
População total	(N.º pessoas)	245.502	246.248	246.925	247.280	247.484	247.895	247.340
	Taxa variação	0,3%	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,2%	-0,2%
População ativa	(N.º pessoas)	123.984	124.907	126.059	128.382	129.390	127.886	128.551
	Taxa variação	1,0%	0,7%	0,9%	1,8%	0,8%	-1,2%	0,5%
População empregada	(N.º pessoas)	117.303	116.463	118.499	118.657	119.775	110.579	103.216
	Taxa variação	0,2%	-0,7%	1,7%	0,1%	0,9%	-7,7%	-6,7%
Taxa de atividade	(percentagem)	50,5	50,7	51,2	51,8	52,3	51,6	52,0
Taxa de desemprego	(percentagem)	5,4	6,8	6,0	7,6	7,4	13,8	19,7

Fonte: DRE, Inquérito ao emprego

Em 2012, verificou-se um aumento do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com a taxa de variação média anual a fixar-se nos 4,8 por cento, conforme os dados constantes do quadro seguinte. De 2009 a 2012 registaram-se nas respetivas taxas aumentos continuados, em virtude do comportamento dos mercados das matérias-primas e dos vários aumentos das taxas do IVA. Por seu turno, no ano 2010, o nível do VAB por pessoa empregada registou um aumento, face a um Índice Produtividade tendencialmente estável, comparativamente à média nacional.

QUADRO 8 – PREÇOS E SALÁRIOS

Designação	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de inflação	(percentagem)	2,6	1,4	2,8	-1,4	2,0	3,4	4,8
Remunerações	(10 ⁶ Euro)	1.988	2.015	2.121	2.138	2.122	*	*
	Taxa variação	3,5%	1,4%	5,2%	0,8%	-0,7%	*	*
VAB por pessoa empregada	(milhares de euros)	34,4	35,6	37,7	6,1	6,5	*	*
	Taxa variação	10,2%	3,6%	5,7%	-83,8%	6,5%	*	*
Índice Produtividade RAM/Média Nacional	(PT=100)	128	125	130	129	129	*	*

Fonte: Índice de Preços no Consumidor, DRE

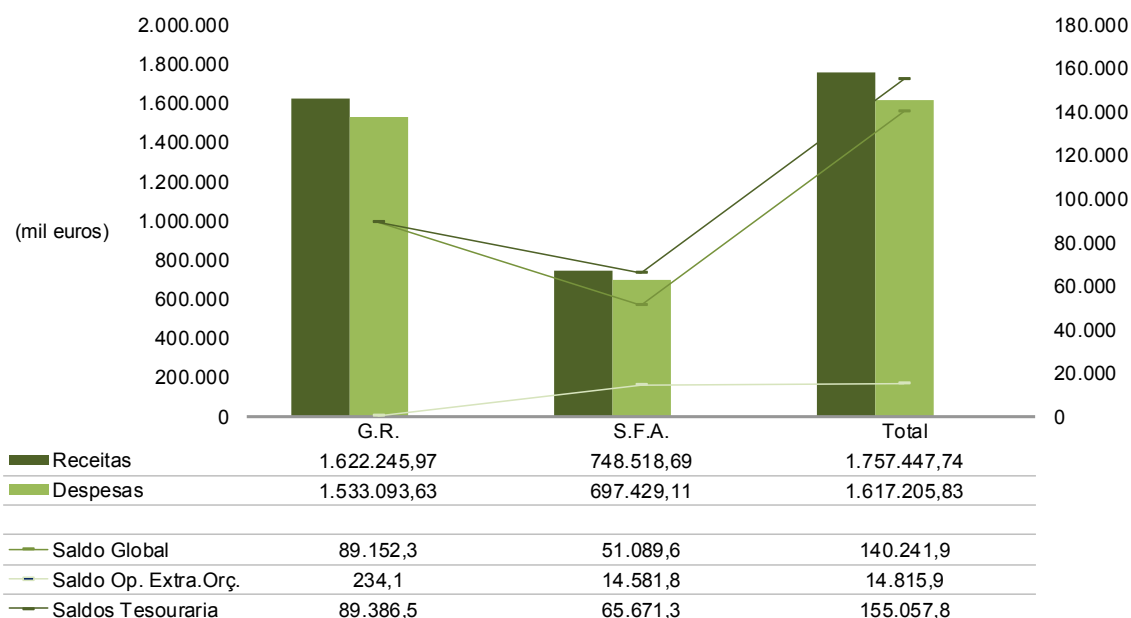
* Dados não divulgados à data da elaboração deste relatório.

3. CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

3.1. ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Através do GRÁFICO 2 apresenta-se o resumo da conta consolidada da administração pública regional (Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos), do ano económico de 2012.

GRÁFICO 2 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2012



Verifica-se que, em 2012, o *saldo global* da conta consolidada, de acordo com ótica da contabilidade pública, ascendeu a 140,2 milhões de euros, para o qual contribuíram os serviços afetos ao Governo Regional com 89,2 milhões de euros e os serviços e fundos autónomos (com EPR's) com 51,1 milhões de euros. Acrescendo a este valor o *saldo de operações extraorçamentais*, no montante de cerca de 14,8 milhões de euros, obtém-se um *saldo global de tesouraria* no valor de 155,1 milhões de euros.

As receitas e as despesas totais consolidadas totalizaram 1.757,4 milhões de euros e 1.617,2 milhões de euros, respetivamente.

QUADRO 9 – CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2012

(euros)

Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos (inclui EPR's)	Total
1. Receitas correntes	894.373.652,60	406.586.656,11	937.991.918,48
1.1. Impostos diretos	256.622.077,06	1.257.438,31	257.879.515,37
1.2. Impostos indiretos	395.347.881,67	146.605,66	395.494.487,33
1.3. Transferências correntes	201.852.442,83	364.249.548,64	219.799.164,43
1.3.1. Administrações públicas	200.147.289,15	349.576.176,14	203.420.638,25
1.3.2. Comunidades Europeias	1.125.965,85	14.583.519,95	15.709.485,80
1.3.3. Outras transferências	579.187,83	89.852,55	669.040,38
1.4. Outras receitas correntes	40.551.251,04	40.933.063,50	64.818.751,35
2. Despesas correntes	952.342.748,47	420.757.508,54	1.010.131.866,78
2.1. Pessoal	303.727.421,85	38.287.786,02	342.015.207,87
2.2. Aquisição de bens e serviços	170.924.065,06	98.928.804,67	269.852.869,73
2.3. Transferências correntes	400.329.092,50	243.861.247,16	297.887.512,62
2.3.1. Administrações públicas	345.866.840,63	391.172,40	390.420,57
2.3.2. Outras transferências	54.462.251,87	243.470.074,76	297.497.092,05
2.4. Outras despesas correntes	77.362.169,06	39.679.670,69	100.376.276,56
3. Saldo corrente (3)=(1)-(2)	- 57.969.095,87	- 14.170.852,43	- 72.139.948,30
4. Receitas de capital	726.439.152,04	341.902.630,67	817.993.259,23
4.1. Transferências de capital	66.594.713,37	51.208.566,42	105.261.658,03
4.1.1. Administrações públicas	50.503.086,75	18.105.304,92	57.550.597,58
4.1.2. Comunidades Europeias	16.082.374,91	33.103.261,50	49.185.636,41
4.1.3. Outras transferências	9.251,71	-	- 1.474.575,96
4.2. Outras receitas de capital	659.844.438,67	290.694.064,25	712.731.601,20
5. Despesas de capital	580.750.877,53	276.671.604,52	607.073.958,57
5.1. Aquisição de bens de capital	217.946.776,52	37.866.538,28	255.813.314,80
5.2. Transferências de capital	30.879.203,47	24.012.233,14	42.349.814,85
5.2.1. Administrações públicas	16.052.490,18	480.489,38	3.991.357,80
5.2.2. Outras transferências	14.826.713,29	23.531.743,76	38.358.457,05
5.3. Outras despesas de capital	331.924.897,54	214.792.833,10	308.910.828,92
6. Saldo capital (6)=(4)-(5)	145.688.274,51	65.231.026,15	210.919.300,66
7. Reposições não abatidas nos pagamentos	1.433.160,67	29.402,41	1.462.563,08
8. Saldo global (8)=(3)+(6)+(7)	89.152.339,31	51.089.576,13	140.241.915,44
9. Saldo de operações extra-orçamentais	234.119,81	14.581.769,44	14.815.889,25
10. Saldos de tesouraria	89.386.459,12	65.671.345,57	155.057.804,69

Pelo QUADRO 9 conclui-se que as receitas correntes consolidadas ascenderam a 938,0 milhões de euros, destacando-se o maior peso relativo das cobranças de *Impostos diretos* e dos *Impostos indiretos*. Evidenciam-se também as *Transferências correntes* com 219,8 milhões de euros e as *outras receitas correntes* com 64,8 milhões de euros.

Ao nível da despesa, a de natureza corrente perfeitamente 1 010,1 milhões de euros, sendo de destacar as *Despesas com o pessoal*, a *Aquisição de bens e serviços* e as *Transferências correntes*, que representam um pouco mais de 90% das despesas correntes. As despesas de capital consolidadas ascenderam a 607,1 milhões de euros, dos quais 255,8 milhões de euros estiveram afetos à *Aquisição de bens de capital* e 42,3 milhões de euros às *Transferências de capital*.

O QUADRO 10 evidencia a comparação dos dados da conta consolidada de 2012 com a de 2011, considerando o universo dos SFA sem as EPR. Verificámos que o saldo de tesouraria melhorou

120,5% e o saldo global 194,8%. Em termos totais, de 2011 para 2012, ocorreram acréscimos em quase todos os agrupamentos da receita e da despesa. A exceção foram as receitas correntes, que registaram um decréscimo de 7,6%.

QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2011 – 2012)

Designação	2011			2012			(milhões de euros)		
	Governo Regional	SFA	Total	Governo Regional	SFA	Total	Variação 2011/2012		
							Governo Regional	SFA	Total
1. Receitas correntes	974,3	353,3	1.015,0	894,4	374,6	938,0	-8,2%	6,0%	-7,6%
2. Receitas de capital	124,7	40,9	154,4	726,4	63,4	818,0	482,5%	55,0%	429,9%
3. Receitas totais	1.099,0	394,2	1.169,3	1.620,8	438,0	1.756,0	47,5%	11,1%	50,2%
4. Despesas correntes	908,9	349,2	945,4	952,3	371,4	1.010,1	4,8%	6,3%	6,8%
5. Despesas de capital	166,8	21,7	177,3	580,8	43,3	607,1	248,1%	99,7%	242,3%
6. Despesas totais	1.075,7	370,9	1.122,8	1.533,1	414,6	1.617,2	42,5%	11,8%	44,0%
7. Saldo corrente (7)=(1)-(4)	65,4	4,1	69,6	- 58,0	3,3	- 72,1	-188,6%	-20,5%	-203,7%
8. Saldo capital (8)=(2)-(5)	- 42,1	19,2	- 23,0	145,7	20,1	210,9	-446,0%	4,5%	-1017,6%
9. Reposições não abatidas nos pagamentos	1,0	0,0	1,0	1,4	0,0	1,5	46,9%	-6,0%	45,3%
10. Saldo global (10)=(7)+(8)+(9)	24,3	23,4	47,6	89,2	23,4	140,2	266,7%	0,1%	194,8%
11. Saldo de operações extra-orçamentais	38,7	- 15,9	22,8	0,2	3,6	14,8	-99,4%	-122,3%	-34,9%
12. Saldos de tesouraria	63,0	7,4	70,3	89,4	26,9	155,1	41,9%	263,6%	120,5%

No QUADRO 11 é apresentada a distribuição da despesa por classificação funcional. Consta-se que a despesa consolidada registada ao nível das *Funções sociais* representa maior peso relativo na estrutura de custos (46,3%).

QUADRO 11 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2012

Designação		(Euros)		
		Governo Regional	Serviços e fundos autónomos (inclui EPR's)	Total
1	Funções gerais de soberania:	314.155.163,71	282.518.570,45	320.098.524,78
1.1	Serviços gerais de administração pública	306.056.082,40	277.737.785,88	309.448.118,00
1.2	Defesa nacional	-	-	-
1.3	Segurança e ordem públicas	8.099.081,31	4.780.784,57	10.650.406,78
2	Funções sociais:	727.567.671,59	338.404.480,75	748.716.156,52
2.1	Educação	310.052.208,47	27.597.864,57	328.410.442,55
2.2	Saúde	307.512.773,27	303.219.790,53	313.780.582,22
2.3	Segurança e acção sociais	-	-	-
2.4	Habituação e serviços colectivos	78.884.999,68	1.776.130,57	74.799.988,94
2.5	Serviços culturais, recreativos e religiosos	31.117.690,17	5.810.695,08	31.725.142,81
3	Funções económicas:	369.523.577,35	76.506.061,86	426.543.930,70
3.1	Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	38.531.634,76	16.161.959,63	47.663.530,50
3.2	Indústria e energia	16.973.111,49	-	16.973.111,49
3.3	Transportes e comunicações	282.558.989,86	20.448.124,42	302.928.213,04
3.4	Comércio e turismo	20.625.893,43	29.929.536,62	46.152.394,46
3.5	Outras funções económicas	10.833.947,81	9.966.441,19	12.826.681,21
4	Outras funções:	121.847.213,35	-	121.847.213,35
4.1	Operações da dívida pública	121.847.213,35	-	121.847.213,35
4.2	Transferências entre administrações	-	-	-
4.3	Diversas não especificadas	-	-	-
Total		1.533.093.626,00	697.429.113,06	1.617.205.825,35

Da análise por subfunções conclui-se que, à semelhança de anos anteriores, sobressai o peso das despesas com a *Educação* e com a *Saúde*. Com efeito, as despesas em apreço representam mais de um terço da despesa consolidada do Governo Regional (39,7%).

Nas *Funções económicas*, destacam-se as despesas com os *Transportes e comunicações* (302,9 milhões de euros), com a *Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca* (47,7 milhões de euros) e com o *Comércio e turismo* (46,2 milhões de euros).

Por classificação orgânica, a distribuição da despesa consolidada é a que se apresenta no QUADRO 12:

QUADRO 12 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, 2012

(Euros)			
Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos (inclui EPR's)	Total
Assembleia Legislativa da Madeira	13.422.457,00	13.939.958,39	13.939.958,39
Presidência do Governo Regional	1.188.692,95	-	1.188.692,95
Vice-Presidência do Governo Regional	263.405.850,57	51.285.568,79	309.605.751,20
Secretaria Regional do Plano e Finanças	528.825.309,32	262.889.919,74	532.121.934,50
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	53.512.388,71	17.938.090,20	64.303.301,21
Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Transportes	36.995.023,09	360.763,99	36.621.321,09
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	319.368.657,60	317.967.016,29	324.436.497,92
Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos	316.375.246,76	33.047.795,66	334.988.368,09
	1.533.093.626,00	697.429.113,06	1.617.205.825,35

As despesas foram mais significativas na Secretaria Regional do Plano e Finanças com 532,1 milhões de euros, seguindo-se a Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos com 335 milhões de euros e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais com uma despesa global de 324,4 milhões de euros.

3.2. ÓTICA DA CONTABILIDADE NACIONAL

Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) apresentou ao Grupo de Trabalho, formado por técnicos do Instituto Nacional de Estatística, do Departamento de Estatísticas do Banco de Portugal e da Direção Geral do Orçamento, uma estimativa preliminar da Conta da Administração Pública Regional de 2012 na ótica da Contabilidade Nacional, para a notificação de março de 2013 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), de acordo com a metodologia do SEC 95 e do Manual do Défice e da Dívida aprovado pelo Eurostat.

QUADRO 13 - CONTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL – 2012 (ÓTICA DE CONTAS NACIONAIS)

		(mil euros)
Contabilidade Nacional		Administração Pública Regional
1.	Impostos sobre a Produção e Importação	399.701
2.	Impostos correntes sobre Rendimento e Património	264.715
3.	Contribuições para Fundos da Segurança Social	84.211
	das quais: Contribuições Sociais Efetivas	5.334
4.	Vendas	40.855
5.	Outra Receita Corrente	81.870
6.	Total das Receitas Correntes (1+2+3+4+5)	871.352
7.	Consumo Intermédio	200.849
8.	Despesas com pessoal	370.500
9.	Prestações Sociais	325.492
	das quais: em espécie	246.615
10.	Juros	41.938
11.	Subsídios	20.921
12.	Outra Despesa Corrente	200.204
13.	Total das Despesas Correntes (7+8+9+10+11+12)	1.159.904
14.	Poupanças Bruta (6-13)	-288.552
15.	Transferências de Capital Receita	354.730
16.	Total Receita (6+15)	1.226.082
17.	Formação Bruta Capital Fixo	73.317
18.	Outra Despesa Capital	95.232
19.	Total Despesa Capital (17+18)	168.549
20.	Total Despesa (13+19)	1.328.453
21.	Capacidade(+) / Necessidade(-) Financiamento Líquido (16-20)	-102.371
Consumo Final das Administrações Públicas		900.580
Saldo Primário		-60.433
Carga Fiscal (Impostos+Prestações Efetivas+Imp Suc e Doaç)		669.750

Fonte: INE/DREM, Procedimentos dos Défices Excessivos de Março 2013.

Nota: A conta das Administrações Públicas (AP) foi compilada de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95) e das orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das AP. Incorpora ainda um conjunto de alterações subjacentes às discussões decorrentes das visitas diálogo do EUROSTAT em 2011, no âmbito do exercício do Procedimento dos Défices Excessivos.

A passagem da contabilidade pública para a contabilidade nacional é determinada pelos ajustamentos necessários devido às diferenças metodológicas e às diferenças de consolidação.

A realização destes ajustamentos decorre da aplicação das regras de contabilização do registo das operações, previstas no SEC 95, muito em particular o princípio da especialização económica (“Accrual”). De acordo com este princípio, o registo das operações efetua-se no momento em que o valor económico, os direitos ou as obrigações, são criados, transformados ou extintos, e não no momento em que as mesmas são recebidas ou pagas, tal como a contabilidade base-caixa as regista.

Os ajustamentos que explicam a passagem das contas das Administrações Públicas na ótica das Contas Públicas à ótica das Contas Nacionais assumem natureza diversa, identificando-se neste domínio aqueles que resultam:

- do efeito do registo segundo a especialização do exercício;
- do ajustamento de diferenças de universo a considerar;
- outros ajustamentos com impacto no saldo, não tipificáveis nas categorias anteriores, onde se incluem reclassificações de operações de receita e despesa.

QUADRO 14 - QUADRO 2 DA NOTIFICAÇÃO DO PDE DE MARÇO 2013

		(mil euros)
Data: 19 / 03 / 2013		Estimativa 2012
		Administração Pública Regional
Saldo Global incluindo Ativos Financeiros (Ótica da Contabilidade Pública)		-492.563
Operações Financeiras consideradas no Saldo Global incluindo Ativos Financeiros		256.790
Empréstimos, concedidos (+) / amortizações (-)		256.790
Ações e outras participações e unidades de participação, Aquisição (+) / Alienação (-)		0
Outras operações financeiras (+/-)		0
Outras contas a receber (+)		0
Outras contas a pagar (-)		180.070
Diferença entre juros pagos (+) e juros vencidos (EDP D.41) (-)		0
Necessidade (-) Capacidade líquida de Financiamento (+) de outras entidades reclassificadas		-7.687
Empresas Públicas incluídas no perímetro da Administração Pública		-7.687
Outros ajustamentos (+/-)		-38.981
Operações reclassificadas como despesa não financeira		-39.060
Prémios brutos de seguros		79
Necessidade (-) / Capacidade líquida de financiamento (+) (B.9)		-102.371

Fonte: INE, Procedimento dos Défices Excessivos de março de 2013.

A estimativa do saldo da conta da Administração Pública Regional, na ótica da contabilidade nacional, em 2012, apurada na notificação do PDE de Março de 2013, é de -102.371 mil euros.

O quadro 2 da notificação do PDE de Março de 2013 (QUADRO 14) evidencia os ajustamentos fundamentais entre a contabilidade pública e a contabilidade nacional.

Ajustamentos de Especialização do Exercício

A rubrica *Outras contas a pagar* apresenta um impacto positivo sobre o saldo da Administração Pública Regional em cerca de 180.070 mil euros, sendo este montante, o saldo apurado entre despesas pagas de anos anteriores e despesas vencidas e não pagas.

Ajustamentos de Universo

No que respeita à Administração Pública Regional, a expressão dos ajustamentos de universo, deve-se ao contributo negativo de 7.687 mil euros, das empresas públicas não mercantis incluídas no perímetro.

Outros ajustamentos

Em 2012, o conjunto de outros ajustamentos, não tipificáveis atingiram o montante de -38.981 mil euros, com impacto no saldo da Administração Pública Regional.

4. RESULTADO DA CONTA

O QUADRO 15 mostra a evolução do resultado da Conta da Região no período 2008-2012. Em virtude do PAEF prever substituição de dívida comercial por dívida financeira, as despesas efetivas superaram as receitas efetivas cobradas, na ordem dos 491,7 milhões de euros, originando na conta da Administração Pública Regional um défice, na ótica da contabilidade pública, substancialmente superior ao do ano anterior. Por outro lado, foram efetivados pagamentos de 603,9 milhões de euros, relativos a despesas de anos anteriores, que face ao aumento do endividamento líquido bancário em 565,9 milhões de euros, traduziu-se numa redução dos Encargos assumidos e não pagos e relativos a anos anteriores de 38,1 milhões de euros, cobertos por fundos próprios.

QUADRO 15 - RESULTADO DA CONTA DA RAM (2008-2012)

						(mil euros)
Designação	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2011/2012
Execução orçamental						
Receitas efectivas (a)	1.061.103,6	915.077,6	1.054.611,3	1.027.577,3	962.865,4	-6,3%
Correntes	931.883,0	861.629,0	938.908,9	974.309,5	894.373,7	-8,2%
De capital	128.020,2	52.012,8	111.432,7	52.292,3	67.058,6	28,2%
Reposições não abatidas	1.200,4	1.435,8	4.269,6	975,5	1.433,2	46,9%
Despesas efectivas (b)	1.316.216,6	1.028.196,9	1.142.733,9	1.031.944,9	1.454.568,6	41,0%
Correntes	999.204,4	886.456,5	957.058,3	908.865,3	952.342,7	4,8%
De capital	317.012,2	141.740,4	185.675,6	123.079,6	502.225,8	308,0%
Défice da Conta da Região	255.113,1	113.119,3	88.122,6	4.367,5	491.703,2	11158,1%
Encargos correntes da dívida	47.271,3	42.200,3	29.632,4	36.415,6	43.322,2	19,0%
Saldo primário com ativos	- 207.841,8	- 70.919,0	- 58.490,3	32.048,1	- 448.381,0	-1499,1%
Amortizações da dívida pública e outros passivos	884,8	31.088,6	52.034,6	43.741,0	78.525,0	79,5%
Necessidades de financiamento (Brutas)	255.997,9	144.207,9	140.157,3	48.108,5	570.228,2	1085,3%
Situação de tesouraria						
Disponibilidades de tesouraria:						
Saldo inicial	30.990,8	17.139,6	18.774,4	23.286,1	63.009,3	170,6%
Produto da aplicação de empréstimos	256.666,7	159.800,0	146.800,0	49.384,1	635.070,2	1186,0%
Internos	256.666,7	109.800,0	146.800,0	49.384,1	635.070,2	1186,0%
Externos	-	50.000,0	-	-	-	
Operações extra-orçamentais	- 14.519,9	- 13.957,3	- 2.131,1	38.447,7	- 38.464,8	-200,0%
Disponibilidades de tesouraria:						
Saldo final	17.139,6	18.774,4	23.286,1	63.009,3	89.386,5	41,9%

(a) Não inclui a utilização do produto da emissão de empréstimos.

(b) Não inclui os encargos com a amortização da dívida pública.

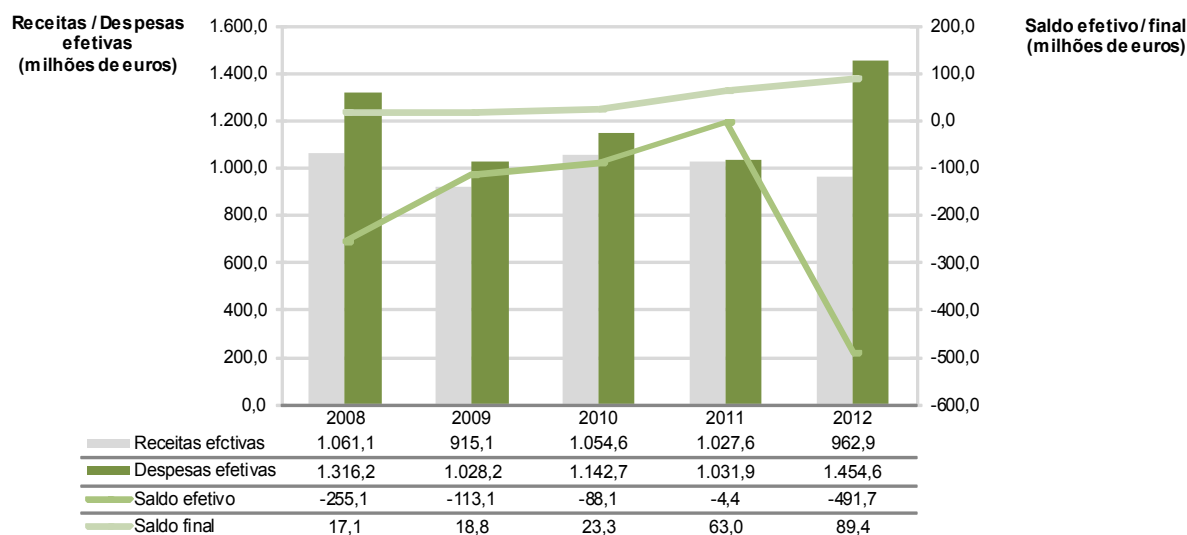
A cobrança líquida de receitas efetivas em 2012 ascendeu a 962,9 milhões de euros, espelhando uma diminuição de 6,3% em relação a 2011 e distribuiu-se pelas *Receitas correntes* com 894,4 milhões de euros, pelas *Receitas de capital* com 67,1 milhões de euros e pelas *Reposições não abatidas nos pagamentos* com 1,4 milhões de euros. De referir ainda que as receitas correntes em 2012 diminuiram 8,2%.

No que concerne às despesas efetivas, constata-se desde logo que ascenderam a 1.454,6 milhões de euros, o que revela um aumento de 41% em relação ao ano anterior. Dentro das despesas efetivas destaca-se os 952,3 milhões de euros incluídos nas despesas correntes, e os 502,2 milhões de euros em despesas de capital.

Excluindo os *Encargos correntes da dívida*, o saldo primário em 2012 apresenta um défice na ordem dos 448,4 milhões de euros. Do mesmo modo, considerando as *Amortizações da dívida pública* e *Outros passivos*, as *Necessidades brutas de financiamento* ascenderam a 570,2 milhões de euros.

Em relação ao saldo líquido das operações extraorçamentais realizadas em 2012, verifica-se pelo quadro anterior que este ascendeu a -38,5 milhões de euros. Todavia, o saldo final de tesouraria é positivo em 89,4 milhões de euros, o que representa um incremento de 41,9% em relação ao saldo registado em 2011.

GRÁFICO 3 - RESULTADO DA CONTA DA RAM



O GRÁFICO 3 ilustra a evolução do resultado da conta da Região no período 2008-2012.

5. PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

O Governo Regional da Madeira solicitou assistência financeira por parte da República Portuguesa, para inverter o desequilíbrio da situação financeira da Região Autónoma da Madeira e, assim, garantir a sustentabilidade das finanças públicas regionais.

Nesse enquadramento, foi estabelecido o *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira* (PAEF-RAM), onde foram acordados, a 27 de janeiro de 2012, os termos em que a assistência é prestada, os limites quantitativos e os objetivos, assim como as medidas a adotar pela RAM com vista à concretização das metas estabelecidas.

No decurso de 2012, a RAM encetou, em linha com o acordado, todos os esforços dirigidos à implementação das medidas preconizadas no PAEF-RAM, tendo cumprido com os limites do Programa de Ajustamento previstos para 2012, conforme atesta o Relatório de Avaliação do 4.º trimestre de 2012¹.

Efetivamente, a RAM prosseguiu, num contexto financeiro particularmente adverso, um percurso que permitiu cumprir, em 2012, com as metas do défice quer em contabilidade pública quer em contabilidade nacional.

Especificamente, os objetivos do PAEF-RAM para 2012, pela ótica da contabilidade pública, consideravam um défice na ordem dos 194,3 milhões de euros, tendo a Região apresentado um défice de 95,4 milhões de euros², pelo que foram, nestas circunstâncias, largamente respeitadas as metas fixadas, conforme evidencia o quadro abaixo, que confronta o desempenho das principais componentes da receita e da despesa, na perspetiva da contabilidade pública, com os limites do Programa:

¹ Disponível para consulta no sítio da Internet do Ministério das Finanças.

² Com base nos valores provisórios de 2012, disponíveis à data dos trabalhos da 4ª avaliação do PAEF-RAM.

QUADRO 16 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE DO PROGRAMA – SALDO EM CONTABILIDADE PÚBLICA

(milhões de euros)

	Estimativa	Execução		
	PAEF-RAM	Global	Anos anteriores	Ano 2012
RECEITA CORRENTE	892,2	956,2	171,2	785
Impostos diretos	280,2	257,9	0	257,9
Impostos indiretos	509	395,5	0	395,5
Contribuições de Segurança Social	6,3	5,3	0	5,3
Outras receitas correntes	96,7	297,5	171,2	126,3
(das quais transf de outros subsectores da AP)	34,5	203,4	0	203,4
DESPESA CORRENTE	1256,8	1018,7	391,6	627,3
Consumo público	648,6	633,6	62,2	571,4
Despesas com o pessoal	333,9	341,9	2	339,9
Aquisição de bens serv. e outras despesas correntes	314,7	291,7	60,2	231,5
Subsídios	37,2	22,5	10,5	12
Juros e outros encargos	185,7	64,9	5,3	59,6
Transferências correntes	385,3	297,9	313,6	-15,7
(das quais transf para outros subsectores da AP)	1,2	0,4	0	0,4
SALDO CORRENTE	-364,6	-62,5	-220,4	157,8
RECEITAS DE CAPITAL	378,4	107	1,6	105,3
(das quais transf de outros subsectores da AP)	292,3	55,9	0	55,9
DESPESAS DE CAPITAL	208,1	299,1	189,2	109,9
Investimentos	150	257	186,8	70,1
Transferências de capital	58,1	42,1	2,3	39,8
(das quais transf para outros subsectores da AP)	10	5,5	0,5	5
Outras despesas de capital	0	0	0	0
RECEITA EFETIVA	1270,6	1063,1	172,8	890,3
DESPESA EFETIVA	1464,9	1317,9	580,8	737,1
SALDO GLOBAL	-194,3	-254,7	-407,9	153,2
DESPESA CORRENTE PRIMÁRIA	1071,1	953,9	386,3	567,6
DESPESA TOTAL PRIMÁRIA	1279,2	1253	575,5	677,5
SALDO PRIMÁRIO	-8,6	-189,9	-402,7	212,8

Fonte: Ministério das Finanças

O cumprimento dos limites do programa foi alcançado sobretudo através da contenção da despesa no último trimestre do ano, destacando-se em especial a redução das despesas de capital, a contenção das despesas com pessoal e no setor da saúde e os benefícios resultantes do acordo alcançado com fornecedores para o pagamento de dívida comercial.

Em contabilidade nacional, o objetivo do Programa fixava um défice de 158,1 milhões de euros para 2012, tendo a Região apresentado um défice na ordem dos 102,5 milhões de euros, significativamente abaixo do previsto no Programa.

Do montante total de 1.500 milhões definido no contrato de empréstimo entre o Estado e a Região, o Estado disponibilizou, até ao final de dezembro, empréstimos no valor de aproximadamente 635,1 milhões de euros, conforme escalonado no quadro seguinte:

QUADRO 17 - FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

(milhões de euros)

	Dívida Comercial	Despesas do Ano	Amortização Dívida Direta	Amortização EPRR	Total
I trimestre	40,8	0,9	19,4	0	61,1
II trimestre	2,2	103,5	35,1	190	330,8
III trimestre	2,4	33,1	19	0	54,5
IV trimestre	1,4	53,5	94	39,8	188,7
Total	46,8	191,1	167,4	229,8	635,1

Fonte: Ministério das Finanças

6. RECEITA

6.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Através da publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 41-A/2012/M, de 28 de dezembro, pelo lado da receita, foi prevista a assunção de novos empréstimos, avalizados pelo Estado Português, no montante de 1,1 mil milhões de euros e com fim específico de substituir dívida comercial por dívida financeira. Face aos necessários acordos com o Estado Português, não foi possível concretizar em tempo útil as previstas operações financeiras de financiamento.

QUADRO 18 – RECEITAS DE 2012

(mil euros)					
Designação	Orçamento inicial	Alterações orçamentais		Orçamento final	Execução orçamental
		Créditos especiais	Rectificativo		
Receitas correntes	1.028.181,9	3.499,0	-	1.031.680,9	894.373,7
Impostos diretos	279.584,0	-	-	279.584,0	256.622,1
Impostos indiretos	502.378,0	3.442,5	-	505.820,5	395.347,9
Contribuições para a SS, CGA e ADSE	5.521,0	-	-	5.521,0	5.347,6
Taxas, multas e outras penalidades	28.072,0	56,6	-	28.128,6	23.282,7
Rendimentos da propriedade	3.196,0	-	-	3.196,0	3.995,1
Transferências correntes	203.203,9	-	-	203.203,9	201.852,4
Venda de bens e serviços correntes	4.948,0	-	-	4.948,0	6.039,7
Outras receitas correntes	1.279,0	-	-	1.279,0	1.886,2
Receitas de capital	1.170.842,1	550,0	1.100.000,0	2.271.392,1	702.128,8
Venda de bens de investimento	133,0	-	-	133,0	146,9
Transferências de capital	145.459,1	-	-	145.459,1	66.594,7
Ativos financeiros	25.000,0	-	-	25.000,0	317,0
Passivos financeiros	1.000.000,0	-	1.100.000,0	2.100.000,0	635.070,2
Outras receitas de capital	250,0	550,0	-	800,0	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	976,0	-	-	976,0	1.433,2
Total das receitas	2.200.000,0	4.049,0	1.100.000,0	3.304.049,0	1.597.935,6
Total sem Passivos Financeiros	1.200.000,0	4.049,0	-	1.204.049,0	962.865,4

Assim, qualquer análise da execução orçamental face ao orçamento final no capítulo de Passivos financeiros da receita, assim como no cômputo das receitas de capital e total das receitas, deve ser expurgada do aumento verificado advindo da publicação do orçamento rectificativo, dado o seu efeito neutro na execução orçamental do ano de 2012, nos itens referidos.

Foram realizados seis Aberturas de Créditos Especiais em quatro rubricas de receita, sendo que as respeitantes a *Impostos indiretos* representam 85% do total dos aumentos.

6.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As receitas totais cobradas em 2012 foram de 1.598,0 milhões de euros, que comparativamente a 2011 e 2010, representaram mais 521 e 396,5 milhões de euros respetivamente (QUADRO 19). Esta variação é explicada pelo volume de empréstimos bancários contraídos no âmbito do PAEF-RAM.

No triénio 2010-2012, verificou-se que o peso das receitas correntes nas receitas efetivas, de 2011 para 2012, diminuiu e que de 2010 para 2012 aumentou, apesar das diminuições em termos absolutos nas receitas correntes nos correspondentes períodos homólogos. Estas constatações são explicadas pelos recebimentos no âmbito da Lei de Meios em receitas de capital em 2010, pela mudança de critério de classificação das receitas provenientes da Lei de Meios, de receitas correntes para receitas de capital, de 2011 para 2012, e em parte pelo não recebimento em 2012 do Fundo de Coesão no âmbito da Lei de Finanças Regionais.

QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS (2010-2012)

Descrição	2010		2011		2012		(mil euros) Taxas de variação (%)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2011 / 2010	2012 / 2011
Receitas correntes	938.908,9	78,2	974.309,0	90,5	894.373,7	56,0	3,8	- 8,2
Receitas de capital	258.232,7	21,5	101.676,9	9,4	702.128,8	43,9	- 60,6	590,5
Das quais: Passivos financeiros	146.800,0	12,2	49.384,1	4,6	635.070,2	39,7	- 66,4	1.186,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	4.269,6	0,4	975,5	0,1	1.433,2	0,1	- 77,2	46,9
Receitas efetivas	1.054.611,3	87,8	1.027.577,3	95,4	962.865,4	60,3	- 2,6	- 6,3
Receitas Orçamentais	1.201.411,3	100,0	1.076.961,4	100,0	1.597.935,6	100,0	- 10,4	48,4

O QUADRO 20 evidencia as variações ocorridas, face ao ano anterior, e os pesos de cada um dos capítulos de receitas efetivas no período em análise.

Analisando as variações anuais, verifica-se uma variação positiva das receitas de capital no valor de 14,8 milhões de euros, o que em termos relativos se pauta por um aumento de 28,2% em termos homólogos. Por outro lado, as receitas correntes apresentaram uma variação com um trajeto descendente na ordem dos -79,9 milhões de euros, ou seja, menos -8,2% do que no ano anterior. Apesar da mudança de critério da classificação das receitas no âmbito da Lei de Meios as receitas correntes diminuíram face ao ano anterior pelas variações verificadas nas *receitas fiscais* e nas

outras receitas correntes. Por outro lado, nas receitas de capital assistiu-se a uma diminuição das transferências provenientes da União Europeia que pontualmente em 2011 foram mais elevadas.

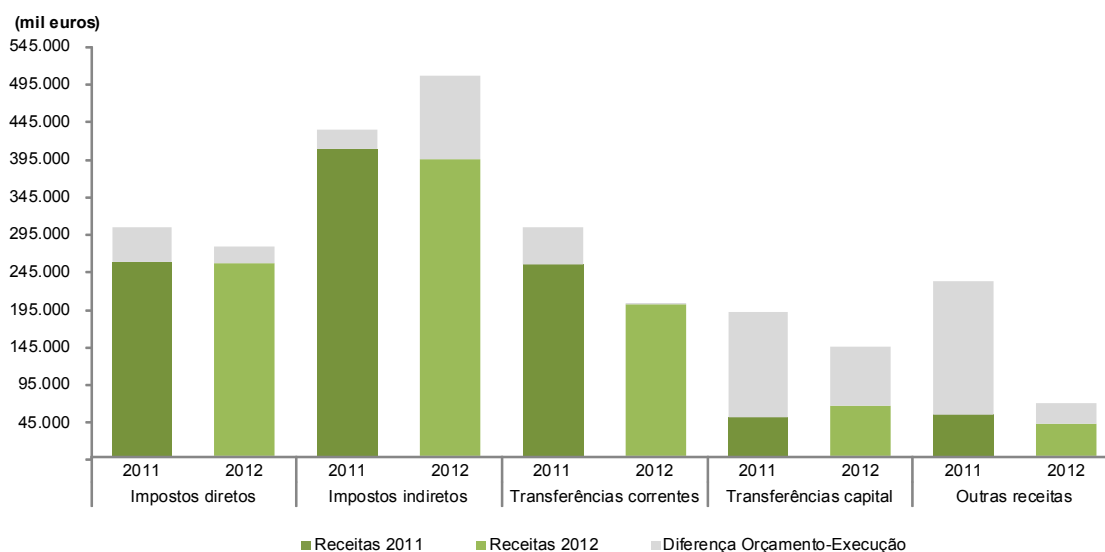
Em termos de crescimentos relativos e em consequência do PAEF-RAM, realça-se o comportamento assinalado nos capítulos das receitas *Rendimentos de propriedade* (+25%), *Venda de bens e serviços correntes* (+22%) e em *Venda de bens de investimento* (+10,9%).

QUADRO 20 – RECEITAS EFETIVAS (2011 – 2012)

Designação	2011			2012			Variação	
	Valor	Taxa Exec.	%	Valor	Taxa Exec.	%	Valor	Variação
Receitas correntes	974.309,0	86,9	94,8	894.373,7	86,7	92,9	- 79.935,3	- 8,2
Impostos directos	258.382,6	84,7	25,1	256.622,1	91,8	26,7	- 1.760,5	- 0,7
Impostos indirectos	408.307,4	94,1	39,7	395.347,9	78,2	41,1	- 12.959,5	- 3,2
Contribuições para a SS, CGA e a ADSE	6.308,9	63,1	0,6	5.347,6	96,9	0,6	- 961,3	- 15,2
Taxas, multas e outras penalidades	22.071,4	38,2	2,1	23.282,7	82,8	2,4	1.211,3	5,5
Rendimentos da propriedade	3.195,7	140,7	0,3	3.995,1	125,0	0,4	799,4	25,0
Transferências correntes	255.217,1	83,8	24,8	201.852,4	99,3	21,0	- 53.364,7	- 20,9
Venda de bens e serviços correntes	4.947,7	77,2	0,5	6.039,7	122,1	0,6	1.092,0	22,1
Outras receitas correntes	15.878,2	1.784,1	1,5	1.886,2	147,5	0,2	- 13.992,0	- 88,1
Receitas de capital	52.292,9	15,3	5,1	67.058,6	39,1	7,0	14.765,7	28,2
Venda de bens de investimento	132,5	0,1	0,0	146,9	110,4	0,0	14,4	10,9
Transferências de capital	50.801,4	26,4	4,9	66.594,7	45,8	6,9	15.793,4	31,1
Ativos financeiros	1.109,9	7,4	0,1	317,0	1,3	0,0	- 793,0	- 71,4
Outras receitas de capital	249,1	5,6	0,0	-	-	-	- 249,1	- 100,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	975,5	15,2	0,1	1.433,2	146,8	0,1	457,7	46,9
Total	1.027.577,3	69,9	100,0	962.865,4	80,0	100,0	- 64.711,9	- 6,3

Em termos de estrutura ocorre uma diminuição do peso das receitas correntes nas receitas efetivas de 2011 para 2012, de 94,8% para 92,9%.

GRÁFICO 4 – RECEITAS COBRADAS (2011 – 2012)



6.2.1. RECEITAS FISCAIS

Em 2012, no âmbito do PAEF-RAM foram inscritos níveis de receita fiscal acima do verificado nos anos anteriores, pelo pressuposto de aumento das taxas gerais assim como pelas medidas decorrentes da Lei do OE para 2012. A maior parte destes pressupostos nas variações esperadas para 2012 foram assumidas pelos estudos indicados pelo Governo da República, através do mecanismo de intervenção. No entanto, verifica-se que, face à quebra do rendimento disponível e à quebra do investimento e ao hiato de tempo que os aumentos das taxas gerais demoram a repercutir-se nos níveis de receita fiscal arrecadada, não se constataram os aumentos de receita fiscal inicialmente prevista. Por outro lado, os aumentos da tributação direta aprofundaram a descida do rendimento disponível e consequentemente a descida de impostos sobre o consumo.

De 2011 para 2012, as receitas fiscais diminuíram 14,7 milhões de euros, o que revela em termos relativos uma contração anual de 2,2%. Este facto deve-se essencialmente ao decréscimo verificado nos *Impostos indiretos* (-13 milhões de euros i.e.-3,2%), acompanhado da quebra dos *Impostos diretos* (-1,7 milhões de euros, i. e., -0,7%).

O *IRS*, os *Outros impostos diretos*, o *Imposto de consumo sobre o tabaco* e o *Imposto do selo*, foram os únicos impostos a crescer face ao anterior.

Por impostos e em termos absolutos, analisando as descidas face ao ano anterior, é de destacar o *IVA* e o *IRC* respetivamente com menos 10,2 e menos 6,4 milhões de euros.

Em 2012 observou-se o máximo do peso conhecido dos *Outros impostos diretos* e do *Imposto de consumo sobre o tabaco*, no cômputo das receitas fiscais. Em termos absolutos foram os únicos impostos que atingiram em 2012 os máximos conhecidos.

Em 2012, o peso das receitas fiscais sem o *IVA*, foi de 60,7%, equiparando-se aos valores dos anos anteriores.

As receitas fiscais cresceram no período de 2000 a 2012 a uma taxa média anual de crescimento de 2,1%, com os *Impostos diretos* a 3,8% e os *Impostos indiretos* a 1,2%.

6.2.1.1. IMPOSTOS DIRETOS

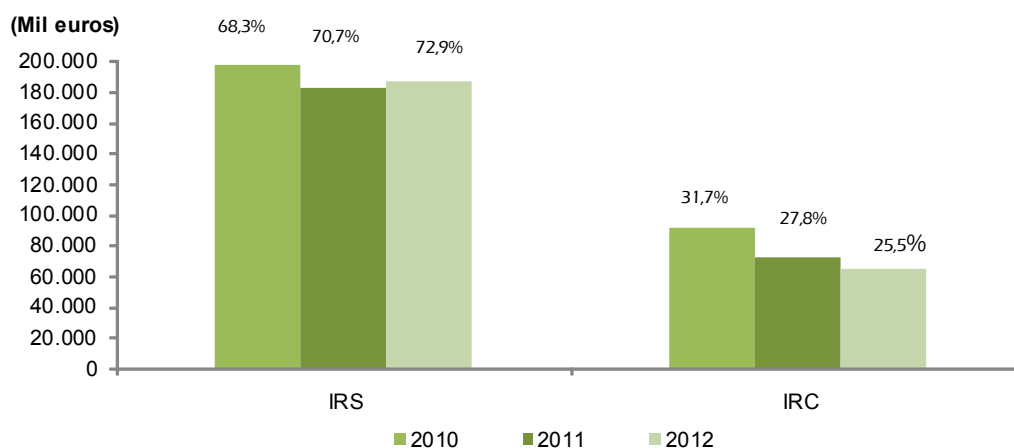
Pelo QUADRO 21 constatamos um aumento da taxa de execução em 2012 comparativamente a 2011, e uma menor taxa de execução em relação a 2010. O aumento do desemprego e a contração da procura justificam a menor arrecadação face ao inicialmente orçamentado.

QUADRO 21 – IMPOSTOS DIRETOS (2010-2012)

Designação	2010		2011		2012		(mil euros)	
							Variação 2012 / 2011	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Valor	%
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - IRS	197.324,8	96,3	182.779,3	87,9	187.174,9	91,8	4.395,6	2,4
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC	91.513,1	114,4	71.799,2	75,6	65.351,2	91,0	- 6.448,1	- 9,0
Restantes impostos diretos	173,7	34,7	3.804,0	190,2	4.096,0	107,7	292,0	7,7
Total	289.011,6	101,2	258.382,6	84,7	256.622,1	91,8	- 1.760,5	- 0,7

O GRÁFICO 5 mostra um aumento em volume, em 2012, de receita arrecadada ao nível do IRS, após uma quebra registada entre 2010 e 2011. Relativamente ao IRC, assistiu-se a uma continuada queda nos três anos em análise, sendo a diminuição acumulada de 2010 a 2012 de 28,6%. Em termos de peso no total dos impostos diretos verifica-se que o IRS tem vindo a aumentar no período em análise fixando-se nos 72,9% em 2012, representando um aumento de 4,7 pontos percentuais relativamente a 2010 — apesar de ascendente não foi suficiente para inverter a tendência de diminuição que os impostos diretos evidenciam.

GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DOS IMPOSTOS DIRETOS (2010-2012)



6.2.1.1.1. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)

Em 2011, pela vigência do orçamento regional, as taxas gerais de IRS foram aumentadas em mais 1% até ao 3.º escalão e em mais 1,5% para os escalões superiores, com efeitos diretos na

Liquidação de 2011, realizada em 2012. Em 2012, em virtude da entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2011/M, de 26 de dezembro, foram igualizadas as taxas gerais de IRS a vigorar na Região Autónoma da Madeira, o que se traduziu nos níveis de retenção na fonte da categoria A e H.

As variações na arrecadação deste imposto de 2010 para 2011 e de 2011 para 2012 são respetivamente menos 7,4% e mais 2,4%, aumentando o seu peso de 2011 para 2012 em cerca de 1,3 pontos percentuais relativamente às receitas fiscais, representando uma evolução do peso de 27,4 para 28,7%.

6.2.1.1.2. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (IRC)

No que concerne ao *Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas*, verifica-se que a receita arrecadada em 2012 totalizou 65,4 milhões de euros, e em relação a 2011 evidenciou uma variação negativa na ordem dos 6,4 milhões de euros, i. e., menos 9,0%, bastante abaixo dos níveis de cobrança registados nos anos anteriores a 2010 em que se fixou nos 91,5 milhões de euros. Relativamente ao peso do IRC nas receitas fiscais, a fraca flutuação manteve-se entre 2011 e 2012 situando-se em 10,8 e 10,0% para cada um dos anos.

6.2.1.2. IMPOSTOS INDIRETOS

Relativamente aos impostos indiretos e tendo em conta o triénio em análise, conforme quadro seguinte, verifica-se uma diminuição de 5,2 milhões de euros no total arrecadado no ano de 2012. Numa ótica generalizada constata-se, em quase todos os impostos, uma diminuição de receita cobrada em relação ao ano de 2011, com exceção para os aumentos dos *Imposto de consumo sobre o tabaco*, na ordem dos 1,6 milhões de euros (5,0%), bem como no *Imposto do selo*, que se pautou em 2012 por uma variação positiva de 7,0 milhões de euros, ou seja, um aumento de 26,2% relativamente ao ano de 2011.

QUADRO 22 - IMPOSTOS INDIRETOS (2010-2012)

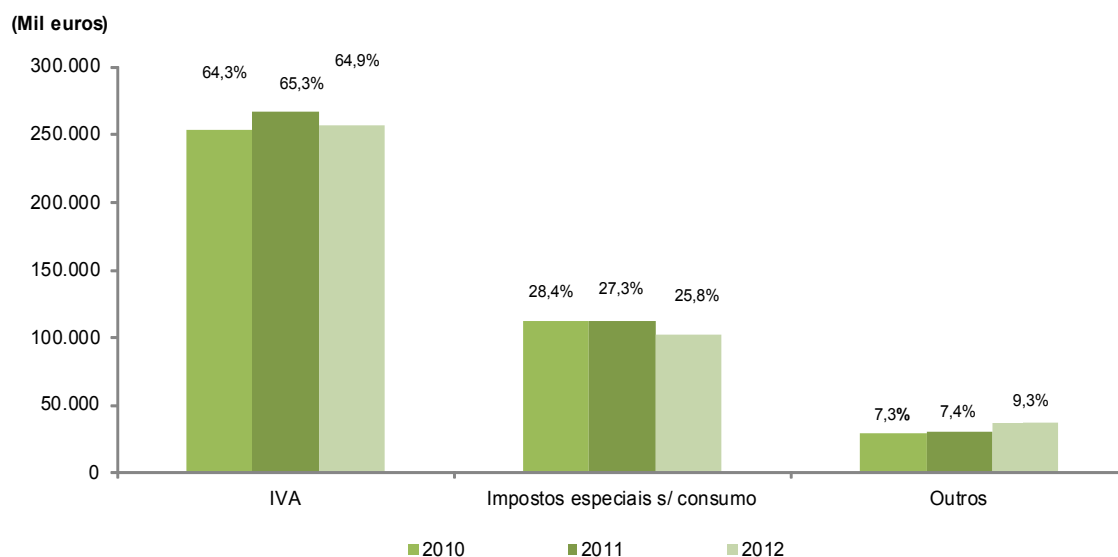
(mil euros)

Designação	2010		2011		2012		Variação 2012/2011	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Valor	%
Imposto sobre os produtos petrolíferos	66.827,6	79,6	63.076,9	74,2	57.917,6	84,1	- 5.159,3	- 8,2
Imposto sobre o valor acrescentado	253.262,7	89,2	266.693,8	101,6	256.473,2	74,3	- 10.220,6	- 3,8
Imposto s/ veículos	12.999,5	52,0	10.385,9	74,2	4.710,0	42,1	- 5.675,9	- 54,7
Imposto de consumo sobre o tabaco	25.835,7	99,4	31.407,6	112,9	32.974,7	76,4	1.567,1	5,0
Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas	6.381,2	55,5	6.619,8	100,8	6.432,2	89,1	- 187,6	- 2,8
Imposto do selo	26.204,5	67,2	26.573,1	75,9	33.543,3	126,2	6.970,2	26,2
Restantes impostos indiretos	2.431,5	48,6	3.550,4	117,4	3.296,9	92,9	- 253,5	- 7,1
Total	393.942,7	83,0	408.307,4	94,1	395.347,9	78,2	- 12.959,5	- 3,2

As cobranças dos *impostos indiretos* de 2010 para 2012 aumentaram em 1,4 milhões de euros, representando contudo, em termos relativos, uma descida de 0,4%. Este aumento deve-se em grande parte aos aumentos verificados na arrecadação dos *Impostos sobre o tabaco* com 7,1 milhões de euros, bem como ao *Imposto de selo* com um aumento de 7,3 milhões de euros. Por outro lado, o *Imposto sobre o valor acrescentado* verifica um aumento que ascende a 3,2 milhões de euros o que compensou a queda verificada das outras componentes.

O gráfico seguinte ilustra a estrutura dos impostos indiretos no último triénio, onde se constata o peso que o IVA evidencia neste tipo de impostos.

GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DOS IMPOSTOS INDIRETOS (2010-2012)



Esta representatividade do IVA é natural no capítulo dos *Impostos indiretos* (respetivamente 64,3%, 65,3% e 64,9%, em 2010, 2011 e 2012) e é no nível de arrecadação deste imposto que se encontra a

explicação para as variações ocorridas nos impostos indiretos (Vd. QUADRO 22). Na variação dos impostos indiretos, verifica-se um acompanhamento dos demais impostos desta natureza relativamente ao IVA. Efetivamente, o aumento do IVA de 2010 para 2011, foi acompanhado do aumento dos impostos indiretos no geral e a diminuição da receita arrecadada em sede de IVA, e em 2012 também se fez acompanhar da descida dos impostos indiretos no global, seguindo deste modo a tendência evolutiva do IVA.

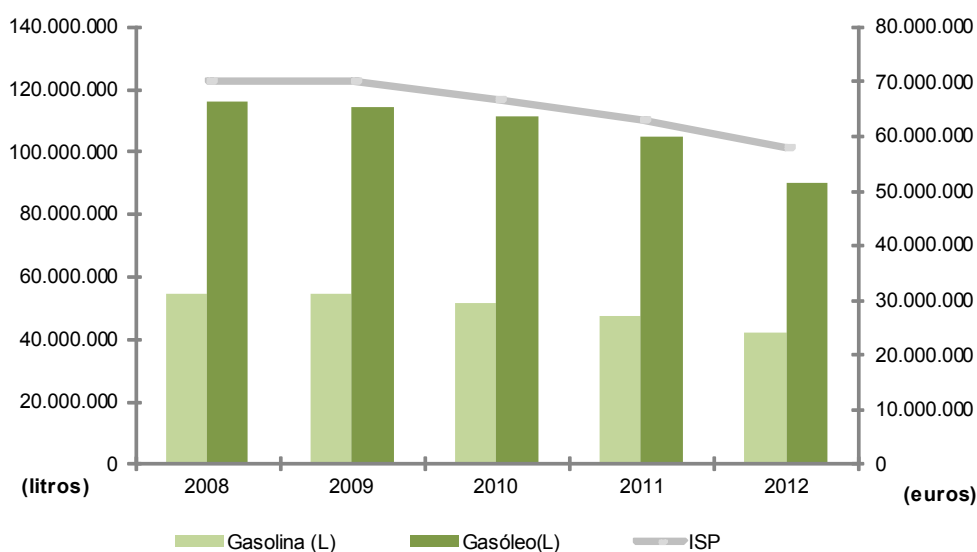
6.2.1.2.1. IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)

Pela Portaria n.º 45/2012, de 30 de março, foram atualizados os valores das taxas de ISP, tendo-se no entanto mantido o imposto sobre o gasóleo rodoviário.

Apesar de não totalmente relacionadas com a arrecadação do imposto, verificou-se que em 2012 as quantidades introduzidas ao consumo de gasolina e gasóleo rodoviário estiveram sempre abaixo das quantidades dos últimos quatro anos, excetuando residualmente em janeiro e março na gasolina face ao ano de 2011, em respetivamente 0,25% e 1,62%, assistindo-se a mínimos históricos em abril de 2012, em ambos os produtos.

No cômputo anual de 2012 face ao ano anterior denotou-se nas quantidades introduzidas ao consumo menos 4,9 milhões de litros (-10,4%) e menos 15,0 milhões de litros (-14,3%), respetivamente para a gasolina e gasóleo rodoviário, situação que, face à média simples do período de 2008 a 2011, foi menos 9,7 milhões de litros (-18,6%) e menos 21,7 milhões de litros (-19,5%), respetivamente, para a gasolina e gasóleo rodoviário.

GRÁFICO 7 – RECEITA DE ISP E QUANTIDADES INTRODUZIDAS AO CONSUMO (2008-2012)



O GRÁFICO 7 cruza a informação da receita arrecadada ao nível de ISP no período compreendido entre 2008 e 2012, com as quantidades introduzidas ao consumo durante o mesmo horizonte temporal. Analisando os dados, verifica-se uma queda continuada nas quantidades de combustíveis introduzidas ao consumo, bem como, no volume de receita arrecadada em ISP (-8,2%), inferindo-se que pelos aumentos das taxas não existiu correlação com o aumento da arrecadação deste imposto.

6.2.1.2.2. IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)

A receita relativa ao IVA em 2012 ascendeu a 256,5 milhões de euros refletindo uma quebra em termos absolutos de 10,2 milhões de euros relativamente ao ano anterior, o que representa um decréscimo neste tipo de receitas na ordem dos 3,8%. A receita arrecadada em 2012 neste tipo de tributação indireta, representa no valor global anual dos impostos indiretos, das receitas fiscais, das receitas correntes e das receitas efetivas, respetivamente 64,9%, 39,3%, 28,7%, 26,6% e comparando-se aos impostos diretos 99,9%.

Pelo artigo 2.º da Lei n.º 14-A/2012, de 30 de março, as taxas reduzida, intermédia e normal passaram a ter menos um ponto percentual do que no território continental, aplicando-se na Região 5%, 12% e 22% respetivamente. Tendo em conta, em 2012, a não reformulação inicialmente prevista da Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro, que regulamenta o modo de atribuição do IVA às Regiões Autónomas, os aumentos dos níveis de arrecadação, pela redução do diferencial de taxas da RAM para o continente, na ordem dos 50 milhões de euros, não se traduziram na realidade da execução. Por idêntica razão não se pode inferir os 30 milhões de euros previstos pela Transferência de categorias de bens entre tabelas (OE2012).

Ao comparar a receita arrecadada tendo em conta uma variação bienal, denota-se que a cobrança deste imposto em 2012 apresenta uma diferença substancial relativamente a 2010, registando uma diferença de 3,2 milhões de euros (+1,3%).

6.2.1.2.3. IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (ISV)

O montante coletado em ISV no ano de 2012 ascendeu a 4,7 milhões de euros, registando assim uma diminuição na ordem dos 54,7% relativamente ao período homólogo, após uma quebra de 20,1% em 2011. Em consequência da forte diminuição das vendas do setor automóvel o ISV liquidado contrai, dado que a cobrança é efetuada pela matrícula de automóveis novos que se destinem a iniciar circulação na Região.

Este imposto representa, 0,7% das receitas fiscais e 1,2% dos *Impostos indiretos* cobrados.

6.2.1.2.4. IMPOSTO SOBRE O ÁLCOOL E AS BEBIDAS ALCOÓLICAS (IABA)

A cobrança deste imposto está diretamente associada às quantidades introduzidas ao consumo de bebidas alcoólicas sujeitas a imposto e com taxa fixa de imposto, sendo que, em 2012, a receita do *Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas* registou, comparativamente a 2011, um decréscimo de 2,8%, o que em termos absolutos representa -187,6 mil euros, arrecadando no final do ano um total de 6,4 milhões de euros. O peso deste imposto relativamente aos impostos indiretos foi de 1,6%, e de 1,0% em relação às receitas fiscais, valores idênticos aos presenciados nos anos anteriores.

6.2.1.2.5. IMPOSTO DO SELO (IS)

Relativamente à receita proveniente do *Imposto do selo*, verifica-se que de 2011 para 2012 a variação foi positiva em 7,0 milhões de euros. Comparativamente a 2010 a arrecadação deste imposto aumentou em 28%. A este imposto indireto está intrínseco o nível de atividade do setor bancário, nomeadamente pelo nível dos juros dos empréstimos, no setor segurador pelas apólices realizadas e no mercado imobiliário pelos contratos de compra e venda realizados. Deste modo, assistiu-se em 2012 à duplicação da taxa do IS sobre o crédito ao consumo e das operações de refinanciamento, acompanhado a nível do endividamento dos agentes económicos.

6.2.1.2.6. OUTROS IMPOSTOS INDIRETOS

A cobrança nos impostos indiretos diversos atingiu em 2012 os 3,3 milhões de euros, que comparativamente ao ano anterior significou em termos absolutos menos 253,5 mil euros e em termos relativos menos 7,1%. Nestes impostos, incluem-se o *Imposto do jogo* (297,2 mil euros), o *Imposto único de circulação* (2.902,5 mil euros) e os *Impostos indiretos diversos* (97,2 mil euros).

6.2.2. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

O QUADRO 23 reflete a evolução das transferências correntes e de capital para a Região Autónoma da Madeira, no período compreendido de 2011 a 2012.

QUADRO 23 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Designação	(mil euros)					
	2011		2012		Variação 2012 / 2011	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Valor	%
Transferências Correntes						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras						
Privadas	-	n.a.	558,0	n.a.	558,0	s/s
Sociedades Financeiras						
Administração Central						
Estado (OE)	241.523,2	100,0	189.690,9	100,0	- 51.832,3	-21,5
Estado - Partic.Portuguesa em Projetos Cofinanciados	106,1	n.a.	48,0	n.a.	- 58,1	-54,8
Administração Regional						
Administração Local						
Segurança Social						
Sistema de Solidariedade e Segurança Social	11.564,9	98,3	10.408,4	100,0	- 1.156,5	-10,0
Instituições Sem Fins Lucrativos						
Famílias						
Famílias	14,9	s/s	21,2	s/s	6,3	42,7
Resto do Mundo						
União Europeia - Instituições	2.008,1	3,9	1.126,0	36,3	- 882,1	-43,9
Total Transferências correntes	255.217,1	83,8	201.852,4	99,3	- 53.364,7	-20,9
Transferências de Capital						
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras						
Privadas	36,7	n.a.	9,3	n.a.	- 27,4	-74,8
Sociedades Financeiras						
Administração Central						
Estado	8.379,1	11,8	50.000,0	44,4	41.620,9	496,7
Serviços F.Autónomos - Partic.Comunitária Proj.Cofinanciado	120,0	s/s	-	s/s	- 120,0	-100,0
Administração Regional						
Região Autónoma da Madeira	-	s/s	218,1	s/s	218,1	s/s
Administração Local						
Região Autónoma da Madeira	-	s/s	285,0	s/s	285,0	s/s
Segurança Social						
Instituições Sem Fins Lucrativos						
Famílias						
Famílias	0,6	s/s	-	s/s	- 0,6	-100,0
Resto do Mundo						
União Europeia - Instituições	42.265,0	34,8	16.082,4	48,8	- 26.182,6	-61,9
Total Transferências de capital	50.801,4	26,4	66.594,7	45,8	15.793,4	31,1

6.2.2.1. TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO

As verbas transferidas, através de transferências correntes, para a RAM em 2012, provenientes do Orçamento do Estado foram efetivadas no âmbito da:

- Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no valor total de 189,7 milhões de euros;
- Lei Orgânica 2/2010, no valor total de 50 milhões de euros referentes às transferências extraordinárias (artigo 4º).

6.2.2.2. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA

As receitas provenientes de *Transferências correntes e de capital* que são oriundas da comparticipação de programas, projetos e ações elegíveis desenvolvidas pelos serviços simples ou

integrados do Governo Regional da Madeira e que por sua vez são objeto de comparticipação pela União Europeia, atingiram o valor de 17,2 milhões de euros em 2012.

QUADRO 24 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DA U.E., POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Descrição	Correntes	Capital	(mil euros)	
			Total	%
QREN - INTERVIR+ (FEDER)		8.880,8	8.880,8	51,6
<i>Eixo I Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade Conhecimento</i>		598,3	598,3	3,5
<i>Eixo II Competitividade da Base Económica Regional</i>		725,8	725,8	4,2
<i>Eixo III Desenvolvimento Sustentável</i>		2.756,3	2.756,3	16,0
<i>Eixo IV Coesão territorial e Governação</i>		4.800,5	4.800,5	27,9
<i>Eixo V Compensação dos Sobrecustos da Ultraperificidade</i>		2.413,4	2.413,4	14,0
RUMOS - Eixo I Educação e Formação	1.126,0	156,9	1.282,9	7,5
FUNDO SOLIDARIEDADE INTEMPERIES U.E.		4.275,0	4.275,0	24,8
Outros programas comunitários		356,2	356,2	2,1
Total	1.126,0	16.082,4	17.208,3	151,6

Observando o QUADRO 24 por fundos comunitários, podemos constatar que as verbas mais relevantes transferidas para os serviços do Governo Regional da Madeira foram as relativas ao QREN, programa *Intervir+*, do fundo *FEDER*, destacando-se as áreas de atuação Eixos IV e III, respetivamente *Coesão territorial e Governação* e *Desenvolvimento sustentável*.

6.2.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

As outras receitas correntes e de capital têm um valor residual no total das receitas efetivas atingindo em 2011 e 2012, respetivamente, 5,2% e 4,3%.

QUADRO 25 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

Designação	(mil euros)					
	2011		2012		2011 - 2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Contribuições para a SS, a CGA e a ADSE:	6.308,9	11,7	5.347,6	13,0	- 961,3	- 15,2
Comparticipações para a ADSE	6.308,9	11,7	5.347,6	13,0	- 961,3	- 15,2
Taxas, multas e outras penalidades:	22.071,4	41,0	23.282,7	56,8	1.211,3	5,5
Taxas	13.234,4	24,6	14.692,4	35,8	1.458,0	11,0
Multas e outras penalidades	8.837,0	16,4	8.590,3	20,9	- 246,7	- 2,8
Rendimentos da propriedade:	3.195,7	5,9	3.995,1	9,7	799,4	25,0
Dividendos e part. nos lucros de sociedades financeiras	1.967,0	3,6	3.810,0	9,3	1.843,0	93,7
Outros	1.228,7	2,3	185,1	0,5	- 1.043,6	- 84,9
Venda de bens e serviços correntes:	4.947,7	9,2	6.039,7	14,7	1.092,0	22,1
Venda de bens	1.156,3	2,1	938,8	2,3	- 217,5	- 18,8
Serviços	3.373,0	6,3	4.931,1	12,0	1.558,2	46,2
Rendas	418,4	0,8	169,8	0,4	- 248,7	- 59,4
Outras receitas correntes:	15.878,2	29,5	1.886,2	4,6	- 13.992,0	- 88,1
Outras	15.878,2	29,5	1.886,2	4,6	- 13.992,0	- 88,1
Venda de bens de investimento	132,5	0,2	146,9	0,4	14,4	10,9
Ativos financeiros	1.109,9	0,0	317,0	0,0	- 793,0	- 71,4
Outras receitas de capital	249,1	0,5	-	-	- 249,1	- 100,0
Total outras receitas correntes e de capital	53.893,4	100,0	41.015,1	100,0	- 12.878,3	- 23,9

As variações ocorridas de 2011 para 2012 em *Outras receitas de capital* explicam as variações do quadro acima exposto, dado que em 2011 se verificou pontualmente a transferência de 14,6 milhões de euros para o Cofre da Região, respeitantes ao saldo da gerência do FET.

6.2.4. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS

O QUADRO 26 ilustra as Reposições não abatidas nos pagamentos por secretaria regional e relativo ao período 2010-2012. Em 2012, constata-se na generalidade por Secretarias Regionais, uma diminuição de reposição de despesas pagas a mais e relativas a anos anteriores.

Contudo, na Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos, verificou-se um aumento face aos anos anteriores, em consequência da entrega do saldo de gerência do extinto Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, no valor 886 mil euros. Este aumento explica a variação de 2011 para 2012.

QUADRO 26 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS POR SECRETARIAS REGIONAIS (2010-2012)

	(euros)		
Secretarias Regionais	2010	2011	2012
Assembleia Legislativa da Madeira	-	-	-
Presidência do Governo	1.436,70	1.373,64	1.216,48
Vice-Presidência do Governo	195.738,75	40.331,39	58.076,87
Plano e Finanças	2.566.526,13	175.348,85	4.840,07
Ambiente e Recursos Naturais	12.336,55	39.139,76	26.771,87
Cultura, Turismo e Transportes	1.726,84	27.756,08	13.332,66
Assuntos Sociais	256.684,74	164.344,64	2.123,47
Educação e Recursos Humanos	1.235.199,34	527.207,25	1.326.799,25
Total	4.269.649,05	975.501,61	1.433.160,67

7. DESPESA

7.1. ENQUADRAMENTO

O processo de organização, elaboração e execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, à semelhança dos anos anteriores, decorreu à luz dos princípios e normas contemplados na Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e demais legislação aplicável.

Contudo, face ao novo enquadramento, para a elaboração da proposta de Orçamento da Região de 2012, foi necessário atender e salvaguardar o estipulado no PAEF-RAM, assim como, na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, o que implicou vários ajustamentos em termos da dinâmica da gestão orçamental e financeira dos serviços da APR.

Devido à elaboração do PAEF-RAM, celebrado entre a Região e o Estado, que terminou com a respetiva assinatura em 27 de janeiro de 2012, só foi possível elaborar a proposta de Orçamento da Região para 2012 após essa data. Com efeito, dado que o PAEF-RAM definiu os limites quantitativos trimestrais para o saldo orçamental em contabilidade pública para o ano de 2012, e atendendo às suas demais implicações e repercussões de âmbito orçamental, só após o seu término foi possível elaborar a proposta de orçamento para o ano em análise.

Assim, no dia 1 de fevereiro de 2012, foi emitida a Circular n.º 2/ORÇ/2012, com as instruções gerais para a elaboração e remessa dos projetos de orçamento relativos ao ano de 2012, processo este que culminou com a aprovação do Orçamento através do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de março.

Por outro lado, é de referir que o Orçamento da Região para 2012 incorpora, pela primeira vez, para além dos serviços simples e integrados do Governo Regional e dos serviços e fundos autónomos, entidades públicas, que foram incluídas no setor das Administrações Públicas das Contas Nacionais em 2011, passando estas a integrar o perímetro da administração pública regional, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos (SFA), nos termos do n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro 2012 e, mais recentemente, pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.

Especificamente, foram objeto de reclassificação e por conseguinte integradas no perímetro da administração pública regional em 2012, as seguintes entidades:

- SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.;
- PATRIRAM - Titularidade e Gestão de Património Público Regional, S.A.;
- PSGR - Porto Santo Golf Resort - Empreendimentos Turísticos, S.A.;
- Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.;
- Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.;
- Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.;
- RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A.;
- Empresa do Jornal da Madeira, LDA.

Até à aprovação do Orçamento da Região para 2012, manteve-se em vigor o Orçamento de 2011, em regime duodecimal, conforme decorre da Lei de Enquadramento do Orçamento da Região.

Durante o ano de 2012, o Governo Regional procedeu a uma alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de março, através do Decreto Legislativo Regional n.º 41-A/2012/M, de 28 de dezembro que consagrou as disposições indispensáveis ao processo de consolidação orçamental e dos compromissos assumidos.

Com efeito, em conformidade com a segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2012 e no âmbito da estratégia de regularização da dívida comercial da Região Autónoma da Madeira, o Governo da República ficou autorizado a conceder a garantia do Estado ao refinanciamento da dívida da Região até ao montante de 1.100,0 milhões de euros. A alteração ao Orçamento da Região de 2012 reflete a inclusão dos 1.100,0 milhões de euros no respetivo orçamento.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2012/M, de 4 de julho, deu execução ao Orçamento da Região na parte respeitante às receitas e às despesas.

No que concerne à matéria de disciplina orçamental, continuou-se a adotar uma política de rigor orçamental nas despesas com o funcionamento normal dos Serviços, estabelecendo-se e definindo-se novas regras necessárias à execução do Orçamento da Região para 2012 e ao cumprimento do estabelecido no PAEF-RAM e na Lei n.º 8/2012 – Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso (LCPA).

Efetivamente, na sequência da entrada em vigor da LCPA e, paralelamente ao estabelecido no PAEF-RAM, foi necessário definir novos procedimentos quer em termos de gestão e organização dos serviços, quer em termos de sistemas informáticos, de modo a ser possível obter um maior rigor no controlo orçamental e cumprir com o acordado, de modo a ser garantido o reequilíbrio da situação financeira regional e a sustentabilidade das finanças regionais.

No ano de 2012 foram emitidas as seguintes Circulares, de âmbito orçamental:

- A Circular n.º 1/ORÇ/2012 – *Transição de encargos assumidos e não pagos de 2011 para 2012*;
- Circular n.º 2/ORÇ/2012 – *Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2012*;

- Circular n.º 3/ORÇ/2012 – *Contabilização dos encargos assumidos e não pagos em 31 de dezembro de 2011;*
- Circular n.º 4/ORÇ/2012 – *Registos dos compromissos no sistema informático da Direção Regional de Informática;*
- Circular n.º 5/ORÇ/2012 – *Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013;*
- Circular n.º 6/ORÇ/2012 – *Alteração à Circular nº 6/ORÇ/2012: Preparação do ORAM 2013 - Registo da Informação no SIGORAM — SOE e SCEP;*
- Circular n.º 7/ORÇ/2012 – *Processo das Alterações Orçamentais da competência do Governo Regional e sua tramitação.*

7.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

As alterações orçamentais destinam-se a permitir uma adequada execução orçamental, ocorrendo a despesas inadiáveis, não previstas ou insuficientemente dotadas pelo orçamento inicial. As alterações produzidas no decorrer do ano económico de 2012 implicaram, relativamente ao orçamento inicial (2.200,0 milhões de euros), um incremento global na ordem dos 4,05 milhões de euros, devido à abertura de créditos especiais, sendo que a variação global da despesa orçamentada não reflete as alterações orçamentais referentes à utilização da dotação provisional, bem como as alterações orçamentais respeitantes à gestão orçamental flexível, ou seja, alterações orçamentais no âmbito do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de abril, e do artigo 19º do Decreto Legislativo Regional que aprovou o Orçamento para 2012.

As remanescentes alterações orçamentais, muito significativas em valor, materializaram-se por via do orçamento retificativo aprovado através do Decreto Legislativo Regional n.º41-A/2012/M, de 28 de dezembro, sendo que este implicou o reforço da despesa orçamentada no valor global de 1.100,0 milhões de euros.

Seguidamente, procede-se à análise das alterações orçamentais que afetaram o orçamento dos serviços simples e integrados, por classificação orgânica, económica e funcional.

7.2.1. POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

O QUADRO 27 identifica as alterações decorrentes do orçamento retificativo por classificação orgânica e económica.

QUADRO 27 – ORÇAMENTO RETIFICATIVO, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA E ECONÓMICA

(euros)			
Descrição	Vice- Presidência do Governo	Plano e Finanças	Total
Despesas com o pessoal	-	-	-
Aquisição de bens e serviços	-	-	-
Juros e outros encargos	-	-	-
Transferências correntes	-	-	-
Subsídios	-	-	-
Outras despesas correntes	-	254.265.563	254.265.563
Aquisição de bens de capital	845.734.437	-	845.734.437
Transferências de capital	-	-	-
Ativos financeiros	-	-	-
Passivos financeiros	-	-	-
Outras despesas de capital	-	-	-
Total	845.734.437	254.265.563	1.100.000.000

O orçamento retificativo aumentou o valor orçamentado para o Governo Regional em 1.100,0 milhões de euros, fazendo com que em 2012, o orçamento final do Governo Regional atingisse os 3.304,0 milhões de euros.

Em termos orgânicos, e devido às alterações orçamentais decorrentes do orçamento retificativo, verifica-se que os reforços orçamentais foram mais expressivos na Vice-Presidência e na Secretaria Regional do Plano e Finanças, que, em conjunto, absorveram cerca de 98,2% desse montante, ou seja, 1.080 milhões de euros em termos absolutos, subdivididos em 856,9 milhões de euros e 223,1 milhões de euros, respetivamente. Nas restantes Secretarias ocorreram reforços orçamentais, compensados maioritariamente pela dotação provisional, de aproximadamente 20 milhões de euros, sendo que 12,7 milhões de euros desse montante destinaram-se à Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos.

Analisando o quadro em termos económicos, verifica-se que as alterações efetuadas por via do orçamento retificativo, foram mais expressivas no agrupamento *Aquisição de bens de capital* que, só por si, absorveu 850,9 milhões de euros, correspondendo a 77,4% do total. As *Outras despesas correntes* foram reforçadas em 224,9 milhões de euros. Relativamente às restantes variações orçamentais, destacam-se as alterações orçamentais no agrupamento da *Aquisição de bens e serviços* com 19,8 milhões de euros bem como nos *Ativos Financeiros* com 13,8 milhões de euros.

As alterações orçamentais resultantes da abertura de créditos especiais, em 2012, totalizaram o montante de 4,0 milhões de euros. No QUADRO 28 figuram as rubricas que foram objeto de reforço com compensação no aumento da receita consignada.

QUADRO 28 – ABERTURAS DE CRÉDITOS ESPECIAIS EM 2012

Classificação Orgânica	Descrição do programa	Valor (mil euros)
Vice-Presidência do Governo Regional	<i>Direcção Regional da Administração Pública e Local</i>	56,6
S. R. Plano e Finanças	<i>Encargos cobrança IVA</i>	2.537,9
	<i>RAMEDM - ISP consignado (Art.4.º DLR 23/2007, 13/12)</i>	904,5
	<i>Fundo de apoio à reconstrução / Madeira</i>	550,0
		3.992,5
Total Aberturas de Crédito Especiais		4.049,0

As aberturas de créditos especiais em 2012 apenas ocorreram na Secretaria Regional do Plano e Finanças e na Vice-Presidência do Governo Regional, sendo que a quase totalidade das mesmas incluía-se na primeira secretaria, isto é cerca de 98,6%, das quais 2,5 milhões de euros foram consignados para despesas afetas aos encargos com cobrança de IVA.

No QUADRO 29 são comparados os valores do orçamento inicial e final, constatando-se que a principal variação positiva ocorre na Vice-Presidência do Governo Regional, com um aumento de 857,0 milhões de euros em relação ao orçamento inicial. Pode-se ainda destacar que nesta secretaria

os reforços de verbas foram efetuados essencialmente por via do orçamento retificativo (+845,7 milhões de euros). De seguida temos a Secretaria Regional do Plano e Finanças, com uma variação global de 227,1 milhões de euros, sendo que 254,3 milhões de euros reforçaram a dotação desta secretaria pelos trâmites do orçamento retificativo.

QUADRO 29 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

(mil euros)

							(mil euros)
Descrição	Orçamento inicial	Alterações				TOTAL	Orçamento final
		Natureza de que se revestem					
		Abertura créditos especiais	Provisional	Orçamento Retificativo	Artigo 19.º, DLR 5/2012/M, 30/03		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(1)+(5)	
Assembleia Legislativa da Madeira	13.927,6	-	-	-	-	13.927,6	
Presidência do Governo Regional	1.234,9	-	48,9	-	-	1.283,8	
Vice-Presidência do Governo Regional	326.015,0	56,6	11.366,4	845.734,4	- 152,5	1.183.019,9	
SR do Plano e Finanças	955.035,3	3.992,5	- 32.776,5	254.265,6	1.638,2	1.182.155,0	
SR do Ambiente e Recursos Naturais	64.704,7	-	4.892,8	-	- 530,0	69.067,5	
SR da Cultura, Turismo e Transportes	57.744,8	-	1.942,3	-	- 77,8	59.609,3	
SR dos Assuntos Sociais	425.109,6	-	999,8	-	- 55,9	426.053,4	
SR da Educação e Recursos Humanos	356.228,2	-	13.526,4	-	- 822,0	368.932,6	
Total	2.200.000,0	4.049,0	-	1.100.000,0	-	3.304.049,0	

Por fim, e no que se refere à *dotação provisional* (incluída na Secretaria Regional do Plano e Finanças), a mesma decresceu 32,8 milhões de euros, valor que serviu de contrapartida para reforços em outras secretarias regionais durante o ano económico, sendo que as principais secretarias beneficiárias destes reforços foram a Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos e a Vice-Presidência do Governo Regional, com 13,5 e 11,4 milhões de euros respetivamente.

7.2.2. POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

As alterações entre o orçamento inicial com o orçamento final podem ser analisadas por vários prismas, sendo que uma das mais relevantes será a observação dessas alterações pela vertente económica.

Comparando as variações ocorridas nestes moldes pode-se afirmar que, em termos globais, o agrupamento económico referente à *Aquisição de bens de capital* absorveu 850,8 milhões de euros, dos reforços orçamentais, que corresponde a 77,4% do total. De seguida, alude-se às rubricas incluídas em *Outras despesas correntes*, cuja dotação inicial foi reforçada em 228,4 milhões de euros. O destaque segue para as rubricas afetas à *Aquisição de bens e serviços* com 19,8 milhões de euros bem como para o reforço das dotações atribuídas aos *Ativos financeiros* com 13,8 milhões de euros.

QUADRO 30 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

(mil euros)

(mil euros)

Descrição	Orçamento inicial	Alterações					Orçamento final
		Natureza de que se revestem					
		Abertura créditos especiais	Provisional	Orçamento Retificativo	Transferências diversas*	TOTAL	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	) = (2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(1)+(6)
Despesas correntes	1.279.663,6	3.499,0	- 1.556,1	254.265,6	- 4.835,7	251.372,8	1.531.036,4
Despesas com o pessoal	314.727,2	-	107,3	-	- 3.414,3	- 3.307,0	311.420,2
Aquisição de bens e serviços	191.343,8	-	16.878,8	-	4.990,3	21.869,1	213.212,9
Juros e outros encargos	112.958,7	-	2,1	-	274,9	277,0	113.235,7
Transferências correntes	519.592,0	-	10.934,6	-	- 9.922,7	1.011,9	520.603,9
Subsídios	19.673,4	-	139,1	-	2.980,8	3.119,9	22.793,4
Outras despesas correntes	121.368,5	3.499,0	- 29.618,0	254.265,6	255,3	228.401,8	349.770,3
Despesas de capital	920.336,4	550,0	1.556,1	845.734,4	4.835,7	852.676,2	1.773.012,6
Aquisição de bens de capital	286.421,0	-	5.418,0	845.734,4	- 396,0	850.756,4	1.137.177,3
Transferências de capital	108.693,7	550,0	555,8	-	- 7.017,1	- 5.911,4	102.782,4
Ativos financeiros	255.180,5	-	1.564,2	-	12.248,9	13.813,0	268.993,6
Passivos financeiros	79.437,8	-	-	-	0,0	0,0	79.437,8
Outras despesas de capital	190.603,3	-	- 5.981,8	-	-	- 5.981,8	184.621,6
Total	2.200.000,0	4.049,0	-	1.100.000,0	-	1.104.049,0	3.304.049,0

* No âmbito do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de abril, conjugado com o artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de Março.

Relativamente às rubricas de classificação económica com variações negativas, salientam-se as *Outras despesas de capital* que decresceram 6,0 milhões de euros e as *Transferências de capital* que diminuíram as suas dotações orçamentada em 5,9 milhões de euros. Paralelamente a estas variações negativas destaca-se ainda as *Despesas com o pessoal*, que apresentam uma redução de 3,3 milhões de euros no conjunto das alterações orçamentais efetuadas ao longo do ano.

7.2.3. POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

A última vertente de análise às alterações orçamentais prende-se com as modificações efetuadas e o consequente impacto ao nível da classificação funcional. O QUADRO 31 indica que o Governo Regional em 2012 privilegiou as despesas afetas às *Funções económicas*, devido ao esforço de regularização dos encargos desta natureza. Deste modo, constata-se que a variação das verbas orçamentadas inicialmente neste tipo de funções sofreu um aumento de 783,1 milhões de euros, em grande parte devido ao incremento na subfunção *Transportes e comunicações*, fundamentalmente por via das alterações em sede de orçamento retificativo (777,2 milhões de euros) e por contrapartida da dotação provisional (7,5 milhões de euros).

QUADRO 31 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

(mil euros)

(mil euros)

Descrição	Orçamento inicial	Alterações					Orçamento final
		Natureza de que se revestem					
		Abertura créditos especiais	Provisional	Orçamento Retificativo	Artigo 19.º, DLR 5/2012/M, 30/03	TOTAL	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(1)+(6)
Funções gerais de soberania:	334.711,4	3.499,0	3.064,2	-	2.620,3	9.183,5	343.894,9
Serviços gerais da administração pública	325.612,4	3.499,0	3.048,7	-	2.376,3	8.924,1	334.536,5
Defesa nacional	-	-	-	-	-	-	-
Segurança e ordem públicas	9.099,0	-	15,5	-	244,0	259,4	9.358,4
Funções sociais:	924.555,8	550,0	25.089,6	68.560,4	- 1.063,2	93.136,9	1.017.692,7
Educação	338.661,4	-	9.659,7	11.952,2	347,1	21.959,0	360.620,4
Saúde	399.439,6	-	1.226,2	3.935,4	- 44,8	5.116,8	404.556,4
Segurança e acção sociais	-	-	-	-	-	-	-
Habitação e serviços colectivos	139.450,6	550,0	9.093,7	31.199,6	- 941,4	39.901,9	179.352,6
Serviços culturais, recreativos e religiosos	47.004,2	-	5.109,9	21.473,2	- 424,1	26.159,1	73.163,3
Funções económicas:	452.852,5	-	7.453,4	777.174,0	- 1.557,1	783.070,2	1.235.922,7
Agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca	42.144,2	-	3.773,6	-	349,5	4.123,1	46.267,3
Indústria e energia	17.632,7	-	60,4	-	121,9	182,4	17.815,0
Transportes e comunicações	343.771,7	-	2.728,0	777.174,0	- 687,4	779.214,6	1.122.986,3
Comércio e turismo	31.331,7	-	811,1	-	- 1.330,1	- 519,0	30.812,7
Outras funções económicas	17.972,2	-	80,3	-	- 11,1	69,2	18.041,4
Outras funções:	487.880,3	-	- 35.607,1	254.265,6	-	218.658,4	706.538,7
Operações da dívida pública	192.396,0	-	-	-	-	-	192.396,0
Transferências entre administrações	-	-	-	-	-	-	-
Diversas não especificadas	295.484,3	-	- 35.607,1	254.265,6	-	218.658,4	514.142,7
Total	2.200.000,0	4.049,0	-	1.100.000,0	0,0	1.104.049,0	3.304.049,0

De salientar que a segunda alteração mais significativa em 2012 verificou-se nas *Outras funções* mais especificamente na subfunção *Diversas não especificadas* que foi reforçada em 218,7 milhões de euros.

Concomitantemente, as *Funções gerais de soberania* foram a única função que não foi alterada no âmbito do orçamento retificativo. No entanto, regista-se um aumento em relação ao orçamento inicial na ordem dos 9,2 milhões de euros, especialmente em consequência de aberturas de crédito especiais e reforço por contrapartida da dotação provisional. Será ainda de salientar que a subfunção dos *Serviços gerais da administração* foi responsável pela quase totalidade das alterações relativas a esta função.

No âmbito da gestão flexível e no que concerne às alterações orçamentais, destaca-se que o Governo Regional se encontra autorizado a efetuar as alterações orçamentais indispensáveis, tendo em vista a maximização da utilização dos recursos financeiros disponíveis, independentemente da natureza das classificações funcionais e das classificações orgânicas previstas no *Orçamento Regional para 2012*, em conformidade com o artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional, n.º 5/2012/M, de 30 de março.

7.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução orçamental da despesa totalizou cerca de 1.533,1 milhões de euros em 2012, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 46,4% (Vd. QUADRO 32). Esta situação justifica-se, em grande medida, pela data em que foi aprovado o orçamento retificativo e, consequentemente, pela não execução das despesas nele previstas. Assim, excluindo os reforços por via do orçamento retificativo e considerando o orçamento inicial para o cálculo da execução orçamental em 2012, obtemos uma taxa de execução de 69,7%.

QUADRO 32 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 2012

(mil euros)

Descrição	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução Orçamental	Diferenças	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(1)	(5)=(3)-(2)
Despesas totais	2.200.000,0	3.304.049,0	1.533.093,6	1.104.049,0	- 1.770.955,4
Despesas efetivas	2.120.562,2	3.224.611,2	1.454.568,6	1.104.049,0	- 1.770.042,6
Passivos Financeiros	79.437,8	79.437,8	78.525,0	0,0	- 912,8

Por outro lado, analisando as despesas realizadas em termos homólogos, verifica-se que as despesas do ano de 2012 superaram as despesas totais realizadas em 2011 em cerca de 42,5% (Vd. QUADRO 33), o que se justifica, essencialmente, pelo pagamento de encargos de anos anteriores. Comparadas com o ano de 2010, essa diferença atenua-se para os 29,8%.

QUADRO 33 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EFETUADAS (2010-2012)

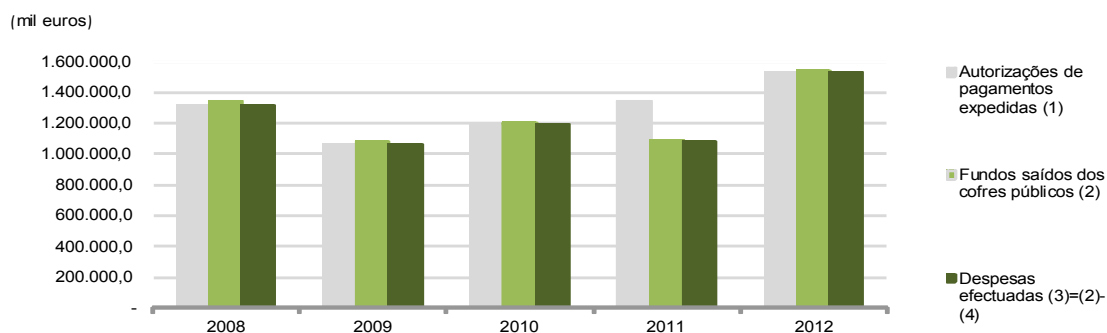
(mil euros)

Descrição	Em valor			Taxas de variação (%)	
	2010	2011	2012	2011 / 2010	2012 / 2011
Despesas correntes	957.058,3	908.865,3	952.342,7	- 5,0	4,8
Despesas de capital	237.710,2	166.820,5	580.750,9	- 29,8	248,1
Das quais: Passivos financeiros	52.034,6	43.741,0	78.525,0	- 15,9	79,5
Despesas totais	1.194.768,5	1.075.685,8	1.533.093,6	- 10,0	42,5
Despesas efetivas	1.142.733,9	1.031.944,9	1.454.568,6	- 9,7	41,0

Relativamente à despesa efetiva verifica-se também um aumento na mesma ordem de grandeza, ou seja, 41,0% em relação a 2011 e 27,3% na comparação homóloga com 2010.

A evolução das despesas orçamentais resume-se de forma sucinta pelo GRÁFICO 8 com as componentes dos montantes autorizados, dos fundos saídos dos cofres da Região e da despesa realizada, entre o período de 2008 a 2012. Neste enquadramento, é possível verificar que os fundos saídos dos cofres públicos totalizaram 1.540,7 milhões de euros no ano económico de 2012, dos quais 7,7 milhões de euros respeitam a reposições abatidas nos pagamentos.

GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTAIS AUTORIZADAS E EFETUADAS (2008-2012)



	(mil euros)				
Descrição	2008	2009	2010	2011	2012
Autorizações de pagamentos expedidas (1)	1.317.101,5	1.059.285,5	1.194.768,5	1.340.359,8	1.533.093,6
Fundos saídos dos cofres públicos (2)	1.341.298,8	1.081.327,0	1.201.386,9	1.084.136,3	1.540.747,2
Despesas efectuadas (3)=(2)-(4)	1.317.101,5	1.059.285,5	1.194.768,5	1.075.685,8	1.533.093,6
Reposições abatidas nos pagamentos (4)	24.197,4	22.041,6	6.618,3	8.450,4	7.653,6
Despesas por pagar (5)=(1)-(3)	-	-	-	264.673,9	-

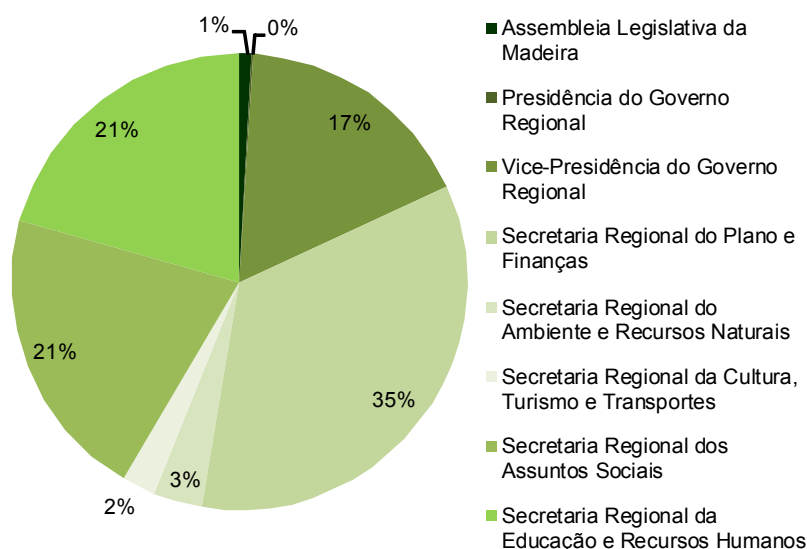
NOTA: Os valores apresentados não incluem contas de ordem nem recursos próprios de terceiros

Seguidamente, a execução orçamental será examinada pelos vários prismas de classificação, nomeadamente a classificação orgânica, económica e funcional. Será efetuada uma análise mais pormenorizada, tendo em conta o grau de execução orçamental das despesas em 2012, confrontando, ao mesmo tempo, os montantes pagos com os orçamentados e a execução orçamental do ano anterior.

7.3.1. POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

A execução orçamental desagregada por orgânica reflete claramente a forma como se distribui a despesa efetuada pelo Governo Regional por cada Departamento. O GRÁFICO 9 agrega a informação referente à execução orçamental da despesa por agrupamentos orgânicos.

GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR AGRUPAMENTO ORGÂNICO (2012)



Em 2012, a maior parcela de despesa em termos orgânicos esteve afeta à Secretaria Regional do Plano e Finanças, que executou cerca de 35% da despesa total do Governo Regional. Seguidamente, as Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais e da Educação e Recursos Humanos executaram cada uma cerca de 21% da despesa total, totalizando estas três entidades 76% da despesa do ano. O nível de execução destas taxas deve-se, essencialmente, à não execução do Orçamento retificativo, pelos motivos já referidos.

O QUADRO 34 sistematiza a informação relativa aos encargos pagos no ano económico de 2012, por cada um dos Departamentos do Governo Regional, assim como, as respetivas dotações orçamentais.

QUADRO 34 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Designação	(mil euros)					
	Orçamento final		Execução Orçamental		Diferença Execução - Orçamento	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Assembleia Legislativa da Madeira	13.927,6	0,4	13.422,5	0,9	- 505,1	- 3,6
Presidência do Governo Regional	1.283,8	0,0	1.188,7	0,1	- 95,1	- 7,4
Vice-Presidência do Governo Regional	1.183.019,9	35,8	263.405,9	17,2	- 919.614,0	- 77,7
Secretaria Regional do Plano e Finanças	1.182.155,0	35,8	528.825,3	34,5	- 653.329,7	- 55,3
Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	69.067,5	2,1	53.512,4	3,5	- 15.555,1	- 22,5
Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes	59.609,3	1,8	36.995,0	2,4	- 22.614,3	- 37,9
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	426.053,4	12,9	319.368,7	20,8	- 106.684,8	- 25,0
Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos	368.932,6	11,2	316.375,2	20,6	- 52.557,4	- 14,2
Total	3.304.049,0	100,0	1.533.093,6	100,0	- 1.770.955,4	- 53,6

No que concerne à taxa de utilização dos recursos financeiros disponíveis, verifica-se que a Vice-presidência do Governo Regional e a Secretaria Regional do Plano e Finanças explicam a maior parcela da diferença registada entre o orçamento final e a despesa executada. Este facto deve-se ao orçamento retificativo ter sido aprovado apenas no final do ano. Também é possível constatar que a

Assembleia Legislativa da Madeira e a Presidência do Governo Regional são os agrupamentos orgânicos que registam menores desvios entre a dotação orçamental e a respetiva execução, tendo taxas de execução de 96,4% e de 92,6%, respetivamente.

A execução da despesa por agrupamentos orgânicos é espelhada no QUADRO 35, que compara a execução orçamental da despesa, desagregada por Departamentos do Governo Regional, do ano económico de 2012 com a do ano económico anterior e apresenta as variações ocorridas entre os dois períodos considerados.

QUADRO 35 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA (2011-2012)

Designação	2011			2012			(mil euros)	
	Valor	%	Taxa Exec	Valor	%	Taxa Exec	Δ 2012- 2011	
							Valor	%
Assembleia Legislativa da Madeira	14.389,6	1,3%	95,2	13.422,5	0,9%	96,4	- 967,1	-6,7%
Presidência do Governo	1.211,5	0,1%	77,7	1.188,7	0,1%	92,6	- 22,8	-1,9%
Vice-Presidência do Governo	125.204,9	11,6%	39,8	263.405,9	17,2%	22,3	138.200,9	110,4%
Plano e Finanças	198.254,8	18,4%	49,6	528.825,3	34,5%	44,7	330.570,5	166,7%
Ambiente e Recursos Naturais	64.325,5	6,0%	66,6	53.512,4	3,5%	77,5	- 10.813,1	-16,8%
Cultura, Turismo e Transportes	26.614,9	2,5%	52,4	36.995,0	2,4%	62,1	10.380,1	39,0%
Assuntos Sociais	279.779,5	26,0%	74,7	319.368,7	20,8%	75,0	39.589,2	14,2%
Educação e Recursos Humanos	365.905,1	34,0%	88,0	316.375,2	20,6%	85,8	- 49.529,9	-13,5%
Total	1.075.685,8	100,0%	64,4	1.533.093,6	100,0%	46,4	457.407,8	42,5%

Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2011, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR 8/2011/M, de 14 de Novembro

Pela informação do quadro anterior, chega-se à conclusão de que em 2012, a estrutura da despesa alterou significativamente o seu perfil relativamente a 2011, tendo-se registado alterações consideráveis no peso relativo da despesa realizada pelos vários departamentos do Governo Regional, nomeadamente no acréscimo registado pela Secretaria Regional do Plano e Finanças na ordem dos 166,7%, bem como no aumento de 110,4% verificado na Vice-Presidência do Governo Regional. Estas duas secretarias foram responsáveis pela quase totalidade das diferenças homólogas registadas, sendo que só a Secretaria Regional do Plano e Finanças registou um aumento de 330,6 milhões de euros justificados, em grande parte, pelo acréscimo na ordem dos 235 milhões de euros no agrupamento económico dos *Ativos financeiros*, pelo acréscimo de 42 milhões de euros, verificado no ciclo de financiamento da dívida e que engloba os encargos com o serviço da dívida e os *Passivos financeiros*, bem como pelo incremento de 60 milhões apurado nas despesas relacionadas com pagamentos de compensação às empresas concessionárias de infraestruturas de transportes rodoviários (SCUTS).

Globalmente, verificou-se que o aumento anual relativo ascendeu a 42,5%, o que, em termos absolutos, corresponde a 457,4 milhões de euros.

7.3.2. POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Este subcapítulo prossegue a análise da execução orçamental do Governo Regional em 2012 na vertente económica.

As despesas de 2012 estão evidenciadas no QUADRO 36 e organizadas por classificação económica, comparando os montantes executados com o orçamento final. No cômputo geral a execução orçamental ficou 53,6% aquém dos valores orçamentados, ou seja, ficaram por executar cerca de 1.771,0 milhões de euros, afetos maioritariamente às despesas de capital cuja execução correspondeu apenas a 32,8% do montante orçamentado. Estas taxas foram significativamente influenciadas pela aprovação do Orçamento Retificativo no final de 2012. Todavia nas despesas de natureza corrente este valor é parcialmente compensado com um grau de execução de 62,1%, atenuando deste modo, a taxa de execução global para os 53,6%.

Analisando as variações homólogas mais pormenorizadamente, verifica-se que esta situação é principalmente explicada pela componente *Aquisição de bens de capital*, na qual se constata que ficaram por executar aproximadamente 919,2 milhões de euros relativamente ao valor orçamentado nesse período, o que se deve à não execução das despesas compreendidas no orçamento retificativo.

QUADRO 36 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Designação	(mil euros)					
	Orçamento final		Execução Orçamental		Diferença Execução - Orçamento	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas correntes	1.531.036,4	46,3	952.342,7	62,1	- 578.693,6	- 37,8
Despesas com o pessoal	311.420,2	9,4	303.727,4	19,8	-7.692,8	- 2,5
Aquisição de bens e serviços	213.212,9	6,5	170.924,1	11,1	-42.288,8	- 19,8
Juros e outros encargos	113.235,7	3,4	43.331,7	2,8	-69.904,1	- 61,7
Transferências correntes	520.603,9	15,8	400.329,1	26,1	-120.274,8	- 23,1
Subsídios	22.793,4	0,7	14.153,8	0,9	-8.639,5	- 37,9
Outras despesas correntes	349.770,3	10,6	19.876,7	1,3	-329.893,7	- 94,3
Despesas de capital	1.773.012,6	53,7	580.750,9	37,9	- 1.192.261,8	- 67,2
Aquisição de bens de capital	1.137.177,3	34,4	217.946,8	14,2	-919.230,6	- 80,8
Transferências de capital	102.782,4	3,1	30.879,2	2,0	-71.903,2	- 70,0
Ativos financeiros	268.993,6	8,1	253.399,9	16,5	-15.593,7	- 5,8
Passivos financeiros	79.437,8	2,4	78.525,0	5,1	-912,8	- 1,1
Outras despesas de capital	184.621,6	5,6	-	-	-184.621,6	- 100,0
Total	3.304.049,0	100,0	1.533.093,6	100,0	- 1.770.955,4	- 53,6

No quadro seguinte estão expressas as despesas do ciclo económico anual, por classificação económica relativamente a 2011 e 2012 e a respetiva variação anual. O referido quadro também enquadra o peso relativo e a taxa de execução de cada componente económica.

Comparativamente ao ano anterior verifica-se desde logo que existiu um aumento homólogo de 42,5% nos valores globais de execução orçamental.

Através da análise à natureza económica da despesa, verifica-se que entre as despesas correntes e de capital, as principais variações ocorrem nas segundas, que denotam um aumento de 413,9 milhões de euros, ou seja, em termos relativos esse incremento cifra-se nos 248,1%, correspondendo deste modo, a um montante global anual executado de 580,8 milhões de euros.

O aumento supracitado justifica-se em grande medida pela variação no agrupamento económico dos *Ativos financeiros*, que contabiliza as operações financeiras com a aquisição de títulos de crédito e com a concessão de empréstimos e subsídios reembolsáveis, sendo que neste agrupamento se verificou um incremento na ordem dos 247,0 milhões de euros, dos quais 235 milhões de euros destinaram-se às Sociedades de Desenvolvimento Regional (SDR), montante que engloba o valor relativo à Zarco Finance.

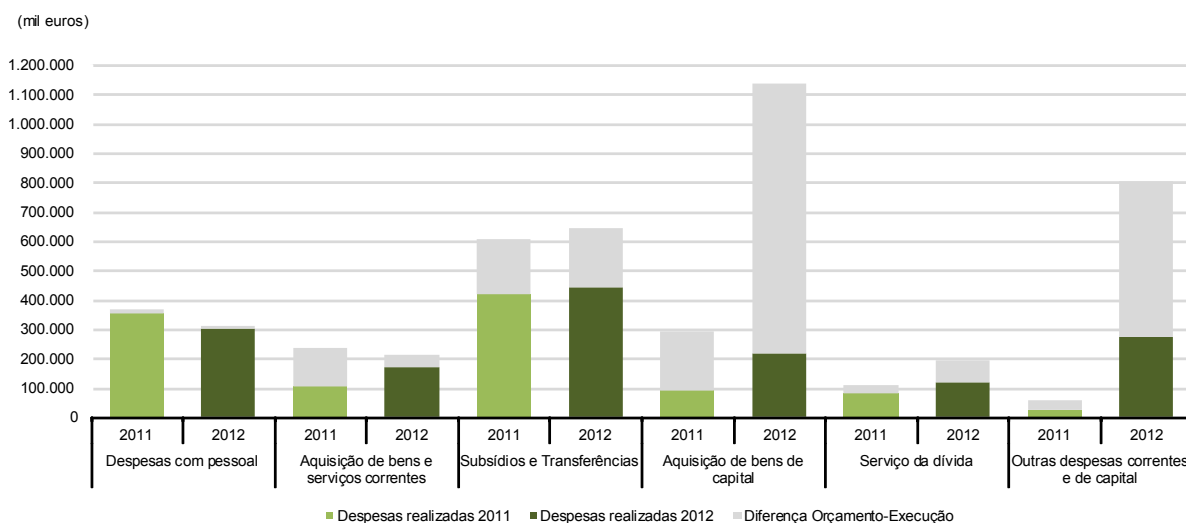
QUADRO 37 - DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (2011-2012)

Designação	2011			2012			(mil euros) Δ 2012- 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas correntes	908.865,3	84,5%	75,7%	952.342,7	62,1%	62,2%	43.477,4	4,8%
Despesas com o pessoal	356.116,2	33,1%	96,5%	303.727,4	19,8%	97,5%	- 52.388,7	-14,7%
Aquisição de bens e serviços	103.146,1	9,6%	43,6%	170.924,1	11,1%	80,2%	67.778,0	65,7%
Juros e outros encargos	36.416,7	3,4%	56,7%	43.331,7	2,8%	38,3%	6.915,0	19,0%
Transferências correntes	371.781,9	34,6%	82,1%	400.329,1	26,1%	76,9%	28.547,2	7,7%
Subsídios	22.312,1	2,1%	61,9%	14.153,8	0,9%	62,1%	- 8.158,3	-36,6%
Outras despesas correntes	19.092,4	1,8%	45,3%	19.876,7	1,3%	5,7%	784,2	4,1%
Despesas de capital	166.820,5	15,5%	35,6%	580.750,9	37,9%	32,8%	413.930,3	248,1%
Aquisição de bens de capital	91.357,9	8,5%	31,0%	217.946,8	14,2%	19,2%	126.588,8	138,6%
Transferências de capital	25.344,0	2,4%	21,9%	30.879,2	2,0%	30,0%	5.535,2	21,8%
Ativos financeiros	6.377,6	0,6%	44,4%	253.399,9	16,5%	94,2%	247.022,2	3873,3%
Passivos financeiros	43.741,0	4,1%	100,0%	78.525,0	5,1%	98,9%	34.784,1	79,5%
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.075.685,8	100,0%	64,4%	1.533.093,6	100,0%	46,4%	457.407,8	42,5%

Por outro lado, analisando o quadro anterior pelo prisma da despesa corrente verifica-se um ligeiro aumento na ordem dos 4,8% que corresponde a 43,4 milhões de euros, sendo que este se justifica pelas variações homólogas ocorridas nos subagrupamentos económicos de *Aquisição de bens e serviços* e das *Transferências correntes*, com aumentos de 65,7% e 7,7% respetivamente. Em sentido inverso, destaca-se a diminuição considerável das verbas despendidas em *Despesas com o pessoal* (-52,4 milhões de euros), bem como o decréscimo constatado no subagrupamento económico dos *Subsídios* (-8,2 milhões de euros).

O GRÁFICO 10 demonstra, separando por grandes agrupamentos económicos, a evolução da despesa realizada nos anos de 2011 e 2012, a qual será objeto de análise nos pontos seguintes.

GRÁFICO 10 – DESPESAS POR GRANDES AGRUPAMENTOS ECONÓMICOS (2011-2012)



7.3.2.1. DESPESAS COM O PESSOAL

No que se refere às *Despesas com o pessoal*, verifica-se que em 2012 foram significativamente inferiores às do ano anterior, quer em termos absolutos (-52,4 milhões de euros) quer em termos relativos (-14,7%). Deste modo, as *Despesas com pessoal* representaram cerca de 19,8% das despesas realizadas em 2012.

QUADRO 38 – DESPESAS COM O PESSOAL (2011-2012)

Designação	2011			2012			Δ 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	296.760,0	83,3%	97,9%	257.611,1	84,8%	98,8%	-39.148,9	-13,2%
Abonos variáveis ou eventuais	10.152,3	2,9%	83,9%	2.712,9	0,9%	65,6%	-7.439,4	-73,3%
Segurança social	49.203,9	13,8%	91,7%	43.403,5	14,3%	93,2%	-5.800,5	-11,8%
Total despesas com pessoal	356.116,2	100,0%	96,5%	303.727,4	100,0%	97,5%	- 52.388,7	-14,7%

Este decréscimo reflete a execução das medidas decorrentes do PAEF-RAM e da Lei do OE, dado que estas implicaram, além da suspensão do subsídio de férias e de Natal aos funcionários públicos, o controlo das admissões e limitação de promoções, o congelamento dos salários no setor público, em termos nominais, e o alcance dos objetivos de redução dos efetivos reais bem como da redução de cargos de dirigentes e de unidades administrativas

Destaca-se ainda que a rubrica *Abonos variáveis ou eventuais* tem vindo a registar sucessivos decréscimos nos últimos anos, sendo que em 2012 diminuiu 73,3% em resultado, das medidas de contenção de despesas desta natureza adotadas pelo Governo Regional, nas quais se destaca a suspensão ou redução do pagamento de subsídios ou abonos destinados a compensar os custos de insularidade.

Da análise pormenorizada sobressai que, dos 52,4 milhões de euros de redução em despesas com o pessoal relativamente a 2011, a maior parte se deve à diminuição nas *Remunerações certas e permanentes* (39,2 milhões de euros), sendo que a *Segurança social* apresenta uma redução de 5,8 milhões de euros. Estes valores refletem, conforme referido, a supressão dos subsídios de férias e de Natal e as demais medidas com impacto ao nível do agrupamento das despesas com o pessoal.

7.3.2.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Analisando as rubricas de despesa incluídas no agrupamento da *Aquisição de bens e serviços* sobressaem os pagamentos efetuados na rubrica D.02.02.21 – *Utilização de infraestruturas de transportes*, com um incremento homólogo significativo de 112%.

QUADRO 39 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (2011-2012)

(mil euros)

Designação	2011			2012			Δ 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Alimentação-Refeições confeccionadas	2.828,3	2,7%	48,7	4.337,0	2,5%	74,0	1.508,7	53%
Munições, explosivos e artificios	5,7	0,0%	0,4	1.420,3	0,8%	91,9	1.414,6	24976%
Alimentação-Géneros p ^a confeccionar	1.894,7	1,8%	71,3	1.314,9	0,8%	68,1	- 579,7	-31%
Combustíveis e lubrificantes	686,8	0,7%	42,1	1.135,8	0,7%	40,6	449,0	65%
Outros bens	5.081,2	4,9%	52,9	2.704,8	1,6%	41,2	- 2.376,3	-47%
Utilização de infraestruturas de transportes	54.269,3	52,6%	42,0	114.944,8	67,2%	95,5	60.675,4	112%
Locação de edifícios	12.625,0	12,2%	95,0	12.772,4	7,5%	91,7	147,4	1%
Encargos das instalações	3.042,4	2,9%	25,8	9.399,2	5,5%	51,3	6.356,7	209%
Conservação de bens	5.716,4	5,5%	39,9	6.232,9	3,6%	74,0	516,5	9%
Outros serviços	16.996,3	16,5%	36,5	16.662,0	9,7%	49,7	- 334,3	-2%
	103.146,1	100,0%	43,6	170.924,1	100,0%	80,2	67.778,0	65,7%

O aumento verificado na rubrica *Utilização de infraestruturas de transportes* representa aproximadamente 60,7 milhões de euros da variação global da *Aquisição de bens e serviços* expressa no QUADRO 39. Esta rubrica totaliza 114,9 milhões de euros, ou seja, 67,2% da execução total.

Relativamente aos *Encargos das instalações* e apesar do aumento homólogo ascender a 209%, verificamos que estas representam apenas 5,5% do total das despesas do agrupamento económico em apreço sendo que incluem o pagamento de encargos de anos anteriores. Excluindo o subagrupamento *Outros bens* e *Alimentação – Géneros para confeccionar*, que apresentam uma diminuição em relação ao ano anterior, todos os restantes subagrupamentos incluídos na *Aquisição de bens* se pautaram por aumentos homólogos, sendo de destacar a variação positiva de 1,4 milhões de euros em *Munições, explosivos e artificios*, bem como a *Alimentação – Refeições confeccionadas* com um incremento de 1,5 milhões de euros relativamente a 2011.

7.3.2.3. SUBSÍDIOS

O QUADRO 40 contempla a distribuição dos *Subsídios* e permite uma leitura clara sobre os fluxos não reembolsáveis do Governo para as empresas. Os montantes despendidos neste âmbito pelo Governo Regional durante o ano económico de 2012 ascenderam a 14,2 milhões de euros, o que representa um peso residual no total das despesas realizadas (0,9%). A política de atribuição de apoios por parte do Governo Regional centra esforços em setores sociais relevantes e estratégicos para a Região, nomeadamente a habitação, o ambiente e os transportes.

QUADRO 40 – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, 2012

Descrição	(mil euros)	
	Valor	%
Sistema de gestão transportes	11.284,1	79,7%
Indemnizações compensatórias para as empresas do sector dos transportes, incluídas no orçamento da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com vista a garantir níveis de preços sociais ao utilizador, inferiores aos custos dos transportes públicos colectivos urbanos e interurbanos.		
Modernização e diversificação da economia rural	2.669,7	18,9%
Apoio à exploração da Invest. gestão hidroagrícola-IGH, SA	1.746,8	
Apoios à exploração do CARAM, EPE	844,4	
Acções de apoio à agricultura madeirense	78,5	
Outros apoios concedidos	200,1	1,4%
Apoio à frota pesqueira e indústria - DRP	197,4	
Integração profissional de deficientes - DREER	2,7	
Total subsídios	14.153,8	100,0%

Os dados patenteados no quadro anterior mostram que cerca de 80% do montante global concedido através de subsídios por parte do Governo Regional em 2012, ou seja 11,3 milhões de euros, se destinaram ao setor dos transportes, devido à importância dos custos com as indemnizações compensatórias atribuídas às empresas de transportes coletivos urbanos e interurbanos de passageiros, para manutenção de tarifas sociais. Deste valor, 5,6 milhões de euros, referem-se a indemnizações compensatórias do ano de 2012 e o remanescente a valores destinados a regularizar encargos de anos anteriores.

Globalmente, o acréscimo verificado ascende a 99,3% relativamente ao ano anterior, sendo que o mesmo justifica-se em grande parte pelo esforço de regularização de valores em dívida de anos anteriores.

7.3.2.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Este capítulo analisa as transferências orçamentais e reporta as importâncias a entregar aos organismos e entidades para financiar despesas correntes e de capital. Estas transferências assumem especial relevância no total da despesa anual, perfazendo 28,3% do total da despesa em

2012, ou seja, 431,2 milhões de euros, o que revela um aumento neste tipo de despesa em relação ao ano anterior na ordem dos 8,6%.

QUADRO 41 – TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS EFETUADAS, 2012

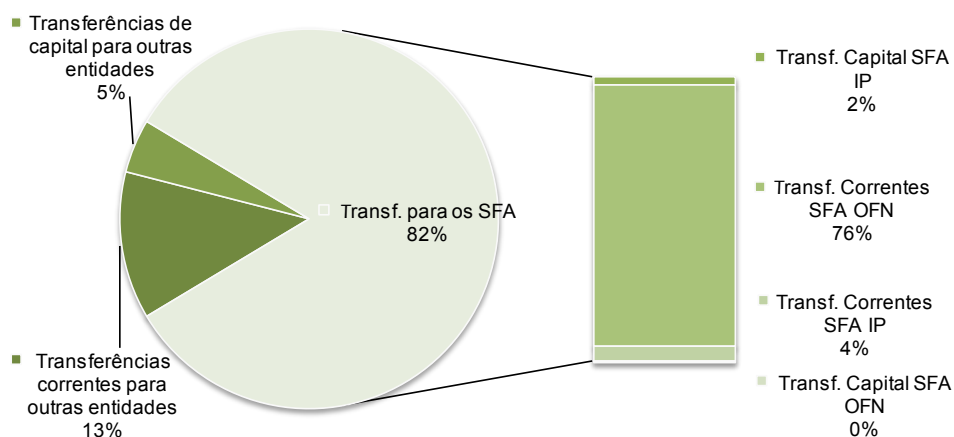
(mil euros)

	Transferências correntes			Transferências de capital			Transferências Totais		
	FUNC.	INV.P.	Total	FUNC.	INV.P.	Total	FUNC.	INV.P.	Total
Sociedades e quase soc não financeiras	11.134,2	10.887,5	22.021,6	-	7.128,3	7.128,3	11.134,2	18.015,8	29.149,9
Sociedades financeiras	329,1	-	329,1	-	-	-	329,1	-	329,1
Administração central	-	-	-	-	1.379,5	1.379,5	-	1.379,5	1.379,5
Administração regional	328.674,4	17.184,6	345.859,1	568,1	10.489,7	11.057,8	329.242,5	27.674,3	356.916,8
Administração local	-	7,8	7,8	-	3.615,2	3.615,2	-	3.623,0	3.623,0
Segurança social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições s/ fins lucrativos	20.842,6	7.809,5	28.652,2	-	7.698,4	7.698,4	20.842,6	15.508,0	36.350,6
Famílias	2.615,0	803,2	3.418,3	-	-	-	2.615,0	803,2	3.418,3
Resto do mundo	18,4	22,7	41,1	-	-	-	18,4	22,7	41,1
TOTAL	363.613,7	36.715,3	400.329,1	568,1	30.311,1	30.879,2	364.181,8	67.026,5	431.208,3

Por natureza, a estrutura dos montantes transferidos pelo Governo Regional subdivide-se, por um lado, em 92,8% de natureza corrente, sendo que 90,8% destas estão inscritas em rubricas do orçamento de funcionamento normal. Por outro lado, 15,5% do total dos montantes transferidos incluem-se nos investimentos do Plano e deste valor 45,2% foi destinado a financiar as despesas de capital.

A maior parte das transferências orçamentais teve como destino os Serviços e Fundos Autónomos (SFA), representando 82,8% do total das transferências concedidas pelo Governo Regional, facto que mostra a relevância das transferências do Governo Regional para os SFA. O GRÁFICO 11 ilustra a estrutura das transferências do Governo Regional para as diferentes entidades e torna bastante clara a evidência supramencionada.

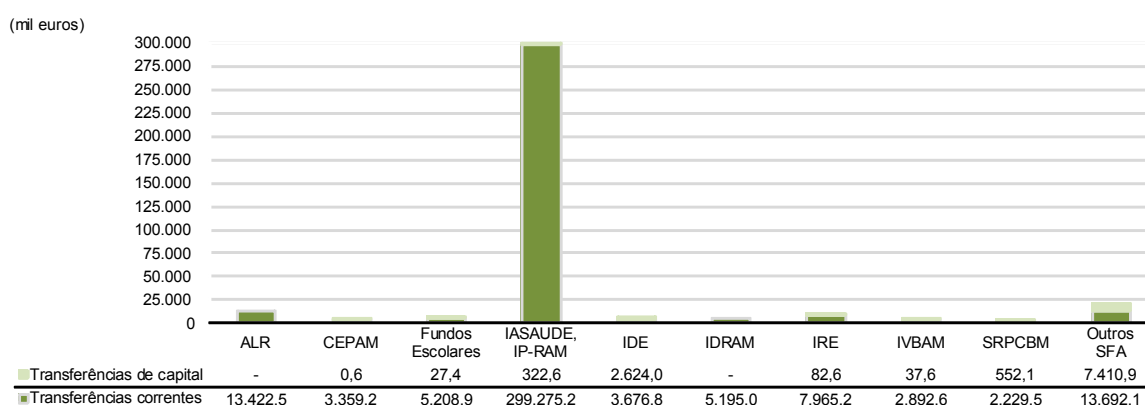
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2012



7.3.2.4.1. TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Passando à análise das *Transferências correntes e de capital* para os Serviços e Fundos Autónomos, verifica-se pelo gráfico seguinte, que desagrega por serviço o montante das transferências, resumindo os dez maiores, que estas ascenderam ao montante de 356,9 milhões de euros e totalizaram 82,8% das despesas desta natureza durante o ano de 2012.

GRÁFICO 12 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, 2012



Constata-se pelo GRÁFICO 12 que o IASAUDE – Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, foi destacadamente o maior recetor destes fluxos financeiros, cujo valor ascendeu a 299,3 milhões de euros. Este serviço continua a assumir o maior peso relativo no total das transferências para os Serviços e Fundos Autónomos (83,9%), sendo de destacar que grande parte do valor transferido se destinou a regularizar valores em dívida com o SESARAM e outras entidades na área da saúde.

7.3.2.4.2. TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES

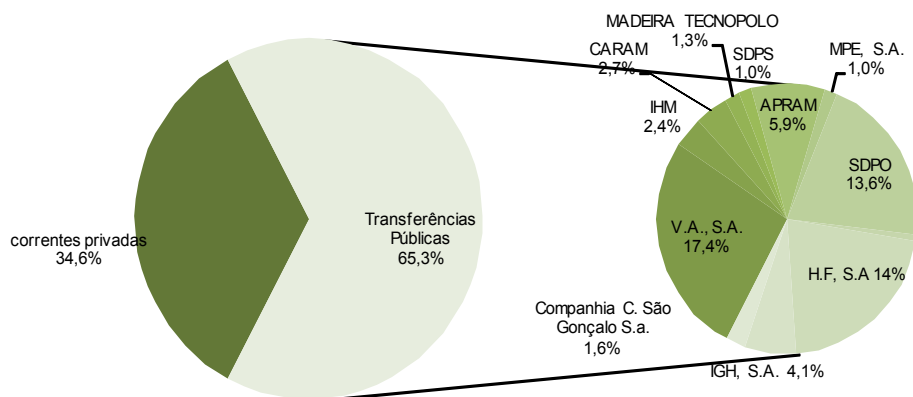
Analisando as transferências para sociedades públicas e privadas, excluindo as transferências para os Serviços e Fundos Autónomos, verifica-se que as importâncias transferidas em 2012 para as demais entidades representaram 6,8% do total das *Transferências correntes e de capital*.

QUADRO 42 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2012

SR	Designação	Valor (mil euros)	%
Comparticipações financeiras para creches e estabelecimentos de educação pré-escolar		11.302,5	38,8%
SRE	26 Creches e Jardins Infância, Externatos, outros		
Gestão sustent.resíduos e recursos hídricos e águas residuais		7.341,5	25,2%
SRA	Apoios à Valor Ambiente, SA		
Valorização da Atividade Desportiva		3.411,9	11,7%
SRE	Apoio à Competição Desportiva Nacional em diversas Modalidades		
Melhoria acessibilidades internas e externas reforço mobilidade		2.500,0	8,6%
SRT	Setor público empresarial - APRAM SA		
Apoio ao Desenvolvimento Regional e Local		1.483,8	5,1%
SRF	Sociedades de Desenvolvimento - SDZO		
Modernização e deversificação da economia rural		635,0	2,2%
SRA	Apoios ao CARAM - Centro de Abate da RAM, E.P.E.		
Fomento utilização tecnologias informação e comunicação		544,5	1,9%
SRE	Madeira Tecnopolo		
Promover Habitação c/ integração social urbanística paisagística		534,1	1,8%
SRAS	Aquisição, construção, conservação Habitação - IASAUDE,IP-RAM,IHM		
Fundo de apoio à reconstrução da Madeira		468,0	1,6%
SRAS	IASAUDE,IP-RAM,IHM		
Outras transferências correntes e de capital		928,7	3,2%
SRT	Turismo Desportivo - Outros Desportos-DRT	435,2	1,5%
VP	Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora,SA-MPE	407,0	1,4%
VP	Consolidação e Establ. de Falésias e Taludes	33,9	0,1%
SRA	Ações Apoio à Agricultura e Pecuária Madeirense	22,7	0,1%
VP	Informatização Servicos afetos à DRCIE	14,0	0,0%
SRE	Apoio à Construção Remodelação Apetrechamento Estabelecimentos	11,6	0,0%
SRA	Promoção e Valorização dos Produtos Regionais	4,2	0,0%
Total 04.01 e 08.01 _ Transferências correntes e de capital - Sociedades e quase-sociedades não financeiras		29.149,9	100,0%

Em relação às transferências supracitadas para as Sociedades e quase-sociedades não financeiras (subagrupamentos económicos 04.01 e 04.02), o QUADRO 42 decompõe as verbas transferidas por Programa, sendo que o GRÁFICO 13 ilustra o respetivo peso relativo por entidade.

GRÁFICO 13 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2012



No que concerne às transferências para sociedades públicas e privadas constata-se que em 2012 as transferências desta natureza, repartiram-se entre 65,3% e 34,6% respetivamente.

Para uma informação mais pormenorizada acerca das *Transferências correntes e de capital para Sociedades e quase-sociedades não financeiras, Administração central, regional e local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias e Resto do mundo*, deverão ser consultados os Anexos IX e XI deste relatório.

7.3.2.5. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

No que concerne à *Aquisição de bens de capital* no ano económico de 2012, as verbas realizadas atingiram os 217,9 milhões de euros, ou seja, mais 126,6 milhões de euros do que as despendidas em 2012 em termos absolutos, refletindo deste modo, um aumento na ordem dos 138,6% em termos relativos. De salientar que 78,8% deste valor se destinou ao pagamento de valores em dívida de anos anteriores.

7.3.2.6. ATIVOS FINANCEIROS

Neste agrupamento económico contabilizam-se as operações financeiras, quer ao nível da aquisição de títulos de crédito, quer com a concessão de empréstimos, aditamentos ou subsídios reembolsáveis.

No quadro seguinte constam as despesas em *Ativos financeiros*, sendo que no ano de 2012 as despesas desta natureza estiveram afetas aos *Empréstimos a médio e longo prazo*, que englobam as despesas provenientes de empréstimos concedidos a título reembolsável com horizonte temporal superior a um ano, bem como às *Ações e outras participações*, que abrangem as despesas resultantes de aplicações financeiras.

QUADRO 43 - ATIVOS FINANCEIROS (2012)

Entidade	(mil euros)		
	Empréstimos a médio e longo prazos	Ações e outras participações	Ativos financeiros
PONTA DO OESTE-SOC.PROM.DESEN.ZONA OESTE	85.186,1	-	85.186,1
SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO PORTO SANTO,SA	62.013,1	-	62.013,1
SOC.METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO,SA	61.981,5	-	61.981,5
SOC.DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE,S.A.	22.900,8	2.304,6	25.205,4
MADEIRA PARQUES EMPR.SOC.GESTORA,S.A.	15.193,0	-	15.193,0
JORNAL DA MADEIRA, LDA	3.420,8	-	3.420,8
VIAMADEIRA - CONCESSÃO VIÁRIA DA MADEIRA, S.A.	-	400,0	400,0
Total Activos Financeiros	250.695,25	3.104,62	253.799,86

7.3.2.7. SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 2012 as verbas despendidas com *Juros e outros encargos* totalizaram 43,3 milhões de euros, representando 35,6% do total da despesa com o serviço da dívida.

QUADRO 44 - SERVIÇO DA DÍVIDA (2011-2012)

Designação	(mil euros)							
	2011			2012			Δ 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Juros e outros encargos	36.416,7	45,4%	56,7%	43.331,7	35,6%	38,3%	6.915,0	19,0%
Juros da dívida pública	36.108,5	45,0%	56,5%	43.043,1	35,3%	38,2%	6.934,6	19,2%
Outros encargos correntes da dívida pública	307,1	0,4%	99,1%	279,1	0,2%	83,3%	- 28,0	-9,1%
Outros juros	0,5	0,0%	0,5%	9,5	0,0%	3,4%	9,0	1797,8%
Outros encargos financeiros	0,6	0,0%	67,1%	-			- 0,6	-100,0%
Passivos financeiros	43.741,0	54,6%	100,0%	78.525,0	64,4%	98,9%	34.784,1	79,5%
Empréstimos a curto prazo	-			19.384,1	15,9%	100,0%	19.384,1	
Empréstimos a médio e longo prazo	43.741,0	54,6%	100,0%	59.141,0	48,5%	100,0%	15.400,0	35,2%
Outros passivos financeiros	-			-			-	
Serviço da Dívida	80.157,6	100,0%	74,2%	121.856,7	100,0%	63,2%	41.699,1	52,0%

O QUADRO 44 ilustra a estrutura dos encargos com a dívida regional no ano económico de 2012. Relativamente ao ano anterior, os gastos com *Juros e outros encargos* sofreram um aumento de 6,9 milhões de euros (19,2%).

O serviço da dívida engloba os *Passivos financeiros*, o qual compreende as operações financeiras que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, quer da regularização de adiantamentos, bem como subsídios reembolsáveis, execução de avals e garantias.

Este subagrupamento económico é responsável por uma execução de 78,5 milhões de euros e representa 64,4% da despesa total em serviço da dívida. Homologamente, verifica-se um aumento na ordem dos 79,5%, isto é, mais 34,8 milhões de euros do que em 2011.

7.3.3. POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

A classificação funcional das despesas permite uma análise à aplicação dos recursos financeiros de acordo com as diversas funções da mesma.

Pela avaliação da execução orçamental considerando este tipo de classificação, os encargos dirigidos ao subagrupamento das *funções sociais* assumem o maior peso na execução orçamental do ano económico de 2012, ao qual estão afetos 47,5% da despesa realizada, sendo que a *Educação* e a *Saúde* constituem as principais áreas de intervenção, conforme demonstram os 40,3% do total da execução orçamental do ano em apreço, divididos em metade para cada função.

QUADRO 45 – ORÇAMENTO/EXECUÇÃO DAS DESPESAS 2012, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

(mil euros)

Designação	Orçamento final		Execução Orçamental		Δ Execução - Orçamento	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Funções gerais de soberania:	343.894,9	10,4%	314.155,2	20,5%	- 29.739,7	-8,6%
Serviços gerais de administração pública	334.536,5	10,1%	306.056,1	20,0%	- 28.480,4	-8,5%
Defesa nacional	-	-	-	-	-	-
Segurança e ordem públicas	9.358,4	0,3%	8.099,1	0,5%	- 1.259,3	-13,5%
Funções sociais:	1.017.692,7	30,8%	727.567,7	47,5%	- 290.125,0	-28,5%
Educação	360.620,4	10,9%	310.052,2	20,2%	- 50.568,2	-14,0%
Saúde	404.556,4	12,2%	307.512,8	20,1%	- 97.043,6	-24,0%
Segurança e acção sociais	-	-	-	-	-	-
Habitação e serviços colectivos	179.352,6	5,4%	78.885,0	5,1%	- 100.467,6	-56,0%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	73.163,3	2,2%	31.117,7	2,0%	- 42.045,6	-57,5%
Funções económicas:	1.235.922,7	37,4%	369.523,6	24,1%	- 866.399,1	-70,1%
Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	46.267,3	1,4%	38.531,6	2,5%	- 7.735,7	-16,7%
Indústria e energia	17.815,0	0,5%	16.973,1	1,1%	- 841,9	-4,7%
Transportes e comunicações	1.122.986,3	34,0%	282.559,0	18,4%	- 840.427,3	-74,8%
Comércio e turismo	30.812,7	0,9%	20.625,9	1,3%	- 10.186,8	-33,1%
Outras funções económicas	18.041,4	0,5%	10.833,9	0,7%	- 7.207,4	-39,9%
Outras funções:	706.538,7	21,4%	121.847,2	7,9%	- 584.691,5	-82,8%
Operações da dívida pública	192.396,0	5,8%	121.847,2	7,9%	- 70.548,8	-36,7%
Transferências entre administrações	-	-	-	-	-	-
Diversas não especificadas	514.142,7	15,6%	-	-	- 514.142,7	-100,0%
Total	3.304.049,0	100,0%	1.533.093,6	100,0%	- 1.770.955,4	-53,6%

No que concerne às *funções económicas*, estas representaram 24,1% dos encargos realizados, sendo que só o subagrupamento funcional dos *Transportes e Comunicações* representa 18,4% do total da despesa, i. e., 282,6 milhões de euros. A baixa execução relativamente aos valores orçamentados reflete a não execução das verbas reforçadas em resultado da alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M. Seguem-se as *funções gerais de soberania* e as *outras funções*, com pesos relativos de 20,5% e 7,9% da execução orçamental de 2012, respetivamente.

Pela apreciação da evolução anual das despesas, tendo em conta a sua classificação funcional, conforme apresentada no QUADRO 46, permite inferir que o incremento da execução orçamental patente no exercício de 2012 é extensivo a todas as funções, destacando-se, por mais acentuadas, as variações ocorridas nas *funções gerais de soberania* (441%) e nas *funções económicas* (-91,1%).

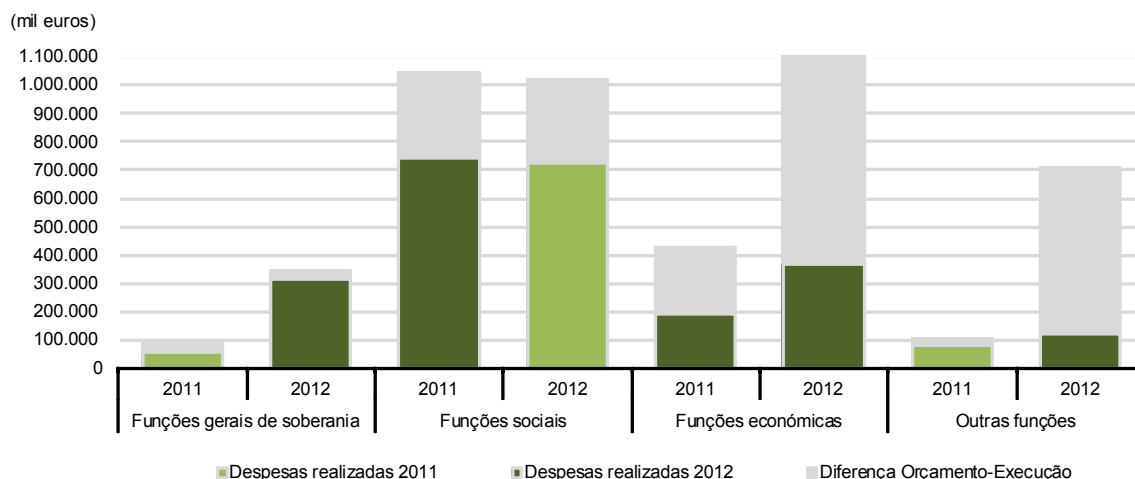
QUADRO 46 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2011-2012)

(mil euros)

Designação	2011			2012			Δ 2012- 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
1 Funções gerais de soberania:	58.083,0	5,4%	66,1%	314.155,2	20,5%	91,4%	256.072,2	440,9%
11 Serviços gerais de administração pública	48.742,9	4,5%	83,2%	306.056,1	20,0%	91,5%	257.313,2	527,9%
12 Defesa nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
13 Segurança e ordem públicas	9.340,1	0,9%	31,9%	8.099,1	0,5%	86,5%	- 1.241,0	-13,3%
2 Funções sociais:	744.077,0	69,2%	71,2%	727.567,7	47,5%	71,5%	- 16.509,3	-2,2%
21 Educação	348.148,6	32,4%	84,7%	310.052,2	20,2%	86,0%	- 38.096,4	-10,9%
22 Saúde	266.560,7	24,8%	76,4%	307.512,8	20,1%	76,0%	40.952,1	15,4%
23 Segurança e acção sociais	-	-	-	-	-	-	-	-
24 Habitação e serviços colectivos	91.729,1	8,5%	43,0%	78.885,0	5,1%	44,0%	- 12.844,1	-14,0%
25 Serviços culturais, recreativos e religiosos	37.638,5	3,5%	52,6%	31.117,7	2,0%	42,5%	- 6.520,8	-17,3%
3 Funções económicas:	193.369,4	18,0%	45,2%	369.523,6	24,1%	29,9%	176.154,2	91,1%
31 Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	40.243,8	3,7%	74,2%	38.531,6	2,5%	83,3%	- 1.712,1	-4,3%
32 Indústria e energia	1.600,7	0,1%	55,5%	16.973,1	1,1%	95,3%	15.372,4	960,4%
33 Transportes e comunicações	113.645,0	10,6%	37,5%	282.559,0	18,4%	25,2%	168.914,0	148,6%
34 Comércio e turismo	27.081,1	2,5%	56,0%	20.625,9	1,3%	66,9%	- 6.455,2	-23,8%
35 Outras funções económicas	10.798,8	1,0%	55,7%	10.833,9	0,7%	60,1%	35,1	0,3%
4 Outras funções:	80.156,6	7,5%	74,3%	121.847,2	7,9%	17,2%	41.690,6	52,0%
41 Operações da dívida pública	80.156,6	7,5%	74,3%	121.847,2	7,9%	63,3%	41.690,6	52,0%
42 Transferências entre administrações	-	-	-	-	-	-	-	-
43 Diversas não especificadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.075.685,8	100,0%	64,4%	1.533.093,6	100,0%	46,4%	457.407,8	42,5%

Apresenta-se seguidamente a informação constante do quadro anterior ao nível gráfico. Assim, o GRÁFICO 14 ilustra a evolução ocorrida entre 2011 e 2012, tanto ao nível da orçamentação, como ao nível da realização da despesa, na ótica funcional. A figura revela a dimensão das diferentes funções e permite identificar o vetor social como o mais relevante.

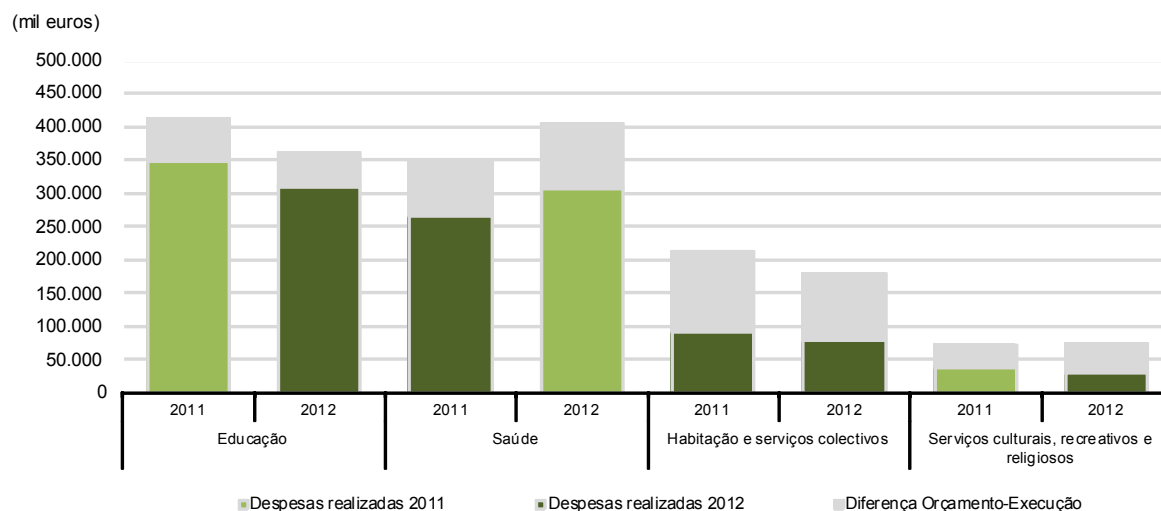
GRÁFICO 14 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2011-2012)



7.3.3.1. FUNÇÕES SOCIAIS

As *Funções sociais* consumiram a maior fatia dos recursos financeiros em 2012. Deste modo a análise do GRÁFICO 15 permite confirmar a importância relativa das diversas subfunções e da respetiva execução nos anos económicos de 2011 e 2012.

GRÁFICO 15 – DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES SOCIAIS, 2011-2012



As parcelas monetárias direcionadas para as *funções sociais* representam a fração principal da despesa realizada. Os 727,5 milhões de euros de despesa realizada representam 47,5% do total da despesa realizada pelo Governo Regional em 2012.

A *Educação* apresenta uma execução orçamental na ordem dos 310,1 milhões de euros, constituindo deste modo a subfunção com maior expressão e representa 20,2% da execução total da despesa, ou seja, um quinto da execução orçamental de 2012. De referir que a diminuição homóloga registada nesta subfunção foi a mais relevante, isto é, foram gastos menos 38 milhões de euros do que no ano anterior, o que resulta, essencialmente do peso das despesas com o pessoal nesta subfunção e das medidas que durante o ano de 2012 implicaram a redução efetiva das despesas desta natureza.

A *Saúde* com 307,5 milhões euros configura a subfunção, a par da *Educação*, que detém maior peso relativo, ou seja representa 20,1% da execução da despesa, sendo que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais assume a quase totalidade da despesa executada em 2012. Este subagrupamento funcional apresenta uma taxa de execução de 76% relativamente ao valor orçamentado e denota um acréscimo de despesa na ordem dos 41,0 milhões de euros.

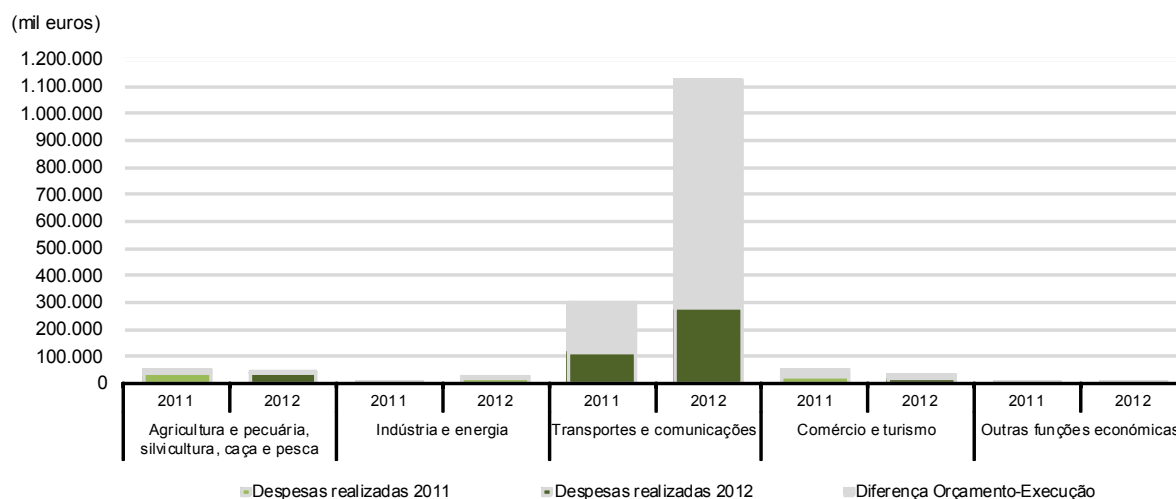
Relativamente à *Habituação e serviços coletivos*, as despesas pagas atingiram o montante de 78,8 milhões euros, pelo que o valor executado diminui -14,0% relativamente a 2011, o que decorre da reorganização dos serviços do Governo Regional e do facto das transferências para a IHM, em 2012, não serem efetuadas diretamente pelos serviços do Governo Regional. Por seu turno, as despesas com os *serviços culturais, recreativos e religiosos* totalizaram 31,1 milhões de euros, ou seja 2% do montante total de despesa realizada em 2012.

7.3.3.2. FUNÇÕES ECONÓMICAS

As *funções económicas* tiveram um papel bastante significativo na execução orçamental de 2012 e representaram quase um quarto do total da despesa efetuada, mais concretamente ascenderam a 24,1%, o que em termos absolutos representa os 369,5 milhões de euros. O nível de execução evidenciado ficou a dever-se à não concretização de operações de 1,1 mil milhões de euros destinados à regularização de encargos de anos anteriores.

O GRÁFICO 16 ilustra o peso relativo dos diversos agregados incluídos nas Funções económicas, e a respetiva execução nos anos económicos de 2011 e 2012.

GRÁFICO 16 - DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES ECONÓMICAS, 2011-2012



Analisando as *Funções económicas* mais pormenorizadamente, depreende-se que dos 369,5 milhões de euros realizados só na subfunção *Transportes e comunicações* foram executados 282,6 milhões de euros o que corresponde a 18,4% da despesa total realizada em 2012. Esta subfunção denota um aumento homólogo de 148,6%, o que representa em termos absolutos mais 168,9 milhões de euros executados do que no ano anterior. Este acréscimo decorre, em grande parte, do pagamento dos encargos com as SCUTS e da regularização das despesas incluídas na dívida titularizada.

As outras subfunções verificam pesos relativos de dimensão significativamente inferior ao supramencionado. Todavia as despesas com *Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca* representaram, ainda assim 2,5% do total anual, sendo que a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais foi responsável pela execução da totalidade dessas despesas.

As despesas executadas na subfunção *Comércio e turismo* somaram 20,6 milhões de euros (1,3% do total da despesa), com uma taxa de execução de 66,0%. Este montante denota um decréscimo de 6,4 milhões de euros, ou seja -23,8% do que em 2011.

8. INVESTIMENTOS DO PLANO

Em 2012 as despesas afetas a investimentos do Plano – capítulo 50 do Orçamento da Região – foram de 686,3 milhões de euros. Considerando os programas e projetos incluídos no PIDDAR de 2012, a execução global foi de 753,1 milhões de euros, distribuídos pelos seguintes departamentos do Governo Regional (QUADRO 47).

QUADRO 47 - PIDDAR 2012 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

(euros)

DEPARTAMENTOS	FINANCIAMENTO REGIONAL		FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO		OUTRAS FONTES		TOTAL
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	
TOTAL	632 392 787	84,0%	70 368 488	9,3%	50 341 611	6,7%	753 102 886
VICE-PRESIDÊNCIA	190 764 926	69,0%	39 503 587	14,3%	46 236 381	16,7%	276 504 894
PLANO E FINANÇAS	365 971 321	99,8%	831 159	0,2%	600	0,0%	366 803 080
AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	20 871 521	64,3%	11 552 079	35,6%	47 326	0,1%	32 470 926
CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES	24 571 171	94,7%	1 363 810	5,3%	6 925	0,0%	25 941 906
ASSUNTOS SOCIAIS	14 322 400	75,6%	3 485 682	18,4%	1 144 936	6,0%	18 953 019
EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	15 891 449	49,0%	13 632 170	42,0%	2 905 443	9,0%	32 429 062

Da verba global afeta ao PIDDAR, 632,4 milhões de euros provieram de financiamento regional (84,0%), e 70,4 milhões de euros foram financiados através da União Europeia. As verbas provenientes da União Europeia tiveram maior relevância na Vice-Presidência do Governo Regional, na Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos e na Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

A distribuição das verbas por programas e departamentos é apresentada no QUADRO 48.

QUADRO 48 - PIDDAR 2012 - DESPESA POR PROGRAMAS E DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

PROGRAMAS	DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL						(euros)
	VP	SRF	SRA	SRT	SRAS	SRE	TOTAL PIDDAR
TOTAL	276.504.893,78	366.803.079,87	32.470.926,06	25.941.906,08	18.953.018,85	32.429.061,65	753.102.886,29
INOVAÇÃO E QUALIDADE	2.221.185,82	-	-	-	-	980.104,43	3.201.290,25
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	-	-	50.901,04	-	-	99.371,99	150.273,03
GESTÃO DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO NATURAL	45.523.775,88	-	9.114.567,02	-	-	-	54.638.342,90
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	748.029,47	-	-	-	-	16.436.571,22	17.184.600,69
DESPORTO E JUVENTUDE	-	-	-	-	-	8.162.005,34	8.162.005,34
EMPREGO E TRABALHO	-	-	-	-	7.825.694,00	22.637,93	7.848.331,93
SAÚDE	-	-	-	-	59.133,96	-	59.133,96
INTEGRAÇÃO E EQUIDADE SOCIAL	-	-	-	46.645,66	-	8.704,41	55.350,07
HABITAÇÃO E REALOJAMENTO	-	467.988,29	-	-	6.278.102,09	-	6.746.090,38
CULTURA E PATRIMÓNIO	434.032,55	1.461.530,00	2.901,16	1.492.222,91	-	4.350,00	3.395.036,62
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EQUILIBRADO	6.645.731,00	244.913.063,12	1.111.834,34	-	4.645.268,79	-	257.315.897,25
TURISMO	230.678,29	-	-	10.363.913,29	-	-	10.594.591,58
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	-	-	19.665.504,99	-	-	-	19.665.504,99
PESCAS E AQUICULTURA	-	-	1.345.225,57	-	-	-	1.345.225,57
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	42.372.445,40	-	54.919,23	-	-	-	42.427.364,63
ENERGIA	8.669,12	-	-	-	-	-	8.669,12
INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	176.657.316,08	117.292.510,98	-	13.913.259,22	17.241,99	6.342.235,79	314.222.564,06
APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO	1.496.685,88	1.639.579,27	86.419,28	125.110,57	33.833,00	250.300,69	3.631.928,69
COOPERAÇÃO	166.344,29	1.028.408,21	1.038.653,43	754,43	93.745,02	122.779,85	2.450.685,23

Analisando essa informação juntamente com o Anexo XIV, destacam-se as verbas despendidas com:

- *Infraestruturas e equipamentos coletivos* – 314,2 milhões de euros executados principalmente pela Vice-Presidência (176,7 milhões de euros) e pela Secretaria Regional do Plano e Finanças (117,3 milhões de euros);
- *Gestão do ambiente e património natural* – 54,6 milhões de euros executados pela VP (45,5 milhões de euros) e SRA (9,1 milhões de euros);
- *Desenvolvimento territorial equilibrado* – 257,3 milhões de euros, que foram distribuídos por vários departamentos, destacando-se a execução orçamental registada pela SRF (244,9 milhões de euros), VP (6,6 milhões de euros) e SRAS (4,6 milhões de euros); e
- *Educação e Formação* – 17,2 milhões de euros, que estiveram maioritariamente afetos à SRE (16,4 milhões de euros).

O programa *Aperfeiçoamento e modernização do sistema administrativo* foi o único que, dada a sua natureza, foi comum a todos os departamentos do Governo Regional.

Em relação às prioridades estabelecidas pelo PDES, e conforme revela o QUADRO 49, 41,7% das verbas realizadas no âmbito do PIDDAR foram afetadas às *Infraestruturas Públicas e Equipamentos Coletivos* e 34,2% à *Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado*, seguindo-se a realização de projetos enquadrados na prioridade *Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pesca, Indústria, Comércio e Serviços*, com um peso de 8,4%.

Estas foram, de igual modo, as prioridades com maior relevância ao nível da execução do PIDDAR de 2012.

QUADRO 49 - PIDDAR 2012 – ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR PRIORIDADES

(euros)

EXECUÇÃO PIDDAR 2012		
Prioridades PDES	Despesa	Peso
Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento	3.351.563,28	0,4
Desenvolvimento Sustentável - Dimensão Ambiental	54.638.342,90	7,3
Potencial Humano e Coesão Social	40.055.512,37	5,3
Cultura e Património	3.395.036,62	0,5
Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado	257.315.897,25	34,2
Turismo	10.594.591,58	1,4
Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pesca, Indústria, Comércio e Serviços	63.446.764,31	8,4
Infra-estruturas Públicas e Equipamentos Coletivos	314.222.564,06	41,7
Governança Regional e Sub-Regional	6.082.613,92	0,8
Total	753.102.886,29	100,0

O QUADRO 50 evidencia a evolução das despesas afetadas ao Capítulo 50, desde 2009, a preços correntes e a preços constantes e as respetivas taxas de variação anual. Em 2012, a preços correntes constata-se um aumento de 161,1% das despesas realizadas com investimentos do Plano em comparação com 2011.

QUADRO 50 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO (2009-2012)

(mil euros)

Anos	Preços correntes	Variação anual %	Preços de 2009	Variação anual %
2009	250.693,1	-50,4	250.693,1	-49,7
2010	348.385,2	39,0	341.554,1	36,2
2011	250.820,2	-28,0	237.816,4	-30,4
2012	686.257,8	173,6	620.876,6	161,1

8.1. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

No QUADRO 51 é apresentada a evolução das despesas efetuadas com os investimentos do Plano, por departamentos, nos anos de 2011 e 2012.

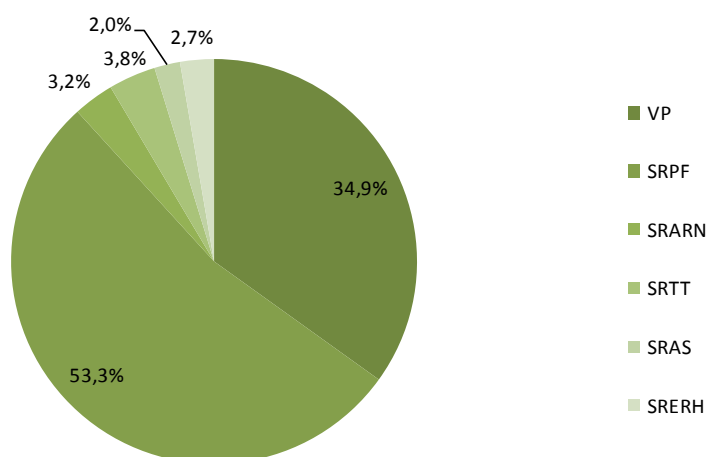
QUADRO 51 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR DEPARTAMENTOS (2011-2012)

Entidades	2011			2012			Δ 2012 2011	
	Valor	%	Taxa Exec	Valor	%	Taxa Exec	Valor	%
Vice-Presidência do Governo	99.119,0	39,5%	34,9%	239.651,1	34,9%	20,7%	140.532,1	141,8%
Plano e Finanças	76.476,0	30,5%	34,1%	365.968,7	53,3%	85,0%	289.492,8	378,5%
Ambiente e Recursos Naturais	29.238,7	11,7%	50,0%	22.210,0	3,2%	60,8%	- 7.028,7	-24,0%
Cultura, Turismo e Transportes	16.939,6	6,8%	42,5%	25.884,5	3,8%	55,1%	8.944,9	52,8%
Assuntos Sociais	8.782,3	3,5%	15,7%	14.061,6	2,0%	36,0%	5.279,3	60,1%
Educação e Recursos Humanos	20.264,7	8,1%	54,4%	18.481,9	2,7%	43,2%	- 1.782,8	-8,8%
Total	250.820,2	100,0%	35,8%	686.257,8	100,0%	39,2%	435.437,6	173,6%

Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2011, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR 8/2011/M, de 14 de Novembro

Pela análise conjunta do QUADRO 51 e do GRÁFICO 17 verifica-se que em 2012, os departamentos com maior volume de despesas de investimento realizadas foram a *Secretaria Regional do Plano e Finanças* e a *Vice-Presidência*, que se destacaram claramente dos restantes departamentos com 366,0 e 239,7 milhões de euros de montante executado.

GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO EM 2012, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA



No capítulo 9 apresenta-se com mais detalhe, a informação relativa aos projetos de investimentos de maior relevo executados por cada um dos Departamentos do Governo Regional.

8.2. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

No QUADRO 52 constam os montantes, efetivamente pagos, afetos aos investimentos do Plano em 2011 e 2012, por agrupamentos da classificação económica, bem como a variação absoluta e relativa ocorrida nesses anos.

QUADRO 52 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Designação	(mil euros)							
	2011			2012			Δ 2012- 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas correntes	132.132,1	52,7%	46,8%	188.193,2	27,4%	75,6%	56.061,0	42,4%
Despesas com o pessoal	687,4	0,3%	96,5%	286,3	0,0%	97,5%	- 401,2	-58,4%
Aquisição de bens e serviços	74.997,3	29,9%	43,6%	136.822,6	19,9%	80,2%	61.825,3	82,4%
Juros e outros encargos	-		56,7%	-		38,3%	-	
Transferências correntes	34.123,1	13,6%	82,1%	36.715,3	5,4%	76,9%	2.592,3	7,6%
Subsídios	22.312,1	8,9%	61,9%	14.153,8	2,1%	62,1%	- 8.158,3	-36,6%
Outras despesas correntes	12,2	0,0%	45,3%	215,1	0,0%	5,7%	202,9	1661,9%
Despesas de capital	118.688,1	47,3%	28,4%	498.064,6	72,6%	33,1%	379.376,5	319,6%
Aquisição de bens de capital	90.823,7	36,2%	31,0%	217.774,5	31,7%	19,2%	126.950,8	139,8%
Transferências de capital	24.236,8	9,7%	21,9%	30.311,1	4,4%	30,0%	6.074,3	25,1%
Ativos financeiros	3.627,6	1,4%	44,4%	249.979,0	36,4%	94,2%	246.351,4	6791,0%
Passivos financeiros	-		100,0%	-		98,9%	-	
Outras despesas de capital	-			-			-	
Total	250.820,2	100,0%	35,8%	686.257,8	100,0%	39,2%	435.437,6	173,6%

Em 2012, o total das despesas afetas aos investimentos do Plano aumentou consideravelmente (435,4 milhões de euros, ou seja, 173,6%), tendo as *Despesas correntes* aumentado 42,4% e as *Despesas de capital* 319,6%. De notar que, em 2012, as *Despesas de capital* representam 72,6% o que corresponde um aumento de 25,3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. No total, a estrutura das despesas dos investimentos do plano sofreu uma alteração sendo as despesas de capital substancialmente superiores às *correntes* – contrariamente ao ano anterior.

O aumento verificado ao nível dos investimentos do Plano foi essencialmente influenciado pelos agrupamentos económicos *Ativos* (+6.791,0%), o que resulta, em grande parte, da regularização dos valores da Zarco Finance, *Aquisição de bens de capital* (+139,8% devidos, essencialmente à regularização de encargos de anos anteriores incluídos na operação de dívida titularizada), *Aquisição de bens e serviços* (82,4%), e *Transferências de capital* (+25,1%). As *Transferências correntes*, por sua vez, registaram um aumento de 7,6%, nas quais se incluem as transferências para os Serviços e Fundos Autónomos (SFA), sendo que o aumento registado em *Outras despesas correntes* é residual com 202,9 mil euros. Nos restantes itens regista-se uma diminuição nomeadamente ao nível dos

Subsídios e das Despesas com o pessoal, respetivamente com -8,2 milhões de euros e 401,2 mil euros.

8.3. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

No QUADRO 53 é apresentada a distribuição das despesas com investimentos do Plano, por classificação funcional, nos anos de 2011 e 2012, informação esta respeitante aos níveis de execução e das variações ocorridas, em termos absolutos e relativos. Verificamos que, de 2011 para 2012, houve um aumento significativo da despesa afeta aos agrupamentos funcionais económicos e de soberania e uma diminuição nas funções sociais.

QUADRO 53 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR FUNÇÕES

Designação	(mil euros)							
	2011			2012			Δ 2012- 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Funções gerais de soberania:	2.513,7	1,0%	2,9%	243.337,6	35,5%	70,8%	240.823,9	9580,6%
Serviços gerais de administração pública	2.513,7	1,0%	4,3%	243.324,3	35,5%	72,7%	240.810,7	9580,0%
Defesa nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Segurança e ordem públicas	-	-	-	13,3	0,0%	0,1%	13,3	-
Funções sociais:	128.236,8	51,1%	12,3%	115.175,6	16,8%	11,3%	- 13.061,2	-10,2%
Educação	13.040,4	5,2%	3,2%	17.084,1	2,5%	4,7%	4.043,7	31,0%
Saúde	4.736,8	1,9%	1,4%	7.341,0	1,1%	1,8%	2.604,2	55,0%
Segurança e acção sociais	-	-	-	-	-	-	-	-
Habituação e serviços colectivos	88.907,8	35,4%	41,7%	69.943,9	10,2%	39,0%	- 18.963,9	-21,3%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	21.551,8	8,6%	30,1%	20.806,6	3,0%	28,4%	- 745,2	-3,5%
Funções económicas:	120.069,7	47,9%	28,0%	327.744,6	47,8%	26,5%	207.674,8	173,0%
Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	7.978,3	3,2%	14,7%	9.524,3	1,4%	20,6%	1.546,0	19,4%
Indústria e energia	72,5	0,0%	2,5%	15.661,7	2,3%	87,9%	15.589,2	21515,8%
Transportes e comunicações	89.005,0	35,5%	29,3%	281.631,0	41,0%	25,1%	192.626,0	216,4%
Comércio e turismo	22.739,9	9,1%	47,0%	15.035,4	2,2%	48,8%	- 7.704,5	-33,9%
Outras funções económicas	274,1	0,1%	1,4%	5.892,3	0,9%	32,7%	5.618,2	2049,9%
Outras funções:	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações da dívida pública	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre administrações	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas não especificadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	250.820,2	100,0%	35,8%	686.257,8	100,0%	39,2%	435.437,6	173,6%

As despesas em projetos de investimentos do Plano, inseridas nas *Funções económicas* foram de 327,7 milhões de euros, estando 281,6 milhões de euros (41,0%) afetas aos *Transportes e comunicações*. Note-se o aumento desta função de 173,0%, após um decréscimo verificado no ano anterior de -17,6%. Este aumento é explicado essencialmente pelas despesas de *Transportes e Comunicações* como também pela *Indústria e energia* (com um peso de 2,3%) e pelo *Comércio e turismo* (2,2%). Em termos relativos, o peso destas despesas no total aumentou de 44,6% para 45,5%.

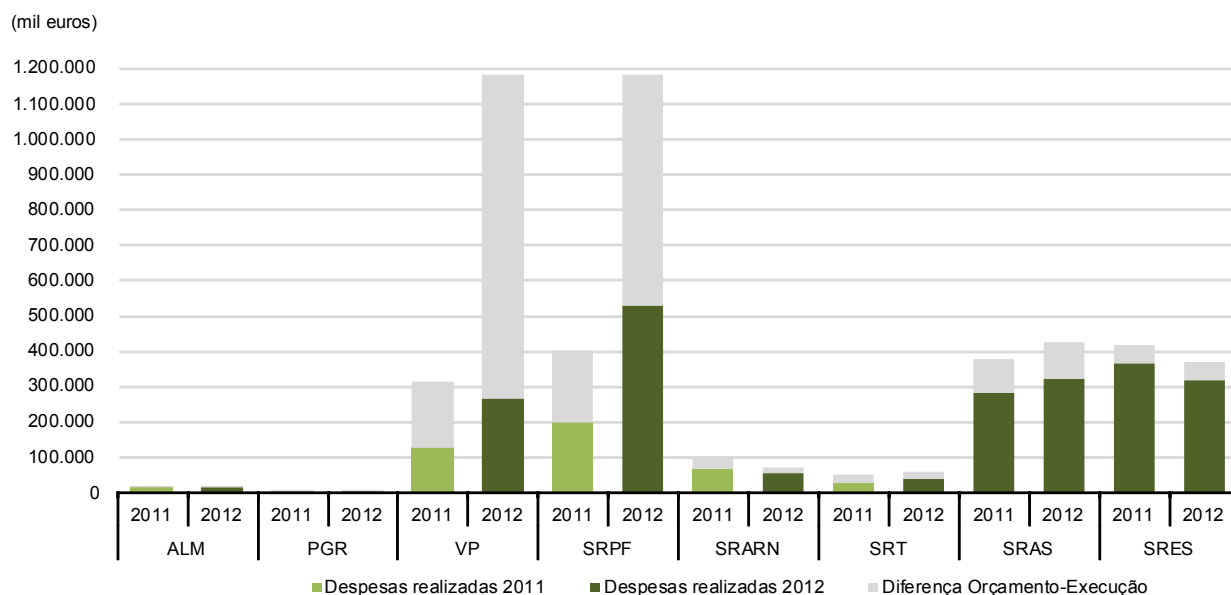
As despesas com as *Funções gerais de soberania* passaram a assumir uma importância relevante, contrariamente aos anos anteriores em que era residual, perfazendo 243,4 milhões de euros, despendidos na sua totalidade em *Serviços gerais da administração pública*.

As despesas em projetos de investimentos do Plano inseridos nas *Funções sociais* representam 16,8% dos investimentos realizados no ano de 2012, tendo ascendido a 115,2 milhões de euros. Destas, 69,9 milhões de euros (60,7% do total das *Funções sociais*) estão afetas à *Habitação e serviços coletivos*, apesar da diminuição de 19,0 milhões de euros em relação ao ano anterior. Esta diminuição decorre da reestruturação dos serviços do Governo Regional de acordo com a qual as transferências para a IHM, EPERAM passaram a processar-se pelo orçamento do IASAÚDE deixando assim de ter expressão ao nível desta subfunção nas despesas do Governo Regional. Aos *Serviços culturais e recreativos* ficaram afetos praticamente o mesmo valor do ano anterior com 20,8 milhões de euros (18,0% do total das *Funções Sociais*) e à *Educação* 17,1 milhões de euros. Apesar de menos significativas, é de realçar o aumento das despesas com a *Saúde* que se fixaram em 7,3 milhões de euros em 2012. Este acréscimo estará relacionado com as transferências para o IASAÚDE no âmbito da *Habitação*.

9. ANÁLISE DOS SUBSETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

Neste capítulo é apresentado as despesas realizadas por cada Departamento do Governo Regional evidenciando as componentes respeitantes ao funcionamento e aos investimentos do Plano, com realce para os projetos de investimentos de maior expressão. É ainda apresentada, para cada unidade orgânica, a informação consolidada com os Serviços e Fundos Autónomos (com inclusão das EPR) da respetiva tutela.

GRÁFICO 18 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2011/2012, POR DEPARTAMENTOS



No GRÁFICO 18 é ilustrada a evolução da despesa realizada nos diversos agrupamentos orgânicos entre 2011 e 2012, cuja análise será desenvolvida nos pontos seguintes.

9.1. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA

A Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) realizou em 2012 despesas no montante correspondente a 96,4% do seu orçamento retificado.

QUADRO 54 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - ALM

(mil euros)

Designação	2011			2012			Δ 2012- 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas Correntes	14.389,6	100,0	96,8	13.422,5	100,0	96,7	- 967,1	- 6,7
Transferências correntes	14.389,6	100,0	96,8	13.422,5	100,0	96,7	- 967,1	- 6,7
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	14.389,6	100,0	95,2	13.422,5	100,0	96,4	- 967,1	- 6,7

À semelhança do ano anterior não foram executados quaisquer montantes de *Transferências de capital* para a ALM, pelo Governo Regional, em 2012. Deste modo, no que concerne à natureza das transferências, 100% das despesas realizadas em 2012 têm natureza corrente, tendo as mesmas ascendido a 13,4 milhões de euros, face a um montante orçamentado de 13,9 milhões de euros.

Em termos consolidados, a execução orçamental de 2012 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira ascendeu a 13 940 mil euros (QUADRO 55).

QUADRO 55 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - ALM

(mil euros)

Designação	ALM		SFA		Consolidado	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas correntes	13.422,5	100,0	13.666,0	98,0	13.666,0	98,0
Despesas com o pessoal	-	-	6.641,9	47,6	6.641,9	47,6
Aquisição de bens e serviços	-	-	1.683,2	12,1	1.683,2	12,1
Transferências correntes						-
Transferências - Adm. públicas	13.422,5	100,0	-	-	-	-
Transferências - Outras			5.339,9	38,3	5.339,9	38,3
Outras despesas correntes	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0
Despesas de capital	-	-	274,0	2,0	274,0	2,0
Aquisição de bens de capital	-	-	274,0	2,0	274,0	2,0
Transferências de capital						
Transferências - Adm. públicas	-	-	-	-	-	-
Total	13.422,5	100,0	13.940,0	100,0	13.940,0	100,0

Verificamos que este montante reverteu na quase totalidade para despesas correntes, mais concretamente para *Despesas com o pessoal* (6,6 milhões de euros), *Transferências* para outros setores (5,3 milhões de euros) e *Aquisição de bens e serviços* (1,7 milhões de euros). Em relação ao ano anterior, verifica-se uma diminuição das despesas consolidadas de 9,4%.

9.2. PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

A Presidência do Governo Regional (PGR) continua, a par dos anos anteriores, a ser o Departamento do Governo Regional com menor expressão em termos orçamentais.

QUADRO 56 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - PGR

(mil euros)

Designação	2011			2012			Variação 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas Correntes	1.211,5	100,0	77,9	1.188,7	100,0	92,7	- 22,8	- 1,9
Despesas com o pessoal	1.070,4	88,4	94,9	914,2	76,9	96,2	- 156,2	- 14,6
Aquisição de bens e serviços	141,1	11,6	33,0	274,5	23,1	82,6	133,4	94,5
Outras despesas correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de bens de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.211,5	100,0	77,7	1.188,7	100,0	92,6	- 22,8	- 1,9

As despesas incluídas neste agrupamento orgânico registaram uma diminuição em relação ao ano anterior de 1,9% (QUADRO 56). As *Despesas com o pessoal* constituem o agrupamento com maior importância relativa, no conjunto das despesas deste agrupamento orgânico, com um peso de 76,9%, seguindo-se a *Aquisição de bens e serviços*. O peso das despesas com a *Aquisição de bens e serviços* no total realizado foi de 23,1%.

9.3. VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

O peso relativo da Vice-Presidência do Governo Regional (VP) na globalidade das despesas da RAM (17,2%) é bastante significativo quando comparado com anteriores períodos de execução. As despesas globais deste agrupamento orgânico aumentaram 138,2 milhões de euros, ou seja, 110,4% em relação ao realizado em 2011, quando havia aumentado 41,4% no período homólogo anterior.

QUADRO 57 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - VP

(mil euros)

Designação	2011			2012			Variação 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas Correntes	35.530,9	28,4	61,2	32.215,6	12,2	79,8	- 3.315,4	- 9,3
Despesas com o pessoal	19.776,3	15,8	94,8	16.434,6	6,2	98,1	- 3.341,7	- 16,9
Aquisição de bens e serviços	12.545,2	10,0	39,5	12.532,3	4,8	66,3	- 12,9	- 0,1
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	3.079,1	2,5	64,2	2.766,0	1,1	69,4	- 313,1	- 10,2
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	130,4	0,1	21,7	482,7	0,2	67,5	352,4	270,3
Despesas de capital	89.674,0	71,6	34,9	231.190,3	87,8	20,2	141.516,3	157,8
Aquisição de bens de capital	84.410,3	67,4	34,6	212.792,3	80,8	19,4	128.382,0	152,1
Transferências de capital	5.263,7	4,2	43,0	2.805,0	1,1	10,2	- 2.458,7	- 46,7
Ativos financeiros	-	-	-	15.593,0	5,9	100,0	15.593,0	-
Total	125.204,9	100,0	39,8	263.405,9	100,0	22,3	138.200,9	110,4

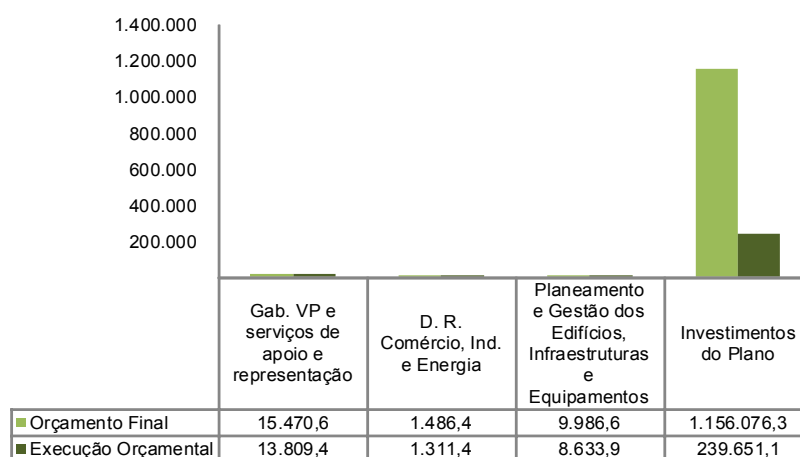
Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2011, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR 8/2011/M, de 14 de Novembro

Os acréscimos de despesa em relação ao ano de 2011, por agrupamentos económicos, justificam-se, principalmente, pelo aumento das despesas de capital, com enfoque para a *Aquisição de bens de capital* e para os *Ativos financeiros*. Ao nível da *Aquisição de bens de capital* o aumento da despesa realizada esteve afeto à regularização de valores em dívida de anos anteriores, no valor de 150 milhões de euros, incluídos na operação de Titularização.

Na componente das Despesas correntes o único aumento verificado foi residual e ocorreu na componente das *Outras Despesas correntes*.

As verbas destinadas a *Despesas com o pessoal* deste agrupamento orgânico representaram 51,0 % do total das *Despesas correntes* e 6,2% do total geral (QUADRO 57) e as *Aquisições de bens de capital* 80,8% do total da despesa.

GRÁFICO 19 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - VP



Por capítulos, a taxa de execução orçamental mais significativa foi ao nível do Gabinete e serviços de apoio, conforme se pode verificar pelo gráfico anterior, com 89,3% de execução e uma verba orçamentada de 15,5 milhões de euros.

QUADRO 58 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA VP

(mil euros)				
Descrição	Valor	%	Taxa exec	
Infraestruturas Rodoviárias-DRPRGOP	130.780,5	54,6%	100,0%	
Reconst, Reab e Correção Prevent. de Cursos de Água-DRIE	28.709,6	12,0%	60,4%	
Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, SA-MPE-Gab	15.600,0	6,5%	97,7%	
ER 101 Prazeres/Raposeira-DRPRGOP	7.991,6	3,3%	98,8%	
Consolidação e Estabel. de Falésias e Taludes-DRIE	7.772,7	3,2%	75,5%	
Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava-DRIE	5.706,3	2,4%	100,0%	
Intervenções de Proteção e Valorização do Litoral	5.685,8	2,4%	100,0%	
Outros projetos de investimento (131)	37.404,7	15,6%	43,3%	
Total do Cap 50 da Vice-Presidência	239.651,1	100,0%	77,2%	

De 2011 para 2012, os Investimentos do Plano aumentaram 140,5 milhões de euros, por via do aumento das *Despesas de capital* que registaram um aumento substantivo (+141,5 milhões de euros) com evidência para as *Aquisições de bens de capital* (+128,4 milhões de euros). Relativamente às *Despesas correntes* registaram-se quebras nas *Aquisições de bens e serviços* (-10,6%). Em termos de peso relativo, as *Despesas de capital* representam 96,5% do total das despesas do capítulo 50, em 2012, comparativamente a 90,5% em 2011.

As verbas despendidas pelos serviços tutelados pela Vice-Presidência do Governo Regional, em 2012 foram de 309,6 milhões de euros (Vd. QUADRO 59).

QUADRO 59 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - VP

(mil euros)

Designação	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA (inclui EPR's)		Consolidado	
	01	02	03	50						
	Gab. VP e serviços de apoio e representação	D. R. Comércio, Ind. e Energia	Planeamento e Gestão dos Edifícios, Infraestruturas e Equipamentos	Investimentos do Plano	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	13.806,6	1.311,4	8.633,3	8.464,2	32.215,6	12,2	12.699,0	24,8	42.459,8	13,7
Despesas com o pessoal	8.481,3	1.222,4	6.730,9	-	16.434,6	6,2	6.783,2	13,2	23.217,7	7,5
Aquisição de bens e serviços	2.865,0	85,5	1.884,9	7.696,9	12.532,3	4,8	3.391,7	6,6	15.924,0	5,1
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	15,7	0,0	15,7	0,0
Transferências correntes	2.176,6	-	12,0	577,4	2.766,0	1,1	982,9	1,9	1.294,0	0,4
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	283,7	3,6	5,6	189,9	482,7	0,2	1.525,6	3,0	2.008,3	0,6
Despesas de capital	2,8	-	0,6	231.186,9	231.190,3	87,8	38.586,6	75,2	267.146,0	86,3
Aquisição de bens de capital	2,4	-	0,6	212.789,3	212.792,3	80,8	10.840,8	21,1	223.633,2	72,2
Transferências de capital	0,4	-	-	2.804,6	2.805,0	1,1	23.614,4	46,0	23.788,6	7,7
Ativos financeiros	-	-	-	15.593,0	15.593,0	5,9	4.131,3	8,1	19.724,3	6,4
Total	13.809,4	1.311,4	8.633,9	239.651,1	263.405,9	100,0	51.285,6	100,0	309.605,8	100,0

Em termos consolidados, as despesas mais relevantes estiveram afetas a Despesas com a Aquisição de bens de capital. Contudo, em termos de despesas correntes, destacam-se as *Despesas com o Pessoal*, maioritariamente afetas aos Capítulo 01 e 03 (o que se explica pelo peso das despesas com o pessoal do Gabinete e serviços de apoio e representação da VP e da relevância decorrente da alteração orgânica inerente à reorganização ocorrida ao nível dos departamentos do Governo Regional em 2012). Seguiram-se as *Aquisições de bens e serviços*, maioritariamente afetas ao capítulo 50, e as *Transferências correntes*, com 15,9 e 1,3 milhões de euros, respetivamente.

9.4. SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

Conforme o QUADRO 60, as despesas efetuadas pela Secretaria Regional do Plano e Finanças (SRF) registaram um aumento de 166,7%, de 2011 para 2012, em consequência do aumento quer das *Despesas correntes* (+42,3%), quer do aumento das *Despesas de capital* (469,0%).

QUADRO 60 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRF

Designação	2011			2012			Variação 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas Correntes	140.429,9	70,8	51,7	199.817,8	37,8	32,7	59.387,8	42,3
Despesas com o pessoal	13.926,0	7,0	94,6	14.052,0	2,7	92,4	126,0	0,9
Aquisição de bens e serviços	61.085,2	30,8	43,4	120.752,9	22,8	92,5	59.667,7	97,7
Juros e outros encargos	36.415,6	18,4	56,7	43.322,2	8,2	38,4	6.906,6	19,0
Transferências correntes	10.097,0	5,1	95,5	2.397,1	0,5	86,7	- 7.699,9	- 76,3
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	18.906,1	9,5	45,7	19.293,6	3,6	5,5	387,5	2,0
Despesas de capital	57.824,9	29,2	45,0	329.007,5	62,2	57,5	271.182,6	469,0
Aquisição de bens de capital	4.966,6	2,5	14,8	3.859,5	0,7	12,6	- 1.107,1	- 22,3
Transferências de capital	5.664,7	2,9	12,4	12.236,9	2,3	41,9	6.572,2	116,0
Ativos financeiros	3.452,6	1,7	64,8	234.386,1	44,3	94,5	230.933,4	6.688,6
Passivos financeiros	43.741,0	22,1	100,0	78.525,0	14,8	98,9	34.784,1	79,5
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	198.254,8	100,0	49,6	528.825,3	100,0	44,7	330.570,5	166,7

Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2011, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR 8/2011/M, de 14 de Novembro

As *Despesas correntes* aumentaram 59,4 milhões de euros, devido especialmente aos acréscimos de despesa *Aquisição de bens e serviços*. O único *item* das despesas desta natureza que registou uma diminuição foi o das *Transferências correntes*. Em 2012, foram registados em *Outras despesa correntes* cerca de 19,3 milhões de euros, dos quais aproximadamente 14,4 milhões de euros respeitantes à entrega da receita de ISP consignada à RAMEDM, registados a partir do ano de 2011 (Decreto Legislativo Regional n.º 23/07, de 13 de dezembro).

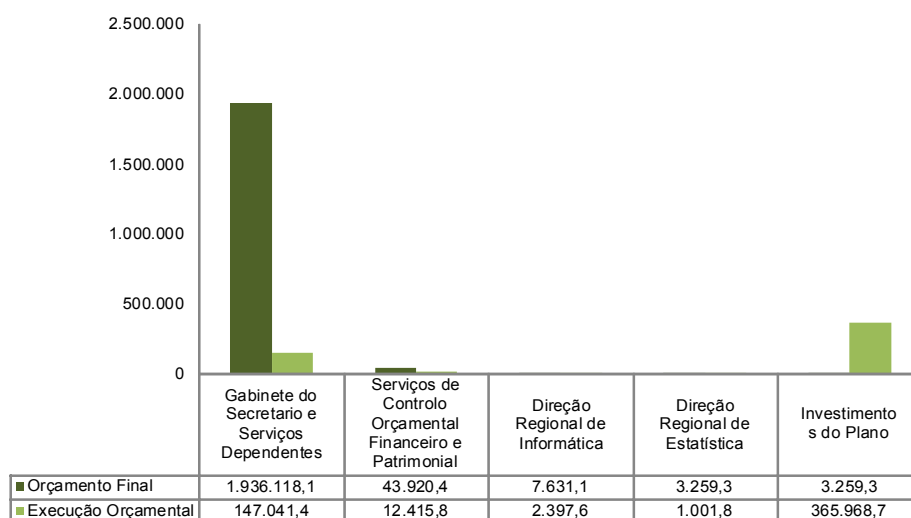
As *Despesas de capital*, por seu turno, aumentaram 271,2 milhões de euros, fundamentalmente pelo aumento dos *Ativos financeiros* (+230,9 milhões de euros) e das *Transferências de capital* (+6,6 milhões de euros). Os *Passivos financeiros*, também aumentaram aproximadamente 34,8 milhões de euros.

A execução orçamental ao nível do funcionamento normal, em 2012 apresentou uma taxa de execução em 63,5%, sem transitados.

Relativamente à distribuição das despesas deste agrupamento orgânico, apresentada no GRÁFICO 20, demonstra que as verbas inscritas no capítulo 50 – assumindo transitados – fixam-se nos 85,0%

da estrutura da despesa da SRF. Sem os montantes transitados a execução do capítulo 50 situou-se nos 74,5%.

GRÁFICO 20 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRF



A despesa do capítulo 50 apresentou um aumento de 289,5 milhões de euros que se explica entre outros fatores, pela liquidação de encargos transitados (pagamento das despesas afetas à Zarco Finance e transferências para as Sociedades de Desenvolvimento) e pelos montantes das expropriações. Ainda no capítulo 50, as *Despesas de capital* aumentaram 236,6 milhões de euros, em virtude do aumento dos ativos financeiros pelos motivos acima enunciados. Os investimentos que mais se destacaram pelo seu valor, foram os indicados no QUADRO 61.

QUADRO 61 – PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRF

Descrição	Valor	%	(mil euros)
			Taxa exec
Sociedades de Desenvolvimento	241.079,8	65,9%	92,3%
Modernização, Construção e Gestão Infraestruturas Rodoviárias	114.944,8	31,4%	95,5%
Infra Estruturas Públicas-DRPA	2.347,7	0,6%	7,7%
Aquisição Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos-DRI	1.488,3	0,4%	99,6%
Apoio à Construção e Renovação do Património Religioso-DRF	1.461,5	0,4%	99,8%
Outros projetos de investimento (23)	4.646,6	1,3%	30,1%
Total do Cap 50 da SRPF	365.968,7	100,0%	85,0%

O QUADRO 62 reflete a distribuição das despesas afetas a todos os serviços tutelados pela SRPF. A despesa total consolidada (532,1 milhões de euros) esteve afeta maioritariamente aos Capítulos 50 (366 milhões de euros) e 01 (147 milhões de euros). A despesa realizada pelos serviços e fundos autónomos ascendeu a 262,9 milhões de euros, motivada fundamentalmente pela inclusão do subsector das EPR na análise orçamental.

QUADRO 62 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRF

(mil euros)

Designação	Capítulos					Total Serviços Integrados		SFA (Inclui EPR's)		Consolidado	
	01	02	03	04	50						
	Gabinete do Secretário e Serviços Dependentes	Serviços de Controlo Orçamental Financeiro e Patrimonial	Direção Regional de Informática	Direção Regional de Estatística	Investimentos do Plano	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	68.516,4	12.284,0	2.397,6	1.001,8	115.618,1	199.817,8	37,8	40.636,1	15,5	221.940,4	41,7
Despesas com o pessoal	2.032,6	8.616,0	2.316,6	999,3	87,6	14.052,0	2,7	5.912,3	2,2	19.964,3	3,8
Aquisição de bens e serviços	1.929,9	3.611,4	81,0	2,4	115.128,1	120.752,9	22,8	5.403,5	2,1	126.156,4	23,7
Juros e outros encargos	43.322,2	-	-	-	-	43.322,2	8,2	20.813,9	7,9	64.136,1	12,1
Transferências correntes	1.994,7	-	-	-	402,4	2.397,1	0,5	7.184,8	2,7	7.734,0	1,5
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	19.237,0	56,6	-	-	-	19.293,6	3,6	1.321,6	0,5	3.949,6	0,7
Despesas de capital	78.525,0	131,8	-	-	250.350,6	329.007,5	62,2	222.253,8	84,5	310.181,6	58,3
Aquisição de bens de capital	-	131,8	-	-	3.727,7	3.859,5	0,7	12.136,1	4,6	15.995,7	3,0
Transferências de capital	-	-	-	-	12.236,9	12.236,9	2,3	16,5	0,0	5.559,7	1,0
Ativos financeiros	-	-	-	-	234.386,1	234.386,1	44,3	-	-	-	-
Passivos financeiros	78.525,0	-	-	-	-	78.525,0	14,8	210.101,2	79,9	288.626,3	54,2
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	147.041,4	12.415,8	2.397,6	1.001,8	365.968,7	528.825,3	100,0	262.889,9	100,0	532.121,9	100,0

Na Secretaria Regional do Plano e Finanças destaca-se o peso das *Despesas de capital* motivado pela execução ao nível das despesas financeiras. Nas *Despesas correntes* sobressai a execução das *Aquisições de bens e serviços* e dos *Juros e outros encargos* que em conjunto explicam 85,7% do total das despesas desta natureza.

9.5. SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

A Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA) assume 3,5% do total das despesas, ou seja, 53,5 milhões de euros, verba esta inferior à verificada em 2011 (QUADRO 63).

QUADRO 63 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRA

(mil euros)

Designação	2011			2012			Variação 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas Correntes	58.324,7	90,7	78,8	46.938,7	87,7	84,3	- 11.385,9	- 19,5
Despesas com o pessoal	30.143,6	46,9	93,7	25.213,6	47,1	96,5	- 4.930,0	- 16,4
Aquisição de bens e serviços	3.785,3	5,9	28,0	6.477,9	12,1	61,2	2.692,6	71,1
Transferências correntes	11.513,9	17,9	76,6	12.335,4	23,1	84,1	821,5	7,1
Subsídios	12.840,8	20,0	97,4	2.867,1	5,4	67,6	- 9.973,8	- 77,7
Outras despesas correntes	41,1	0,1	63,8	44,8	0,1	74,5	3,7	8,9
Despesas de capital	6.000,8	9,3	26,5	6.573,7	12,3	49,2	572,8	9,5
Aquisição de bens de capital	742,0	1,2	8,5	1.188,9	2,2	53,1	446,9	60,2
Transferências de capital	5.083,8	7,9	42,4	5.384,8	10,1	58,9	301,0	5,9
Ativos financeiros	175,0	0,3	9,5	-	-	-	- 175,0	- 100,0
Total	64.325,5	100,0	66,6	53.512,4	100,0	77,5	- 10.813,1	- 16,8

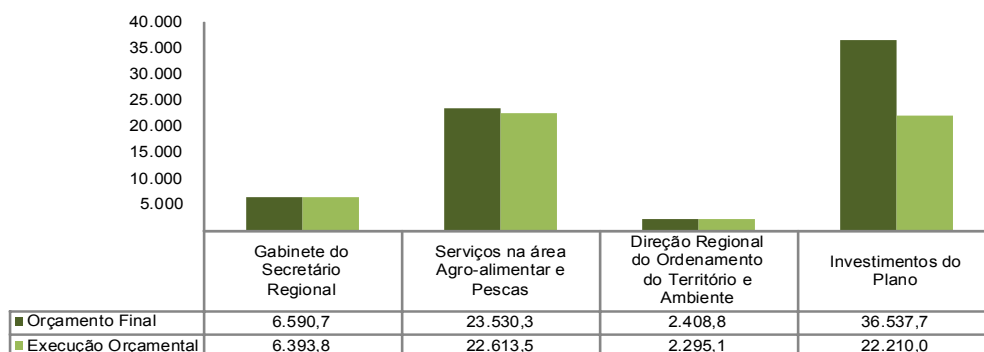
Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2011, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR 8/2011/M, de 14 de Novembro

As despesas correntes efetuadas diminuíram 19,5%, a par da diminuição do seu peso relativo no total da SRA (3.0 pontos percentuais). Esta diminuição prende-se essencialmente com a evolução ocorrida na rubrica dos *Subsídios* (-10,0 milhões de euros), acompanhada da diminuição das Despesas com o pessoal (-4,9 milhões de euros).

Nas *Despesas de capital* verificou-se uma ligeira diminuição da rubrica dos *Ativos financeiros* (-175,0 mil euros). Os restantes itens executaram um montante superior ao ano anterior, perfazendo um aumento de 572,8 mil euros deste agrupamento.

Esta Secretaria Regional foi responsável pela execução orçamental de 3,5% (-1.5 pontos percentuais) das despesas totais realizadas pelo Governo Regional, tendo em 2012 ascendido a 53,5 milhões de euros. Em termos do Cap. 50 verifica-se uma taxa de execução de 60,8%. Ao nível do orçamento de funcionamento normal, a execução aproxima-se dos valores orçamentados, apresentando uma taxa de execução de 96,2%.

GRÁFICO 21 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRA



Distribuindo a despesa por capítulos, sobressai o peso das despesas com investimentos do Plano, com 22,2 milhões de euros dos quais se destacam as despesas afetas à Valor Ambiente. As despesas afetas dos Serviços na Área Agroalimentar e Pescas foram de 22,6 milhões de euros e as despesas referentes ao Cap. 02 e aos serviços e fundos autónomos ascenderam a 17,9 milhões de euros.

No QUADRO 64 constam os projetos que mais se destacaram, quer em termos de valor, quer em termos de taxa de execução orçamental.

QUADRO 64 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRA

(mil euros)			
Descrição	Valor	%	Taxa exec
Apoios à Valor Ambiente, S.A.	5.553,2	25,0%	99,5%
PRODERAM-Compartici em projetos Admin Publica Regional-Gab	2.188,6	9,9%	93,8%
Infraestruturas do sistema da Valor Ambiente S.A.-VAMB,SA	1.788,3	8,1%	48,7%
Apoio à exploração da Invest Gestão Hidroagrícola, SA-IGH, SA	1.746,8	7,9%	100,0%
Ações apoio à Agricultura e Pecuária Madeirense-DRADR	1.170,7	5,3%	82,1%
Modernização das Lotas e Entrepósitos Frigoríficos-DRP	920,8	4,1%	69,9%
Outros projetos de investimento (137)	8.841,6	39,8%	43,2%
Total do Cap 50 da SRA	22.210,0	100,0%	60,8%

Em termos consolidados a despesa ascendeu a 64,3 milhões de euros, dos quais, 48,5 milhões de euros estiveram afetos a *Despesas correntes* e 15,8 milhões de euros a *Despesas de capital* (Vd. QUADRO 65).

QUADRO 65 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRA

(mil euros)

Designação	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50						
	Gabinete do Secretário Regional	Serviços na área Agro-alimentar e Pescas	Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente	Investimentos do Plano	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	6.393,0	22.613,5	2.295,1	15.637,1	46.938,7	87,7	6.455,2	36,0	48.463,7	75,4
Despesas com o pessoal	2.031,6	20.822,2	2.206,5	153,3	25.213,6	47,1	4.000,3	22,3	29.213,9	45,4
Aquisição de bens e serviços	233,7	1.731,3	87,5	4.425,4	6.477,9	12,1	1.944,6	10,8	8.422,6	13,1
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	4.084,1	60,0	-	8.191,3	12.335,4	23,1	-	-	7.405,1	11,5
Subsídios	-	-	-	2.867,1	2.867,1	5,4	82,7	0,5	2.949,7	4,6
Outras despesas correntes	43,7	-	1,1	-	44,8	0,1	427,6	2,4	472,4	0,7
Despesas de capital	0,8	-	-	6.572,9	6.573,7	12,3	11.482,9	64,0	15.839,6	24,6
Aquisição de bens de capital	0,8	-	-	1.188,1	1.188,9	2,2	11.482,9	64,0	12.671,8	19,7
Transferências de capital	-	-	-	5.384,8	5.384,8	10,1	-	-	3.167,8	4,9
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.393,8	22.613,5	2.295,1	22.210,0	53.512,4	100,0	17.938,1	100,0	64.303,3	100,0

Nas *Despesas Correntes* sobressaem as *Despesas com o pessoal* com 29,2 milhões de euros e a *Aquisição de bens e serviços* com 8,4 milhões de euros. Nas *Despesas de Capital* destaca-se a *Aquisição de bens de capital* (12,7 milhões de euros) e as *Transferências de capital* (3,2 milhões de euros).

9.6. SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES

A execução orçamental da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes (SRT) aumentou 39,0% de 2011 para 2012, devido essencialmente ao aumento do agrupamento económico das *Despesas correntes*, com evidência dos *Subsídios*. Ao nível das *Despesas de capital*, verifica-se que os *Ativos financeiros* não tiveram execução orçamental em 2012 a par do verificado no ano anterior. A taxa de execução orçamental deste departamento passou de 52,4% em 2011 para 62,1% em 2012.

QUADRO 66 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRTT

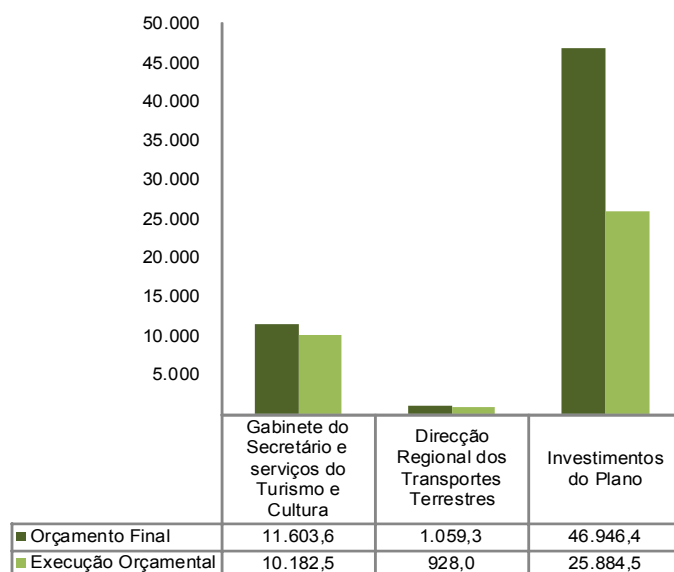
Designação	2011			2012			(mil euros) Variação 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas Correntes	24.260,3	91,2	57,1	34.459,6	93,1	65,5	10.199,3	42,0
Despesas com o pessoal	8.856,1	33,3	98,3	7.857,8	21,2	95,3	- 998,3	- 11,3
Aquisição de bens e serviços	6.914,2	26,0	42,7	10.623,2	28,7	63,3	3.709,0	53,6
Transferências correntes	2.816,8	10,6	46,9	4.668,8	12,6	52,0	1.852,0	65,7
Subsídios	5.661,0	21,3	50,6	11.284,1	30,5	61,0	5.623,1	99,3
Outras despesas correntes	12,1	0,0	13,3	25,7	0,1	32,0	13,5	111,6
Despesas de capital	2.354,6	8,8	28,5	2.535,4	6,9	36,2	180,9	7,7
Aquisição de bens de capital	79,9	0,3	27,5	35,4	0,1	7,7	- 44,5	- 55,7
Transferências de capital	2.274,7	8,5	53,0	2.500,0	6,8	38,1	225,3	9,9
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	26.614,9	100,0	52,4	36.995,0	100,0	62,1	10.380,1	39,0

Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2011, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR 8/2011/M, de 14 de Novembro

À semelhança do sucedido nos anos anteriores, as *Despesas correntes* da SRTT constituem a quase totalidade dos encargos deste agrupamento orgânico, explicadas essencialmente pela *Aquisição de bens e serviços* e pelos *Subsídios* (QUADRO 66), tendo-se verificado um decréscimo de 11,3% nas *Despesas com o pessoal*, sendo este o único item que apresentou um decréscimo nas *despesas correntes*. As *Despesas de capital* aumentaram, apesar de menos significativamente (7,7%), por efeito das *Transferências de capital*, dado que as *Aquisições de bens de capital* diminuíram significativamente (-55,7%).

No GRÁFICO 22, estão apresentadas as execuções orçamentais por capítulo, de todos os agrupamentos orgânicos desta Secretaria Regional que registaram taxas de execução elevadas, tendo o capítulo 50 apresentado a mais baixa com 55,1%, apesar de representar uma evolução de 12.6 pontos percentuais relativamente à execução verificada em 2011.

GRÁFICO 22 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRTT



Em 2012, as despesas em Investimentos do Plano ascenderam a 25,9 milhões de euros, representando um peso de 70%, relativamente às despesas totais dos serviços integrados. O conjunto dos três maiores projetos, *Sistemas de Gestão de Transportes*, *Festas do Fim do Ano* e *APRAM*, totalizou 18,3 milhões de euros, correspondendo a 70,6% do total das despesas do capítulo 50 desta Secretaria Regional.

QUADRO 67 – PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRT

Descrição	Valor	%	(mil euros)
			Taxa exec
Sistemas de Gestão de Transportes-GSR	11.413,3	44,1%	61,1%
Festa do Fim do Ano-DRT	4.371,5	16,9%	92,3%
Setor Publico Empresarial-APRAM S.A.-GSR	2.500,0	9,7%	43,0%
Turismo Desportivo-outros Desportos-DRT	1.530,2	5,9%	97,0%
Mercados Externos Tradicionais-DRT	1.436,6	5,5%	43,9%
Mercado Interno-Plano Meios Comun.Mercado Português-DRT	559,6	2,2%	35,6%
Outros projetos de investimento (63)	4.073,4	15,7%	36,1%
Total do Cap 50 da SRT	25.884,5	100,0%	55,1%

Distribuindo as despesas realizadas em 2012 por serviços tutelados pela SRT, verifica-se que as despesas mais significativas estiveram afetas ao Capítulo 50 (25,9 milhões de euros), seguindo-se o Capítulo 01 com 10,2 milhões de euros e a Direcção Regional dos Transportes Terrestres com 928 mil euros.

QUADRO 68 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRTT

(mil euros)

Designação	Capítulos			Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	50						
	Gabinete do Secretário e serviços do Turismo e Cultura	Direcção Regional dos Transportes Terrestres	Investimentos do Plano	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	10.182,5	928,0	23.349,1	34.459,6	93,1	314,6	87,2	34.039,7	93,0
Despesas com o pessoal	7.007,6	828,4	21,8	7.857,8	21,2	279,4	77,4	8.137,2	22,2
Aquisição de bens e serviços	2.440,0	99,6	8.083,6	10.623,2	28,7	35,0	9,7	10.658,2	29,1
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	730,0	-	3.938,8	4.668,8	12,6	-	-	3.934,4	10,7
Subsídios	-	-	11.284,1	11.284,1	30,5	-	-	11.284,1	30,8
Outras despesas correntes	4,9	-	20,7	25,7	0,1	0,2	0,1	25,9	0,1
Despesas de capital	-	-	2.535,4	2.535,4	6,9	46,2	12,8	2.581,6	7,0
Aquisição de bens de capital	-	-	35,4	35,4	0,1	46,2	12,8	81,6	0,2
Transferências de capital	-	-	2.500,0	2.500,0	6,8	-	-	2.500,0	6,8
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	10.182,5	928,0	25.884,5	36.995,0	100,0	360,8	100,0	36.621,3	100,0

9.7. SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Em 2012, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS) aumentou o valor da sua execução orçamental, em cerca de 14,2%. Neste departamento do Governo Regional as *Transferências correntes* detêm um peso primordial devido ao facto das verbas que são transferidas para os serviços da área da Saúde, onde se inclui o IASAÚDE, IP-RAM, serem canalizadas através deste agrupamento económico.

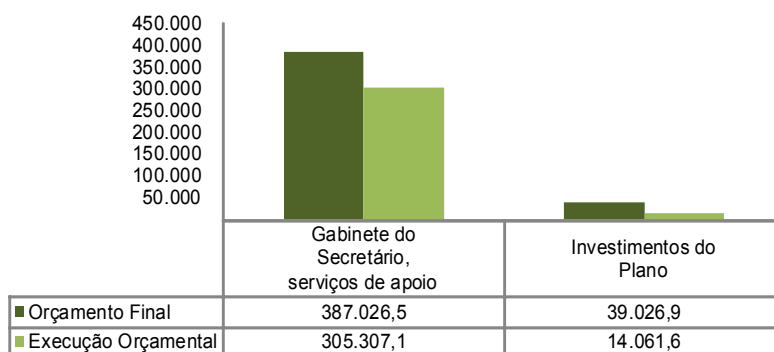
QUADRO 69 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRAS

Designação	2011			2012			(mil euros) Variação 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas Correntes	273.058,0	97,6	81,2	314.456,5	98,5	77,1	41.398,4	15,2
Despesas com o pessoal	2.099,8	0,8	96,4	2.017,4	0,6	95,8	- 82,4	- 3,9
Aquisição de bens e serviços	1.252,0	0,4	44,5	1.408,7	0,4	81,9	156,7	12,5
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	265.896,0	95,0	83,2	311.030,3	97,4	77,0	45.134,3	17,0
Subsídios	3.810,3	1,4	32,8	-	-	-	- 3.810,3	- 100,0
Outras despesas correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de capital	6.721,4	2,4	17,5	4.912,2	1,5	27,1	- 1.809,2	- 26,9
Aquisição de bens de capital	494,5	0,2	8,7	-	-	-	- 494,5	- 100,0
Transferências de capital	3.477,0	1,2	11,7	1.491,4	0,5	11,0	- 1.985,6	- 57,1
Ativos financeiros	2.750,0	1,0	88,8	3.420,8	1,1	100,0	670,8	24,4
Total	279.779,5	100,0	74,7	319.368,7	100,0	75,0	39.589,2	14,2

Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2011, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR 8/2011/M, de 14 de Novembro

Desagregando a despesa de 2012 por capítulos, temos que a quase totalidade das despesas efetuadas pela SRAS, encontra-se inscrita no capítulo 01 - Gabinete do Secretário e serviços de apoio, cuja taxa de execução orçamental foi de 78,9% (Vd. GRÁFICO 23 e QUADRO 71). Os Investimentos do Plano registaram uma execução orçamental que ascende a 14,1 milhões de euros.

GRÁFICO 23 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRAS



No capítulo dos investimentos do Plano, ocorreu um aumento de 5,3 milhões de euros ao nível da execução orçamental com destaque para os programas desenvolvidos pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais nas diversas áreas da saúde, totalizando os dois projetos mais relevantes 80,1% do total dos projetos desenvolvidos por este departamento.

QUADRO 70 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRAS

(mil euros)			
Descrição	Valor	%	Taxa exec
Plano Regional de Emprego, IEM, IP-RAM	5.847,4	41,6%	45,8%
Apoio Compensatório à Habitação com Fins Sociais-IHM,EPE	5.421,4	38,6%	52,8%
Apoio às Associações de Bombeiros-Gab Sec	1.881,0	13,4%	93,4%
Aquisição, Constr. Conservação Habitação-IASAÚDE, IP-RAM, IHM	856,7	6,1%	100,0%
Outros projetos de investimento (31)	55,1	0,4%	0,4%
Total do Cap 50 da SRAS	14.061,6	100,0%	36,0%

Analisando a despesa consolidada, verifica-se que o total executado ascendeu a 324,4 milhões de euros, sendo mais significativas as despesas de natureza corrente (320,0 milhões de euros). Nestas, é de realçar o valor afeto a *Transferências correntes* (215,7 milhões de euros) e à *Aquisição de bens e serviços* (77,8 milhões de euros), seguindo-se as *Despesas com o pessoal* (11,1 milhões de euros). As despesas de capital ascenderam a 4,5 milhões de euros.

QUADRO 71 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRAS

(mil euros)								
Designação	Capítulos		Total Serviços Integrados		SFA (Inclui EPR's)		Consolidado	
	01	50						
	Gabinete do Secretário, serviços de apoio	Investimentos do Plano	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	301.345,6	13.110,9	314.456,5	98,5	314.018,3	98,8	319.953,7	98,6
Despesas com o pessoal	2.017,4	-	2.017,4	0,6	9.040,9	2,8	11.058,4	3,4
Aquisição de bens e serviços	1.408,7	-	1.408,7	0,4	76.434,6	24,0	77.843,3	24,0
Juros e outros encargos	-	-	-	-	7.094,4	2,2	7.094,4	2,2
Transferências correntes	297.919,4	13.110,9	311.030,3	97,4	213.160,3	67,0	215.669,5	66,5
Subsídios	-	-	-	-	8.217,5	2,6	8.217,5	2,5
Outras despesas correntes	-	-	-	-	70,6	0,0	70,6	0,0
Despesas de capital	3.961,5	950,7	4.912,2	1,5	3.948,7	1,2	4.482,8	1,4
Aquisição de bens de capital	-	-	-	-	3.007,1	0,9	3.007,1	0,9
Transferências de capital	540,7	950,7	1.491,4	0,5	381,3	0,1	915,4	0,3
Ativos financeiros	3.420,8	-	3.420,8	1,1	85,6	0,0	85,6	0,0
Passivos financeiros	-	-	-	-	474,7	0,1	474,7	0,1
Total	305.307,1	14.061,6	319.368,7	100,0	317.967,0	100,0	324.436,5	100,0

9.8. SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos (SRE), no seguimento do ano anterior, registou uma elevada taxa de execução orçamental com 85,8%. O peso relativo desta entidade no total das despesas realizadas pelo Governo Regional ficou-se em 20,6% apesar de ter sido acompanhado de um decréscimo das despesas realizadas no período em análise (-14,2%).

QUADRO 72 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2011/2012 - SRE

(mil euros)

Designação	2011			2012			Variação 2012 - 2011	
	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%	Taxa Execução	Valor	%
Despesas Correntes	361.660,3	98,8	90,0	309.843,5	97,9	88,8	- 51.816,9	- 14,3
Despesas com o pessoal	280.244,0	76,6	97,0	237.237,8	75,0	98,0	- 43.006,2	- 15,3
Aquisição de bens e serviços	17.423,0	4,8	56,0	18.854,6	6,0	55,0	1.431,5	8,2
Juros e outros encargos	1,1	0,0	1,2	9,5	0,0	3,4	8,4	776,2
Transferências correntes	63.989,4	17,5	78,1	53.709,0	17,0	74,4	- 10.280,4	- 16,1
Subsídios	-	-	-	2,7	0,0	5,3	2,7	
Outras despesas correntes	2,8	0,0	16,6	29,9	0,0	62,3	27,2	983,6
Despesas de capital	4.244,8	1,2	31,2	6.531,8	2,1	32,6	2.287,0	53,9
Aquisição de bens de capital	664,6	0,2	33,7	70,6	0,0	2,3	- 594,0	- 89,4
Transferências de capital	3.580,2	1,0	30,8	6.461,2	2,0	38,2	2.881,0	80,5
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	
Total	365.905,1	100,0	88,0	316.375,2	100,0	85,8	- 49.529,9	- 13,5

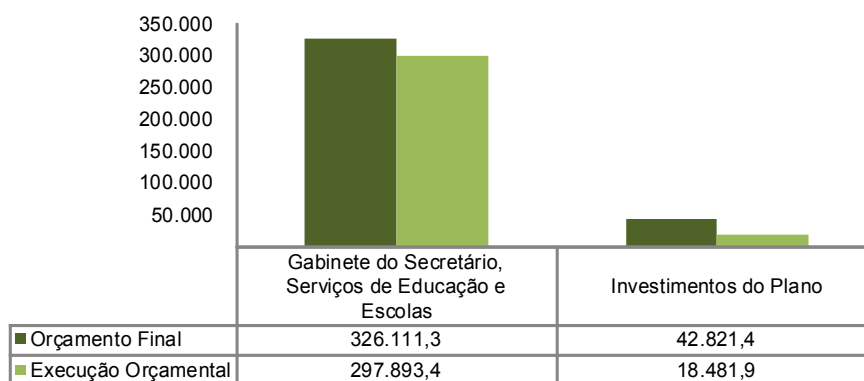
Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2011, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR 8/2011/M, de 14 de Novembro

Os encargos correntes assumem a quase totalidade dos encargos desta Secretaria Regional, explicados sobretudo pelas *Despesas com o pessoal*, pelas *Transferências correntes* e pela *Aquisição de bens e serviços* (QUADRO 72). De 2011 para 2012, as diminuições da despesa foram mais significativas ao nível das *Despesas com o pessoal* (-43,0 milhões de euros) e das *Transferências correntes* (-10,3 milhões de euros).

Os valores afetos a *Transferências correntes e de capital*, refletem o apoio dado quer aos serviços e fundos autónomos, quer a diversas instituições particulares de solidariedade social, no âmbito dos apoios à educação, sendo que as diminuições relativamente ao ano anterior refletem quer as medidas no âmbito das despesas com o pessoal, quer as medidas no âmbito do PAEF-RAM que visam a redução do valor das transferências quer para entidades públicas quer para entidades privadas.

Através do GRÁFICO 24 estão expressos os níveis de execução orçamental registados em 2012.

GRÁFICO 24 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2012, POR CAPÍTULOS - SRE



As despesas com investimento executadas pela Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos totalizaram, aproximadamente, 18,5 milhões de euros. Os projetos que mais se destacaram, incluídos no programa desta Secretaria Regional, constam do QUADRO 73.

Assistiu-se em 2012 ao apoio das atividades desportivas e de infraestruturas à difusão da prática desportiva.

QUADRO 73 - PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRE

(mil euros)			
Descrição	Valor	%	Taxa exec
Apoio à Construção de Infraestruturas Desportivas-DRJD	5.919,8	32,0%	40,3%
Apoio à Competição Desportiva Nacional em diversas Modalidades	4.739,8	25,6%	84,0%
Cursos Educação Formação nas Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos	932,7	5,0%	46,6%
Infraestrutura Tecnológica da Educação-DSSI	640,1	3,5%	86,4%
Formação Profissional-EPDFF-SM	509,7	2,8%	62,8%
Apoio à Constr. Remod. Apetrecham. Estabelecimentos Escolares	498,6	2,7%	36,4%
Desenvolvimento do Capital Humano-DRQP	449,5	2,4%	29,2%
Apoio às Deslocações Aéreas e Marítimas inerentes à participação Desportiva	449,1	2,4%	27,6%
Outros projetos de investimento (58)	4.342,6	23,5%	30,2%
Total do Cap 50 da SRE	18.481,9	100,0%	43,2%

Em 2012, ao nível dos investimentos do Plano, destacam-se as *Despesas correntes* que assumiram 65,0% do total da despesa executada desta natureza, sendo o remanescente em *Despesas de capital*, com 6,5 milhões de euros. Das *Despesas correntes*, 10,5 milhões de euros, dizem respeito a *Transferências correntes* e 1,5 milhões de *Aquisições de bens e serviços*. A taxa de execução orçamental deste capítulo foi de 43,2%.

No QUADRO 74 é apresentada a distribuição da despesa total pelos serviços tutelados pela Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos, incluindo serviços e fundos autónomos.

As verbas destinadas ao orçamento de funcionamento normal assumem 97,9% do total realizado pelos serviços integrados. Efetivamente, ao Capítulo 01 estiveram afetos 297,8 milhões de euros, distribuídos, essencialmente, pelas *Despesas com o pessoal* (237,2 milhões de euros) e pelas *Transferências correntes* (43,2 milhões de euros). Nos serviços e fundos autónomos, as *Despesas correntes* (33,0 milhões de euros) continuam a superar as despesas de capital, cujo valor despendido foi de 79,4 mil euros.

QUADRO 74 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2012, POR NATUREZA - SRE

(mil euros)

Designação	Capítulos		Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	50						
	Gabinete do Secretário, Serviços de Educação e Escolas	Investimentos do Plano						
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	297.829,7	12.013,7	309.843,5	97,9	32.968,4	99,8	328.420,0	98,0
Despesas com o pessoal	237.214,3	23,5	237.237,8	75,0	5.629,8	17,0	242.867,6	72,5
Aquisição de bens e serviços	17.366,0	1.488,5	18.854,6	6,0	10.036,2	30,4	28.890,7	8,6
Juros e outros encargos	9,5	-	9,5	0,0	59,5	0,2	69,0	0,0
Transferências correntes	43.214,5	10.494,5	53.709,0	17,0	17.193,4	52,0	56.510,6	16,9
Subsídios	-	2,7	2,7	0,0	-	-	2,7	0,0
Outras despesas correntes	25,4	4,5	29,9	0,0	49,5	0,1	79,4	0,0
Despesas de capital	63,6	6.468,1	6.531,8	2,1	79,4	0,2	6.568,4	2,0
Aquisição de bens de capital	36,6	34,0	70,6	0,0	79,4	0,2	150,0	0,0
Transferências de capital	27,0	6.434,2	6.461,2	2,0	-	-	6.418,4	1,9
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	297.893,4	18.481,9	316.375,2	100,0	33.047,8	100,0	334.988,4	100,0

Ao nível consolidado da despesa, os gastos com o pessoal ascendem a 242,9 milhões de euros, e com as *Transferências correntes* a atingirem 56,5 milhões de euros. Ainda na vertente corrente, a *Aquisição de bens e serviços* de fixou-se nos 28,9 milhões de euros. Na componente de Capital, as transferências representam a quase totalidade da despesa realizada, conforme revela o QUADRO 74.

10. OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS

Nas operações extraorçamentais, consideram-se as entradas e saídas de fundos da Conta da Região que não são respetivamente receita nem despesa orçamentais mas que têm expressão na tesouraria do Governo Regional (conforme anexo III do Decreto – Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Para as Contas de Ordem, foi mantida a tabela de equivalência (estabelecida pela Circular n.º 1/ORÇ/2011, de 10 de janeiro), para os registos extraorçamentais da receita e da despesa. Nos movimentos destas receitas e despesas face a um saldo inicial por entregar de 364,3 mil euros verificou-se no final do período a entrega total das receitas próprias dos SFA, que foram evidenciadas através do mecanismo das Contas de Ordem no Cofre do Governo Regional.

Para os Recursos próprios de terceiros, e pelo facto do saldo inicial conter a manifestação dos saldos bancários dos SFA no montante de 32,3 milhões de euros e dado que constatou-se a sua entrega total em 2012, consubstanciou-se desta forma a redução do saldo final constatado.

QUADRO 75 - CONTA GERAL DOS FLUXOS DAS OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS DE 2012

ENTRADA	Importâncias (em euros)	SAÍDA	Importâncias (em euros)
Saldo existente em 1 de Janeiro de 2012 de Operações extra-orçamentais:	38.698.925,57	Operações extra-orçamentais	193.650.200,35
<i>de Contas de ordem</i>	364.266,10	<i>12.01 Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado</i>	32.013.290,60
<i>de Recursos próprios de terceiros e outras</i>	38.334.659,47	<i>12.02 Outras operações de tesouraria</i>	1.586.959,36
		<i>12.03 Contas de ordem</i>	60.127.277,56
		<i>12.05 Recursos próprios de terceiros</i>	99.922.672,83
Operações extra-orçamentais	155.185.394,59		
<i>17.01 Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado</i>	32.021.549,87	Saldo existente em 31 de Dezembro de 2012 de Operações extra-orçamentais:	234.119,81
<i>17.02 Outras operações de tesouraria</i>	1.589.152,66		
<i>17.04 Contas de ordem</i>	59.763.011,46	<i>de Contas de ordem</i>	-
<i>17.05 Recursos próprios de terceiros</i>	61.811.680,60	<i>de Recursos próprios de terceiros e outras</i>	234.119,81
Total	193.884.320,16	Total	193.884.320,16

Apesar de previsto no Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, as reposições abatidas nos pagamentos, ou seja, as receitas resultantes da entrada de fundos em tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos ocorridos no próprio ano, não foram evidenciadas através da classificação específica quer pela impossibilidade prática de consubstanciar o respetivo balanceamento em rubrica da despesa, quer por na maior parte dos casos não se verificar um fluxo financeiro correspondente. As Reposições abatidas no pagamento subtraem na devida rubrica aos valores já anteriormente pagos e respetiva dotação orçamental utilizada pelos valores indevidos no ano.

No mapa Anexo XXXIV são indicadas as *Reposições abatidas nos pagamentos*, em 2012, por departamentos. Esse valor consta ainda do mapa Anexo I – *Conta geral dos fluxos financeiros da Região Autónoma da Madeira* e mapa Anexo XXXV – *Conta geral das operações de tesouraria e transferência de fundos*. Em 2012, o seu valor totalizou a 7,7 milhões de euros dos quais 6,2 milhões de euros, 81,6% estiveram afetos à saída de fundos da Secretaria Regional do Plano e Finanças, na rubrica *Juros da dívida pública*.

QUADRO 76 - OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS EM 2012

ENTRADA	Importâncias (em euros)	SAÍDA	Importâncias (em euros)
17. Operações extra-orçamentais		12. Operações extra-orçamentais	
17.01. Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Est	32.021.549,87	12.01. Operações de tesouraria - Entrega de receitas do E	32.013.290,60
Caixa Geral de Aposentações	11.416.864,96	Caixa Geral de Aposentações	11.415.260,15
Segurança Social	2.859.265,53	Segurança Social	2.852.322,77
IRS	15.193.245,99	IRS	15.194.028,99
Outras	2.552.173,39	Outras	2.551.678,69
17.02. Outras operações de tesouraria	1.589.152,66	12.02. Outras operações de tesouraria	1.586.959,36
Desc.Venc.Funcionários p/ Sentenças Judiciais	324.862,74	Desc.Venc.Funcionários p/ Sentenças Judiciais	324.377,27
Sindicato de Professores da Região	230.954,30	Sindicato de Professores da Região	230.954,30
Mútua dos Pescadores	292.782,07	Mútua dos Pescadores	292.782,07
Outros Sindicatos	208.733,11	Outros Sindicatos	208.725,07
Outras	531.820,44	Outras	530.120,65
17.04. Contas de Ordem	59.763.011,46	12.03. Contas de Ordem	60.127.277,56
Assembleia Legislativa da Madeira	38.405,93	Assembleia Legislativa da Madeira	39.603,71
Serviços e Fundos Autónomos da Vice Presidência do Governo	754.548,13	Serviços e Fundos Autónomos da Vice Presidência do Governo	783.466,37
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Plano e Finanças	25.325.454,51	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Plano e Finanças	25.568.309,33
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	10.946.165,60	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	10.975.365,05
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes	55.318,43	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes	55.318,43
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	3.969.993,85	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	3.969.993,85
Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos	18.673.125,01	Serviços e Fundos Autónomos da Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos	18.735.220,82
17.05. Recursos Próprios de Terceiros	61.811.680,60	12.05. Recursos Próprios de Terceiros	99.922.672,83
Fundo Equilíbrio Financeiro	30.300.230,00	Fundo Equilíbrio Financeiro	30.300.230,00
Fundo Social Municipal	20.200.152,00	Fundo Social Municipal	20.200.152,00
IRS-Imp.s/ o Rendimento das Pessoas Singulares	4.615.398,00	IRS-Imp.s/ o Rendimento das Pessoas Singulares	4.615.398,00
Finanças Locais-Transf. Juntas de Freguesia	3.790.101,45	Finanças Locais-Transf. Juntas de Freguesia	3.790.101,45
INTERREG	406.075,06	INTERREG	406.075,06
Direcção Regional da Administração da Justiça	730.780,62	Direcção Regional da Administração da Justiça	730.780,62
Diversos	1.768.943,47	Diversos	39.879.935,70
FET	1.767.585,13	FET	4.965.367,06
Manifestação dos saldos bancários	-	Manifestação dos saldos bancários	32.317.521,21
Outros	1.358,34	Outros	2.597.047,43
Total geral	155.185.394,59	Total geral	193.650.200,35

As entradas e saídas de fluxos financeiros não orçamentais estão resumidas no QUADRO 76. Quer pelo lado das entradas quer pelo lado das saídas, as rubricas mais relevantes foram as relacionadas com a entrega de Saldos iniciais do período, relativos à manifestação dos saldos bancários. As Operações de tesouraria no seu cômputo representaram 21,7% e 17,4% respetivamente da receita e da despesa.

Face ao ano anterior e em termos absolutos registaram-se menos 60,4 milhões de euros nas receitas e mais 16,5 milhões de euros nas despesas, respetivamente -28,0% e 9,3%, sobressaindo as Transferências no âmbito da Lei de Finanças Locais com menos 11,4 milhões de euros face ao ano anterior, i. e. -16,3%. Denotou-se uma quebra nos fluxos relativos a *Operações de tesouraria – Retenção de receitas do Estado*, -6,3 milhões de euros, em virtude do menor nível de descontos sobre os vencimentos, explicados pela aplicabilidade do artigo 21 e 20 da Lei OE 2012.

11. SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

11.1. INTRODUÇÃO

A Conta dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) da Região Autónoma da Madeira de 2012 reflete as alterações ocorridas, tanto ao nível da orgânica do Governo, como ao nível de alguns serviços e fundos autónomos.

O Orçamento para o ano económico de 2012 foi aprovado somente em março, através do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de março, sendo que o normal funcionamento dos SFA foi assegurado pelo regime duodecimal conforme legalmente previsto.

A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, veio estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. Esta Lei introduziu profundas alterações ao funcionamento de toda a administração pública, tendo como princípio fundamental o de que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso. Os SFA ficaram, assim, sujeitos a novos modelos de reporte para a prestação mensal da sua execução financeira – Mapa da Execução Orçamental (EO), bem como da informação sobre o montante dos encargos assumidos e não pagos (EANP) e dos pagamentos em atraso (MPA). Para além dos anteriores, a assunção de novos compromissos ficou dependente da existência de fundos disponíveis, utilizando-se para a sua determinação o Mapa de Fundos Disponíveis (FD).

Todas estas informações são, desde então, remetidas à Direção Regional do Orçamento e Contabilidade (DROC), que verifica, valida, agrega e reporta à Direção-Geral do Orçamento – Ministério das Finanças.

Também no decorrer de 2012, e de acordo com o PAEF-RAM, o Governo Regional da Madeira promoveu a revogação do regime de autonomia administrativa e financeira de alguns SFA, em conformidade com a medida 48.^a.

Assim, os serviços, institutos e fundos autónomos da administração pública regional totalizavam no início do ano 55 organismos: 48 SFA e 8 Empresas Públicas Reclassificadas (EPR).

- Instituto do Desporto da RAM, IP-RAM (IDRAM), foi extinto a 26/06/2012, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2012/M, de 26 de junho;
- Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA) regressou em 2012 à tutela da atual Secretaria da Cultura, Turismo e Transportes, sendo extinto a 31/12/2012, nos termos da alínea d), do artigo 60.º, DLR n.º 42/2012/M, de 31 de dezembro;

- Laboratório Regional de Engenharia Civil, IP-RAM (LREC) passou a estar sob a tutela da Vice-Presidência do Governo em 2012 e extinto nos termos da alínea a), do artigo 60.º, Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012/M, de 31 de dezembro;
- Fundo de Gestão para os Programas de Direção Regional de Pescas (FGPDRP) foi extinto a 31/12/2012, nos termos da alínea c), do artigo 60.º, Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012/M, de 31 de dezembro;
- Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas (FMSC) foi extinto a 31/12/2012, nos termos da alínea b), do artigo 60.º, Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012/M, de 31 de dezembro;
- RAMEDM Estradas da Madeira, S. A. (RAMEDM) foi extinto nos termos do DLR n.º 7/2013/M, de 14 fevereiro;
- Porto Santo Golf Resort - Empreendimentos Turísticos, S. A. (PSGR) foi reclassificada em 2012, não apresentando qualquer atividade.

Outras das medidas no âmbito do PAEF, que afetaram diretamente a Conta dos SFA, prenderam-se com a aplicação do POCP, com a introdução do sistema de gestão financeira e orçamental integrado e do sistema integrado de apoio às atividades de gestão de recursos humanos.

À exceção do CEHA, do FGPDRP e do IASAUDE, todos os SFA adotaram a mesma aplicação informática, o *Sistema Integrado de Apoio a Gestão para a Administração Pública*. Isto permitiu que os serviços gerassem os *outputs* necessários à conta consolidada dos SFA da Região – fluxos financeiros originários, em operações orçamentais e extraorçamentais, entre o Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos – validando-se, assim, não só as transferências para estas entidades, mas também os fluxos de contas de ordem, recursos próprios de terceiros, entregas de saldos de gerências anteriores e receção dos restantes saldos manifestados nos cofres da RAM a 31/12/2012.

À semelhança do ano anterior, utilizou-se o *software* já desenvolvido para a compilação de toda a execução orçamental e patrimonial dos SFA da gerência de 2012. Toda a informação ficou alojada numa única base de dados, o que permitiu o seu tratamento e consolidação, procurando-se garantir a unificação com as contas submetidas previamente ao Tribunal de Contas.

Em 2012, existiram, de facto, novas exigências na gestão dos SFA, das quais se distinguem:

- Registo em sistema informático de dois orçamentos no mesmo ano económico;
- Adaptação aos novos conceitos e obrigações introduzidas pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Prestação de informação diversa, compilada mensalmente em folhas de cálculo para o reporte à DGO;
- Contabilização adequada das importâncias devolvidas em 2012, referentes à manifestação dos saldos efetuados em 2011 pelos SFA, nos cofres da Tesouraria do Governo Regional, através das rubricas de recursos próprios de terceiros, nos termos do n.º 8, do artigo 7.º, do

Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2011/M, de 18 de maio, e a receitas próprias na posse do Tesouro, em contas de ordem.

- A submissão das Contas dos SFA ao Tribunal de Contas efetuada com a utilização da aplicação informática própria (TC), fez com que existissem algumas dificuldades, inerentes a sua primeira utilização.

No que se refere a estes dois últimos pontos, importa referir que, ao longo do ano, a DROC acompanhou a contabilização adequada desses registos nos mapas de reporte mensal (EO), solicitando esclarecimentos e retificações, sempre que necessário. No entanto, da análise dos mapas reportados eletronicamente ao TC, destetaram-se em alguns casos divergências, que prontamente foram informadas aos respetivos SFA, para procederem as respetivas correções, dando posterior conhecimento das mesmas ao TC e à DROC.

Na elaboração da conta de gerência dos SFA, que ora se apresenta e para efeitos de uma correta discriminação dos saldos de gerência, contabilizou-se as importâncias devolvidas pelo Tesouro, consoante a sua própria natureza, muito embora fossem recebidas e pagas pelo Governo Regional, através da rubrica de *Recursos próprios de terceiros*, ou seja:

- A contabilização das *Operações de tesouraria – receitas de Estado manifestadas e devolvidas pelo Tesouro* em 2012, foi efetuada na rubrica de *operações extraorçamentais – 17.01*;
- A contabilização das *Outras operações de tesouraria – manifestadas e devolvidas pelo Tesouro* em 2012, foi efetuada na rubrica de *operações extraorçamentais – 17.02*;
- A contabilização dos *Recursos próprios de terceiros – manifestados e devolvidos pelo Tesouro* em 2012, foi efetuada, na rubrica de *operações extraorçamentais – 17.05*;
- A contabilização das receitas próprias devolvidas pelo Tesouro de contas de ordem, ou de manifestação de saldo, foram efetuadas, na *rubrica orçamental – 16.01.00 - Saldo da gerência anterior*.

Refira-se a situação do Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), que, em contas de ordem na posse do Tesouro em 31/12/2011 no valor total de 405 964,33€, se incluíam 159 802,68 € de *Recursos próprios de terceiros*. Procedeu-se aqui às respetivas “reclassificações”, na rubrica 16.01.00 da seguinte forma:

- *Saldo da Gerência anterior – De receita própria, recebido do Tesouro (Contas de Ordem) – 246 161,65 €;*
- *Operações Extraorçamentais – Da Gerência anterior – De recursos próprios de terceiros, na posse do Tesouro (Contas de Ordem) – 159 802,68 €:*

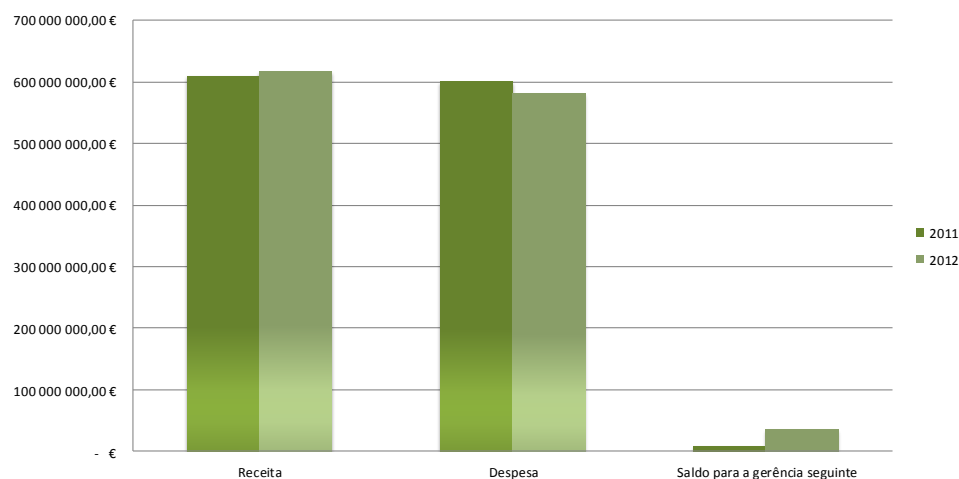
Elaborou-se assim o mapa da execução orçamental (Anexos – XXII) de uma forma bastante pormenorizada, diferenciando todos os fluxos financeiros acima referidos.

Comparando este mapa com as contas de gerência dos SFA – *Fluxos de caixa*, e dado que o reporte eletrónico ao TC não permite a submissão dos Recursos próprios de terceiros, mas apenas os códigos de classificação económica aprovados pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, verifica-se que as importâncias inscritas nas *Operações extraorçamentais – Outras operações de tesouraria* destes fluxos agregaram:

- *Operações extraorçamentais – Outras operações de tesouraria;*
- *Operações Extraorçamentais – De recursos próprios de terceiro.*

Excluindo-se as EPR, apresentam-se em seguida os valores totais das receitas e despesas dos SFA, incluindo os montantes das *Operações extraorçamentais*, bem como dos saldos para a gerência seguinte, nos anos 2011 e 2012, em termos globais GRÁFICO 25.

GRÁFICO 25 - RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2011-2012)



	(euro)	
	2011	2012
Receita global	608 364 083,26	616 033 311,77
Despesa global	600 954 840,23	581 626 248,12
Saldo para a gerência seguinte	7 409 243,03	34 407 063,65

11.2. RECEITA - SFA

A análise que se segue respeita exclusivamente aos SFA, excluindo-se as empresas públicas reclassificadas (EPR).

Em 2012 a receita dos SFA totalizou 438,0 milhões de euros, traduzindo um aumento de 10,7% face à execução de 2011.

Em relação às receitas a sua variação é positiva em quase todos os SFA, destacando-se os seguintes aumentos:

	(Δ)
Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes	774,4%
Fundo Escolar — Escola Básica e Secundária Professor Doutor Francisco Freitas Branco	234,1%
Fundo Escolar — Escola Básica e Secundária da Calheta	114,9%
Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas	111,4%
Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM – PRODERAM	104,4%
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	88,7%

Em grande parte, estes aumentos refletem já o esforço no sentido de regularizar o pagamento de parte dos encargos assumidos e não pagos em anos anteriores. O acréscimo das receitas da Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes deve-se ao facto de em 2011 a mesma só ter entrado em funcionamento em Setembro desse ano.

Seguem-se os SFA com receitas inferiores em 2012, relativamente ao ano de 2011:

	(Δ)
Fundo de Gestão para os Programas da Direção Regional de Pescas	-80,0%
Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM	-74,4%
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	-23,2%
Laboratório Regional de Engenharia Civil, IP-RAM	-21,5%
Centro de Estudos de História do Atlântico	-14,5%
Fundo de Gestão para Programas da Formação Profissional	-14,4%
Conservatório — Escola Profissional das Artes da Madeira	-12,9%
Assembleia Legislativa da Madeira	-11,2%
Parque Natural da Madeira	-8,1%
Fundo Escolar — Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos dos Louros	-1,6%
Instituto de Desenvolvimento Regional	-0,7%
Fundo Escolar — Escola Secundária Francisco Franco	-0,1%

A diminuição das receitas do IDRAM, IP-RAM reflete a sua extinção, em junho deste ano. O FGPDPR, o LREC, IP-RAM e o CEHA vieram a ser extintos no final de 2012.

Passando agora à análise económica das receitas, a parcela corrente, no valor total de 374,6 milhões de euros, revela um aumento de 6% relativamente 2011, seja de 21 310,4 mil euros. As transferências correntes aumentaram em 20 304,1 mil euros seguindo-se a receita arrecadada com a cobrança de taxas, multas e outras penalidades (1 468,4 mil euros), de impostos diretos (839,4 mil euros) e indiretos (97,7 mil euros).

As receitas de capital, no valor total de 39,1 milhões de euros, registaram um aumento de 54,9%, relativamente a 2011 e representaram cerca de 8,9%% da receita total dos SFA.

O valor do saldo da gerência anterior de receitas próprias foi superior ao de 2011 em 41,6%, no valor de 24,3 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta as receitas dos Serviços e Fundos Autónomos, de acordo com a sua estrutura económica em 2011 e 2012.

QUADRO 77 – RECEITA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2011-2012)

Designação	(mil euros)					
	2011		2012		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
Impostos directos	418,0	0,1	1.257,4	0,3	839,4	200,8
Impostos indirectos	48,9	0,0	146,6	0,0	97,7	199,8
Taxas, multas e outras penalidades	2.815,3	0,7	4.283,7	1,0	1.468,4	52,2
Rendimentos da propriedade	1.081,8	0,3	4,7	0,0	-1.077,0	-99,6
Transferências correntes	343.107,3	86,7	363.411,4	83,0	20.304,1	5,9
Venda de bens e serviços correntes	4.498,0	1,1	4.183,3	1,0	-314,7	-7,0
Outras receitas correntes	1.352,9	0,3	1.345,4	0,3	-7,5	-0,6
Soma	353.322,1	89,3	374.632,5	85,5	21.310,4	6,0
Receitas de Capital						
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	2,9	0,0	2,9	-
Transferências de capital	24.898,9	6,3	38.568,1	8,8	13.669,2	54,9
Ativos financeiros	348,1	0,1	515,6	0,1	167,6	48,2
Passivos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras receitas de capital	3,5	0,0	15,0	0,0	11,5	324,1
Soma	25.250,5	6,4	39.101,7	8,9	13.851,2	54,9
Recursos próprios comunitários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	31,3	0,0	29,4	0,0	-1,9	-6,0
Saldo da gerência anterior (de receitas próprias)	17.139,5	4,3	24.261,8	5,5	7.122,3	41,6
Total receitas	395.743,4	100,0	438.025,4	100,0	42.282,0	10,7

Relativamente às transferências correntes, salientam-se os aumentos das recebidas do ORAM para *funcionamento normal – outras despesas correntes*, aproximadamente +35,8 milhões de euros, para *investimentos do plano* +2,7 milhões de euros e das transferências de *sociedades financeiras*, e de *sociedades e quase-sociedades não financeiras*, que no seu total representaram um aumento de 78,4 mil euros.

As transferências correntes, provenientes do *resto do mundo* e da *administração central, local e da Segurança social* diminuíram, no seu conjunto, cerca de 13,0 milhões de euros. As transferências para as despesas com pessoal diminuíam em 5,3 milhões de euros.

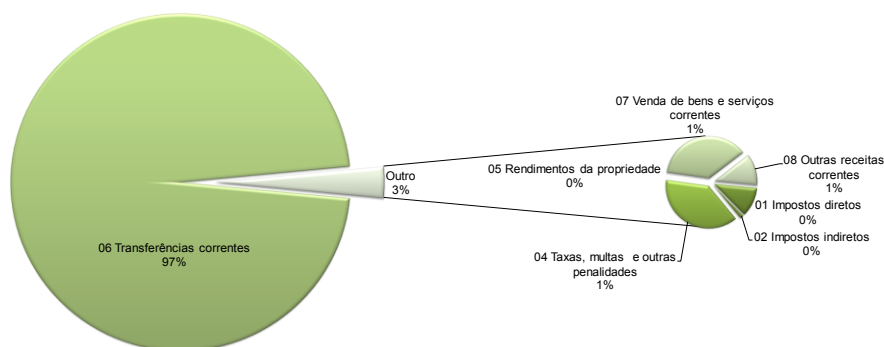
As transferências de capital apresentaram, no global, um aumento bastante significativo, de 54,9%, cerca de 13,9 milhões de euros, salientando-se os acréscimos das *transferências do resto mundo* e da *administração central*.

Os valores dos ativos, 515,6 mil euros revelam também um aumento de 48,2%, registando-se ainda em 2012 receitas provenientes da *venda de bens de investimentos* e *outras receitas de capital*.

A estrutura das receitas correntes e de capital dos SFA pode ser observada através dos gráficos que se seguem - GRÁFICO 26 e GRÁFICO 27.

As transferências correntes constituem 97% das receitas correntes e as transferências de capital cerca de 99% da componente capital da receita. Nestas rubricas estão inscritas as verbas transferidas da administração regional, da administração central, local e segurança social, das instituições sem fins lucrativos e famílias, do resto do mundo (UE) e ainda de outros setores onde se incluem as sociedades e quase-sociedades financeiras e as não financeiras.

GRÁFICO 26 – RECEITAS CORRENTES DOS SFA EM 2012



As transferências provenientes do Orçamento da Região Autónoma continuam a ser as principais fontes de financiamento destes organismos, correspondendo no total (corrente e de capital), a 80,3% do total das suas receitas.

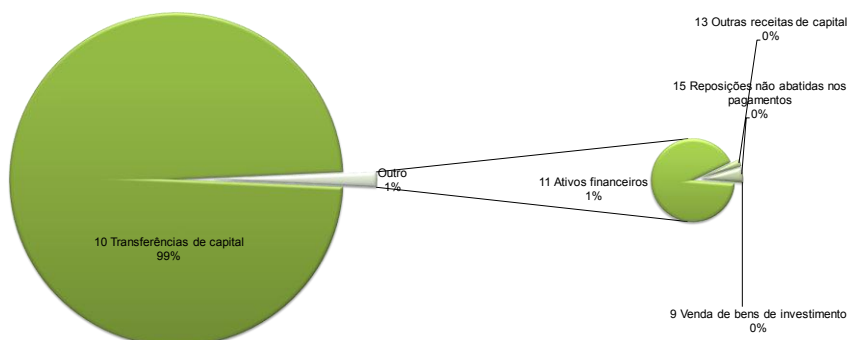
Os serviços que em 2012 mais beneficiaram de transferências correntes do Orçamento Regional foram:

	(mil euros)
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM	298 952,6
Assembleia Legislativa da Madeira	13 422,5
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	7 882,5
Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM	5 195,0
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira	3 358,6
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira	2 855,0
Instituto de Desenvolvimento Regional	1 848,0
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	1 677,4
Parque Natural da Madeira	1 548,0

Laboratório Regional de Engenharia Civil, IP-RAM	1 080,2
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	1 052,8

Os Fundos Escolares receberam do ORAM cerca de 5,2 milhões de euros em transferências correntes, representando 1,5% do total transferido para os SFA.

GRÁFICO 27– RECEITAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2012



No que respeita às transferências de capital do ORAM destacam-se:

	(mil euros)
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	2 624,0
Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM - PRODERAM	2 170,8
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	640,5
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM	322,6
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	82,6
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira	37,6

QUADRO 78 – DIVERGÊNCIA NAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL — ORAM / SFA 2012

Transferências de capital - FN	(euro)	
	ORAM Despesas de Capital	SFA Receitas de Capital
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	552.078,73	640.505,24
Divergência	-88.426,51	88.426,51

Interessa explicar aqui a divergência detetada nas transferências de capital, em funcionamento normal, comparando a despesa do ORAM e a receita do Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, IP-RAM, no valor de 88.426,51 €.

Trata-se de uma transferência de capital no valor de 88.426.51 €, efetuada pelo Governo Regional em 31 de janeiro de 2012, no prolongamento do ano económico 2011, por conta da gerência 2011, mas recebida pelo Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM em fevereiro de 2012, pelo que foi considerada na execução do ano 2012, deste SFA.

No QUADRO 78, apresentam-se os SFA com maior importância em termos do rácio: receitas deduzidas das transferências do ORAM / receitas totais dos SFA em 2012.

QUADRO 79 – RECEITAS TOTAIS DOS SFA, DEDUZIDAS DAS TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO REGIONAL - 2012

Designação	(euro)		
	Receitas deduzidas das transferências do ORAM	Receitas Totais	rácio %
	(1)	(2)	(1/2)
06 Fundo de Estabilização Tributária da Região Autónoma da Madeira	13.565.467,06 €	13.565.467,06 €	100,00%
25 Fundo de Gestão para Programas da Formação Profissional	13.799.609,00 €	13.815.472,97 €	99,89%
13 Fundo de Gestão para os Programas da Direção Regional de Pescas	111.975,21 €	113.691,61 €	98,49%
03 Instituto de Desenvolvimento Empresarial	25.945.530,34 €	30.112.294,29 €	86,16%
17 Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM - PRODERAM	12.387.463,84 €	14.576.086,76 €	84,98%
44 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Bartolomeu Perestrelo	148.931,32 €	193.960,09 €	76,78%
45 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniçal	59.879,24 €	82.100,71 €	72,93%
02 Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira	637.082,40 €	958.932,23 €	66,44%
21 Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	4.446.142,00 €	6.764.027,61 €	65,73%
28 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva	217.991,47 €	352.246,07 €	61,89%
38 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz	91.875,94 €	153.992,51 €	59,66%
07 Instituto de Desenvolvimento Regional	2.583.672,48 €	4.431.622,72 €	58,30%
49 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Horácio Bento de Gouveia	254.217,81 €	452.522,29 €	56,18%
46 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço	202.754,35 €	370.605,51 €	54,71%
30 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas	179.668,08 €	335.266,68 €	53,59%
34 Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Machico	302.868,68 €	591.864,10 €	51,17%
53 Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Cardeal D. Teodósio de Gouveia	11.997,05 €	23.524,68 €	51,00%

O classificador económico das receitas e das despesas públicas, definido através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, veio distinguir o capítulo das *operações extraorçamentais*, onde se englobam as operações que apenas têm expressão na tesouraria, não sendo consideradas receitas orçamentais. São elas as *receitas do Estado*, as *operações de tesouraria*, as *reposições abatidas nos pagamentos*, as *contas de ordem* e ainda os *recursos próprios de terceiros*.

Em 2012, o capítulo 17 - *operações extraorçamentais* em termos totais, ou seja, considerando as da gerência anterior e da própria gerência, foi de 178,0 milhões de euros, diminuindo assim em cerca de 34,6 milhões de euros (-16,13%), relativamente a 2011. As importâncias devolvidas pelo Tesouro em 2012, das manifestações de saldos efetuadas pelos SFA em finais de dezembro de 2011, foram cuidadosamente inscritas nos quadros da conta dos SFA (Quadros XXII), de acordo com a sua natureza, de forma permitir uma correta contabilização dos saldos iniciais e finais deste ano económico.

Há que explicar aqui a divergência que se apresenta entre os valores das contas de ordem do ORAM, rubrica 12.03.00, e os das contas de ordem dos SFA, rubrica 17.04.00, no valor total de 1 200 865,98€, conforme quadro seguinte.

QUADRO 80 – DIVERGÊNCIA NAS CONTAS DE ORDEM — ORAM / SFA 2012

Operações extra-orçamentais	(euro)	
	ORAM 12.03.00	SFA 17.04.00
Contas de Ordem	60.127.277,56	61.328.143,54
Divergência	-1.200.865,98	1.200.865,98

Com efeito, ao valor total pago pelo GR aos SFA por conta da gerência de 2012, ao valor de 60 127 277,56€, deve-se:

- Adicionar:
 - 0,04€ - pago pelo GR em dezembro de 2011, mas recebida pelo Instituto de Desenvolvimento Regional já em janeiro de 2012;
 - 1 490 383,23€ - pago pelo GR no prolongamento do ano económico de 2011, recebido pelos serviços em janeiro de 2013.
- Subtrair:
 - 159 802,68€ - recebido pelo IDR, de contas de ordem transitado no Tesouro em 31/12/2011 e reclassificado como *recursos próprios de terceiros*;
 - 129 714,61€ - de contas de ordem devolvido pelo Tesouro em 28/12/2011, e recebido pelos serviços em janeiro de 2013.

11.3. DESPESA-SFA

A análise que se segue respeita exclusivamente aos SFA, excluindo-se as empresas públicas reclassificadas (EPR).

As despesas totais realizadas pelos Serviços e Fundos Autónomos, em 2012, ascenderam a cerca de 414,6 milhões de euros, sendo superior às de 2011 em cerca de 43,8 milhões de euros, seja 11,8%. Incluem-se nestas despesas 192,5 milhões de euros, referentes a pagamento de encargos assumidos e não pagos de anos anteriores, dos quais 185,6 milhões de euros do IASAUDE, IP-RAM.

O QUADRO 80 permite avaliar a distribuição da despesa dos Serviços e Fundos Autónomos em 2011 e 2012, por classificação económica, e a sua variação nesse período.

QUADRO 81 - DESPESA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2011 E 2012)

Designação	2011		2012		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes						
Despesas com pessoal	33.900,8	9,1	29.119,1	7,0	- 4.781,7	- 14,1
Aquisição de bens e serviços	76.635,6	20,7	90.016,6	21,7	13.381,0	17,5
Juros e outros encargos	6.732,5	1,8	6.753,1	1,6	20,6	0,3
Transferências correntes	228.417,0	61,6	236.637,4	57,1	8.220,4	3,6
Subsídios	3.066,5	0,8	8.300,1	2,0	5.233,6	170,7
Outras despesas correntes	459,5	0,1	538,6	0,1	79,2	17,2
Soma	349.211,8	94,2	371.364,9	89,6	22.153,0	6,3
Despesas de Capital						
Aquisição de bens de capital	3.269,1	0,9	15.065,1	3,6	11.796,0	360,8
Transferências de capital	15.908,0	4,3	23.995,8	5,8	8.087,7	50,8
Ativos financeiros	2.490,5	0,7	4.216,9	1,0	1.726,3	69,3
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Soma	21.667,6	5,8	43.277,7	10,4	21.610,1	99,7
Total despesas	370.879,4	100,0	414.642,6	100,0	43.763,2	11,8

Em relação às despesas a sua variação é positiva em quase todos os SFA, destacando-se os seguintes acréscimos:

	(Δ)
Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM - PRODERAM	5 268,3%
Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes	801,8%
Fundo Escolar — Escola Básica e Secundária Professor Doutor Francisco Freitas Branco	246,4%
Fundo Escolar — Escola Básica e Secundária da Calheta	119,2%
Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas	119,1%
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	99,5%
Fundo Escolar — Escola Básica e Secundária de Santa Cruz	97,3%
Fundo Escolar — Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade	89,5%
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	81,7%

Em grande parte, estes aumentos refletem já o esforço no sentido de regularizar o pagamento de parte dos encargos assumidos e não pagos em anos anteriores.

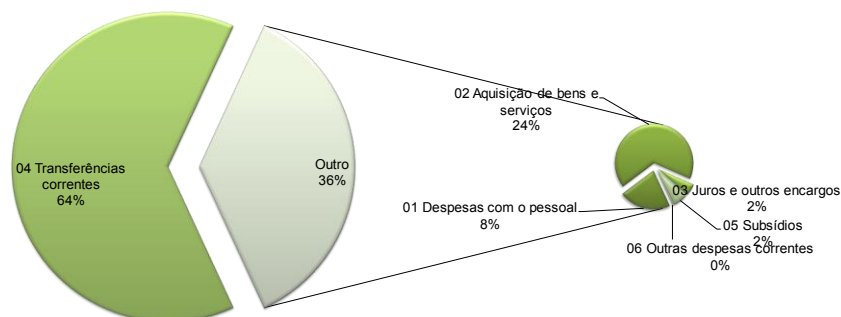
Seguem-se os SFA com despesas inferiores em 2012, relativamente ao ano de 2011:

	(Δ)
Fundo de Gestão para os Programas da Direção Regional de Pescas	-96,0%
Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM	-76,2%
Laboratório Regional de Engenharia Civil, IP-RAM	-21,2%
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	-18,8%
Conservatório — Escola Profissional das Artes da Madeira	-16,0%
Fundo de Gestão para Programas da Formação Profissional	-15,0%
Centro de Estudos de História do Atlântico	-13,6%
Fundo de Estabilização Tributária da Região Autónoma da Madeira	-10,3%
Assembleia Legislativa da Madeira	-9,4%
Parque Natural da Madeira	-4,1%
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira	-0,2%
Fundo Escolar — Escola Secundária Francisco Franco	-0,04%

A diminuição das despesas do IDRAM, IP-RAM explica-se pela sua extinção, em junho deste ano, extinguindo-se o FGPDRP, LREC, IP-RAM e o CEHA no final de 2012.

O GRÁFICO 28 evidencia a distribuição da despesa corrente dos Serviços e Fundos Autónomos em 2012, por agrupamento.

GRÁFICO 28 - DESPESAS CORRENTES DOS SFA EM 2012



As despesas com o pessoal totalizaram cerca de 29,1 milhões de euros, menos 4,8 milhões de euros do que em 2011, e representaram 7,8% das despesas correntes.

As entidades que em 2012 apresentaram maiores encargos nesta rubrica foram as seguintes:

	(mil euros)
Assembleia Legislativa da Madeira	6 641,9
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM	3 916,4
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira	3 317,4
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira	2 396,8
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	2 076,5
Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM	1 773,7
Instituto de Desenvolvimento Regional	1 663,1
Parque Natural da Madeira	1 468,8
Fundo de Estabilização Tributária da Região Autónoma da Madeira	1 287,7
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	1 174,2
Laboratório Regional de Engenharia Civil, IP-RAM	1 055,9
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	961,7

As despesas com a aquisição de bens e serviços em 2012 apresentaram um total de cerca de 90,0 milhões de euros, destacando-se os seguintes:

	(mil euros)
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM	72 769,3
Assembleia Legislativa da Madeira	1 683,2
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira	1 328,7
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	1 236,1
Instituto de Desenvolvimento Regional	909,4
Fundo Escolar da Escola Secundária Jaime Moniz	669,6
Fundo Escolar da Escola Secundária Francisco Franco	569,3
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Machico	563,0
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	541,8

Em relação ao valor dos juros e outros encargos, cerca de 6,7 milhões de euros, correspondem quase que exclusivamente a juros da dívida pública pagos pelo Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, constituindo o valor remanescente, cerca de 75,2 mil euros, a outros, na maioria juros de mora, pagos pelo LREC, IP-RAM (15,7 mil euros), pelo IDRAM, IP-RAM e por alguns fundos escolares.

As transferências correntes aumentaram em 2012, aproximadamente de 8,2 milhões de euros, representaram 63,7% das despesas correntes dos SFA, num total de 236,6 milhões de euros, sendo estas distribuídas pelos seguintes SFA:

	(mil euros)
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM	209 395,6
Fundo de Gestão para Programas da Formação Profissional	13 684,3
Assembleia Legislativa da Madeira	5 339,9
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	3 764,7
Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM	3 324,5
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	943,8
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira	124,8
Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes	59,9

As despesas com subsídios em 2012, de aproximadamente 8,3 milhões de euros, efetuadas pelos seguintes SFA:

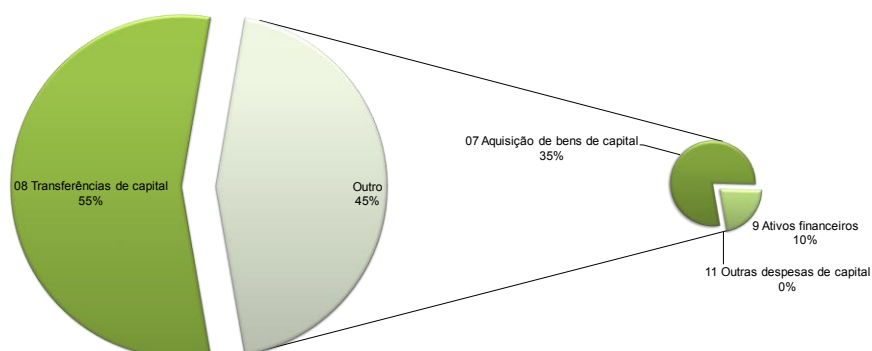
(mil euros)

Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM	5 421,4
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	2 796,0
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira	82,7

As outras despesas correntes, de 538,6 mil euros no total dos SFA, representaram 0,2% das despesas correntes, e aumentaram 17,2% relativamente a 2011.

As despesas de capital dos SFA atingiram cerca de 43,3 milhões de euros, aumentando em 99,7% em relação a 2011, aproximadamente mais 21,6 milhões de euros. Distribuíram-se pelas rubricas de transferências de capital, 55,5%, de aquisição de bens de capital, 34,8%, e de ativos financeiros, 9,7%.

GRÁFICO 29 - DESPESAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2012



Os SFA com maiores despesas em aquisição de bens de capital são os seguintes:

(mil euros)

Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM - PRODERAM	11 154,7
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	3 006,0
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira	281,9
Assembleia Legislativa da Madeira	274,0
Instituto de Desenvolvimento Regional	95,8

Relativamente às transferências de capital, num total de 24,0 milhões de euros, aumentaram em cerca de 8,1 milhões de euros (+50,8%) e são constituídas em 97,8% por transferências para as

sociedades e quase-sociedades não financeiras, em 2% para administração central e em 0,2% para as instituições sem fins lucrativos. Distribuíram-se pelos seguintes SFA:

	(mil euros)
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	23 614,4
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM	322,6
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	58,7

Os ativos financeiros atingiram 4,2 milhões de euros, com um aumento relativamente ao ano anterior de 69,3%, distribuindo-se pelos seguintes SFA:

	(mil euros)
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	4 131,3
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	85,6

As operações extraorçamentais em 2012 registaram, no global, uma diminuição de 63,1 milhões de euros, seja de 27,4% em relação ao ano de 2011, visto que, em dezembro de 2012, os SFA não procederam à manifestação dos seus saldos de caixas e bancos, na Tesouraria do Governo Regional, nos termos da Lei.

O saldo para a gerência seguinte, na posse dos SFA, foi de 34,4 milhões de euros, transitando na posse do Tesouro 129,7 mil euros em contas de ordem.

No Anexo XXII-IV — Saldos dos Serviços e Fundos Autónomos em 2012, apresentam-se os saldos devidamente discriminados, distinguindo-se os que transitaram na posse do Tesouro, dos que se encontravam na posse de cada um dos SFA, quer no início quer no final do ano, para além das operações extraorçamentais da própria gerência.

As despesas dos SFA por classificação funcional concentraram-se especialmente nas funções sociais, 333,7 milhões de euros com evidência nas despesas com a saúde. Atingiram 298,5 milhões de euros e representaram 89,5% destas funções. A educação aparece aqui em segundo lugar, com 27,6 milhões de euros, seguindo-se os serviços culturais, recreativos e religiosos com 5,8 milhões de euros, respetivamente 8,3% e 1,7% das funções sociais. Nas funções económicas, que totalizam 45,8 milhões de euros, distinguem-se as despesas com o comércio e turismo, com 30,0 milhões de euros e as outras funções sociais, com 10,0 milhões de euros. Nas funções gerais de soberania as despesas distribuem-se pelos serviços gerais da administração pública, 23,4 milhões de euros e pela segurança e ordem públicas 11,5 milhões de euros.

11.4. RECEITA-EPR

Apresenta-se de seguida uma breve análise das receitas das Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) da Região Autónoma da Madeira de 2012, na ótica da contabilidade pública.

O quadro seguinte apresenta as receitas dos EPR de acordo com a sua estrutura económica em 2012.

QUADRO 82 – RECEITA GLOBAL DAS EMPRESAS PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (2012)

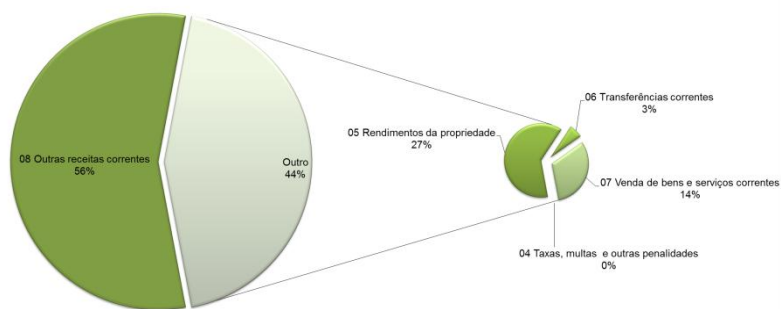
Designação	(mil euros)	
	2012	
	Valor	%
Receitas Correntes		
Impostos diretos	0,0	0,0
Impostos indiretos	0,0	0,0
Taxas, multas e outras penalidades	6,5	0,0
Rendimentos da propriedade	8.755,5	2,8
Transferências correntes	838,2	0,3
Venda de bens e serviços correntes	4.475,1	1,4
Outras receitas correntes	17.878,8	5,8
Soma	31.954,1	10,3
Receitas de Capital		
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências de capital	12.640,4	4,1
Ativos financeiros	1.969,6	0,6
Passivos financeiros	232.362,3	74,8
Outras receitas de capital	3,5	0,0
Soma	246.975,9	79,5
Recursos próprios comunitários	0,0	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,0	0,0
Saldo da gerência anterior (de receitas próprias)	31.563,3	10,2
Total receitas	310.493,3	100,0

As receitas correntes representam 10,3% do total das receitas. Evidencia-se as outras receitas correntes com 17 878,8 mil euros, representando no total 56,0% da parcela corrente total.

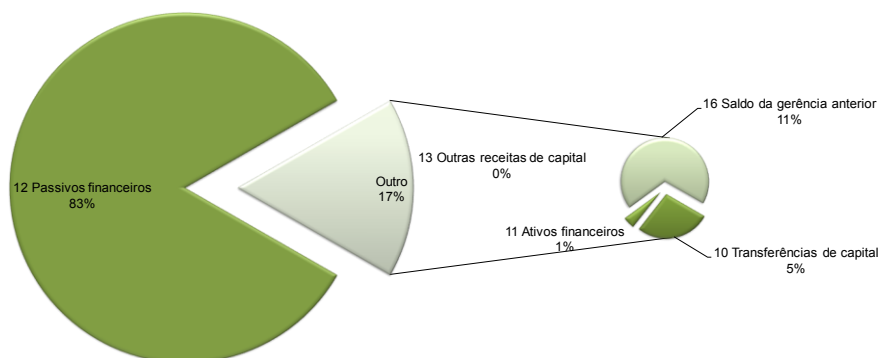
As receitas de capital no valor de 246 975,9 mil euros, representam 79,5% do total das receitas, destacando-se os passivos financeiros, que constituem 94,1% do total de capital.

O valor do saldo da gerência anterior, de receitas próprias ascende a 31 563,3 mil euros, 10,2% do total das receitas das EPR.

A estrutura das receitas correntes e de capital das EPR pode também ser observada através dos gráficos que se seguem - GRÁFICO 29 e GRÁFICO 30.

GRÁFICO 29 – RECEITAS CORRENTES DAS EPR EM 2012

	(mil euros)
RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A.	17 069,8
PATRIRAM - Titularidade e Gestão do Património Público Regional, S.A.	8 721,9
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	1 988,0
Empresa Jornal da Madeira	1 378,3
Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste, Ponta do Oeste, S.A.	994,7
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	921,2
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	880,2

GRÁFICO 30 – RECEITAS DE CAPITAL DAS EPR EM 2012

No que respeita às receitas de capital das EPR:

	(mil euros)
Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste, Ponta do Oeste, S.A.	89 466,82
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	61 942,67
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	61 124,34
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	27 114,95

RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A.	39 90,00
Empresa Jornal da Madeira	33 37,11
PATRIRAM - Titularidade e Gestão do Património Público Regional, S.A.	0,00

11.5. DESPESA - EPR

As despesas totais realizadas pelas EPR, em 2012, ascenderam a cerca de 282 786,5 mil euros, sendo 49 392,6 mil euros referentes a despesas correntes e 233 393,9 mil euros a despesas de capital.

O QUADRO 82 permite apreciar a distribuição das despesas das EPR por correntes e de capital:

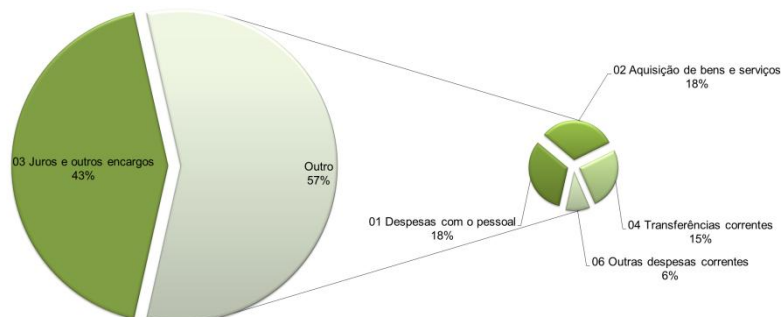
QUADRO 83 - DESPESA GLOBAL DAS EPR (2012)

Designação	(mil euros)	
	2012	
	Valor	%
Despesas Correntes		
Despesas com pessoal	9.168,7	3,2
Aquisição de bens e serviços	8.912,2	3,2
Juros e outros encargos	21.230,4	7,5
Transferências correntes	7.223,9	2,6
Subsídios	0,0	0,0
Outras despesas correntes	2.857,4	1,0
Soma	49.392,6	17,5
Despesas de Capital		
Aquisição de bens de capital	22.801,4	8,1
Transferências de capital	16,5	0,0
Ativos financeiros	0,0	0,0
Passivos financeiros	210.575,9	74,5
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Soma	233.393,9	82,5
Total despesas	282.786,5	100,0

As despesas correntes representam 17,5% do total das despesas, de onde os juros e outros encargos representam 43,0% desta parcela corrente. No que concerne às despesas de capital destacam-se os passivos financeiros, com 210 575,9 mil euros, com um peso de aproximadamente 90,2% do total deste agrupamento.

O GRÁFICO 31 evidencia a distribuição da despesa corrente das EPR em 2012, por agrupamento.

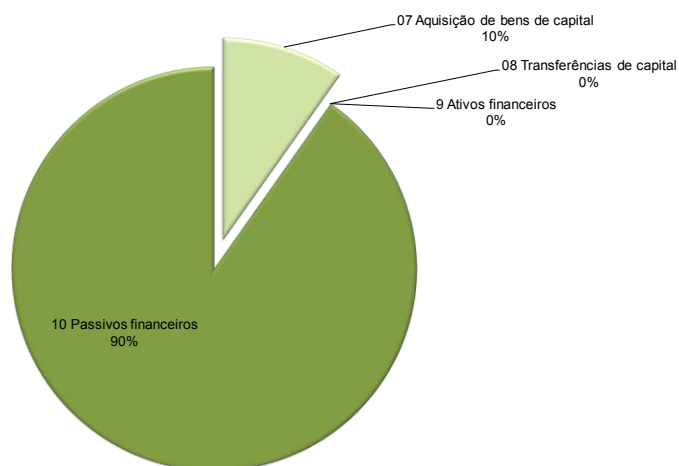
GRÁFICO 31 - DESPESAS CORRENTES DAS EPR EM 2012



Seguem-se as despesas correntes por EPR:

	(mil euros)
Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste, Ponta do Oeste, S.A.	13 722,3
RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A.	8 435,0
PATRIRAM - Titularidade e Gestão do Património Público Regional, S.A.	7 576,9
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	6 579,5
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	5 293,9
Empresa Jornal da Madeira	4 240,5
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	3 544,4

GRÁFICO 32 - DESPESAS DE CAPITAL DAS EPR EM 2012

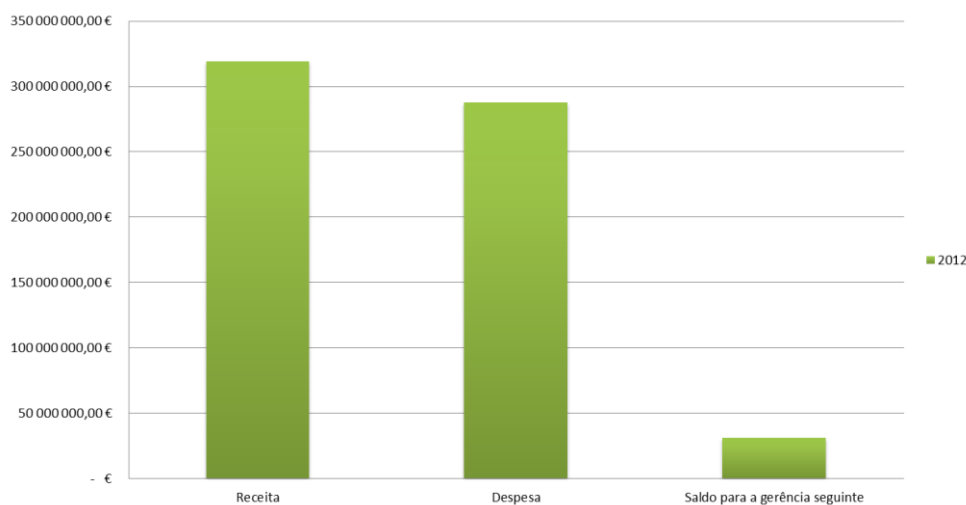


No que respeita às despesas de capital, as EPR sucedem-se conforme se apresenta:

	(mil euros)
Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste, Ponta do Oeste, S.A.	76 410,4
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	63 987,6
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	57 642,2
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	23 990,1
RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A.	10 760,4
Empresa Jornal da Madeira	475,5
PATRIRAM - Titularidade e Gestão do Património Público Regional, S.A.	127,8

O GRÁFICO 33 apresenta os valores totais das receitas e despesas dos EPR de 2012, incluindo os montantes das *Operações extraorçamentais*, bem como dos saldos para a gerência seguinte.

GRÁFICO 33 - RECEITAS E DESPESAS DAS EMPRESAS PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (2012)



	(euro)
	2012
Receita global	319 157 036,89
Despesa global	287 892 754,97
Saldo para a gerência seguinte	31 264 281,92

12. SETOR EMPRESARIAL DA RAM

12.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO SERAM

12.1.1. ATIVO

Como nota prévia dos valores apresentados, é de referir que alguns valores de 2012 são provisórios porquanto não integram ainda todos os relatórios e contas.

O ativo líquido do SERAM apurado em 2012 foi de 5.272 milhões de euros, menos 253 milhões de euros do que em 2011 (-4,6%). Esta diminuição ficou a dever-se ao comportamento do ativo não corrente (-5,3%, e menos 231 milhões de euros) que sofreu uma redução bem superior à do ativo corrente (-1,9%, e menos 22 milhões de euros).

As rubricas que mais contribuíram para a redução do ativo não corrente foram os outros ativos financeiros (-93,4%) e os ativos fixos tangíveis (-2,1%) que em conjunto representaram menos 259 milhões de euros do que em 2011.

QUADRO 84 – ATIVO DO SERAM, 31-12-2011 / 31-12-2012

(mil euros)					
ATIVO	2011	2012	Variação		Estrutura 2012
			Absoluta	%	
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	3.306.906	3.237.053	-69.853	-2,1%	61,4%
Propriedades de investimento	5.765	7.616	1.851	32,1%	0,1%
Ativos intangíveis	560.442	531.907	-28.535	-5,1%	10,1%
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	77.511	141.575	64.064	82,7%	2,7%
Participações financeiras - outros métodos	3.807	2.365	-1.442	-37,9%	0,0%
Clientes	27.464	27.344	-120	-0,4%	0,5%
Outras contas a receber	138.362	128.975	-9.387	-6,8%	2,4%
Acionistas / sócios	1.621	1.621	0	0,0%	0,0%
Outros ativos financeiros	202.169	13.347	-188.822	-93,4%	0,3%
Ativos por impostos diferidos	26.726	28.008	1.282	4,8%	0,5%
Total do Ativo não corrente	4.350.773	4.119.811	-230.962	-5,3%	78,1%
Ativo corrente					
Inventários	27.609	34.156	6.547	23,7%	0,6%
Clientes	733.531	723.926	-9.605	-1,3%	13,7%
Adiantamentos a fornecedores	259	1.305	1.046	403,9%	0,0%
Estado e outros entes públicos	15.409	14.279	-1.130	-7,3%	0,3%
Acionistas / sócios	20.929	24.948	4.019	19,2%	0,5%
Outras contas a receber	289.980	224.134	-65.846	-22,7%	4,3%
Diferimentos	7717	36.273	28.556	370,0%	0,7%
Ativos financeiros detidos para negociação	2.425	2.900	475	19,6%	0,1%
Outros ativos financeiros	2.259	9.572	7.313	323,7%	0,2%
Ativos não correntes detidos para venda	2	159	157	7850,0%	0,0%
Caixa e depósitos bancários	74.397	80.913	6.516	8,8%	1,5%
Total do Ativo corrente	1.174.517	1.152.565	- 21.952,00	-1,9%	21,9%
Total do ativo	5.506.081	5.272.376	- 233.705,00	-4,2%	100,0%

Em termos estruturais, tem-se vindo a verificar uma gradual perda de importância do ativo não corrente face ao total do ativo líquido (83,0% em 2009 e 78,1% em 2012), facto a que não será alheia a fase de contenção de investimento que caracteriza o SERAM.

12.1.2. PASSIVO

O passivo do SERAM em 2012 atingiu o montante de 3.694 milhões de euros, menos 189 milhões de euros (-4,9%) do que no ano anterior. Esta diminuição ficou a dever-se essencialmente à redução dos financiamentos obtidos (-351 milhões de euros, contando com valores correntes e não correntes), que compensaram o aumento da rubrica acionistas / sócios (+108 milhões de euros, em valores correntes e não correntes) e dos diferimentos (+64 milhões de euros, no passivo corrente).

QUADRO 85 – PASSIVO DO SERAM, 31-12-2011 / 31-12-2012

(mil euros)					
PASSIVO	2011	2012	Variação		Estrutura 2012
			Absoluta	%	
Passivo não corrente					
Provisões	32.446	46.188	13.742	42,4%	1,3%
Acionistas / sócios	12.677	116.286	103.609	817,3%	3,2%
Financiamentos obtidos	1.873.301	1.429.097	-444.204	-23,7%	38,8%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	23.262	23.074	-188	-0,8%	0,6%
Passivos por impostos diferidos	445.603	440.049	-5.554	-1,2%	12,0%
Outras contas a pagar	150.034	118.453	-31.581	-21,0%	3,2%
Total do Passivo não corrente	2.545.245	2.173.147	-372.098	-14,6%	59,1%
Provisões	18250	15191	-3059	-16,8%	0,4%
Fornecedores	358.427	364.354	5.927	1,7%	9,9%
Adiantamentos de clientes	711	816	105	14,8%	0,0%
Estado e outros entes públicos	19.750	19.981	231	1,2%	0,5%
Acionistas / sócios	19.781	23.721	3.940	19,9%	0,6%
Financiamentos obtidos	628.675	722.035	93.360	14,9%	19,6%
Outras contas a pagar	162632	163.788	1.156	0,7%	4,5%
Diferimentos	112.783	177.024	64.241	57,0%	4,8%
Passivos financeiros detidos para negociação	0	8.166	8.166	0,0%	0,2%
Outros passivos financeiros	24.628	25.643	1.015	4,1%	0,7%
Total do Passivo corrente	1.331.289	1.505.528	174.239	13,1%	40,9%
Total do passivo	3.876.534	3.678.675	-197.859	-5,1%	100,0%

Saliente-se que o passivo não corrente sofreu uma redução muito importante (-364 milhões de euros, menos 14,4% do que em 2011) sobretudo com a liquidação de financiamentos obtidos de médio e longo prazo.

O passivo corrente teve um crescimento de 13% (+175 milhões de euros), sendo de assinalar o aumento dos financiamentos obtidos de maior exigibilidade (+14,8%) e de diferimentos (+57%).

Em termos estruturais, realça-se o enorme peso dos financiamentos obtidos (correntes e não correntes) no total do passivo: cerca de 58,2% e perto de 2.151 milhões de euros, com os financiamentos obtidos de maior prazo (não correntes) a representarem cerca de 38,7% do total, proporção mesmo assim bem inferior aos 48,2% de 2011, facto que, tal como já foi referido, anuncia a crescente exigibilidade dos financiamentos, bem como a amortização de alguns empréstimos.

12.1.3. CAPITAIS PRÓPRIOS

No final de 2012, o capital próprio das empresas do SERAM era de 1.579 milhões de euros, menos 64 milhões de euros do que no ano anterior (-3,9%).

QUADRO 86 – CAPITAIS PRÓPRIOS DO SERAM, 31-12-2012 / 31-12-2011

(mil euros)					
CAPITAIS PRÓPRIOS	2011	2012	Variação		Estrutura 2012
			Absoluta	%	
Capital realizado	311.985	314.005	2.020	0,6%	19,9%
Ações (quotas) próprias	-22	-22	0	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital próprio	25.512	25.512	0	0,0%	1,6%
Reservas legais	11.263	12.785	1.522	13,5%	0,8%
Outras reservas	192.171	186.979	-5.192	-2,7%	11,8%
Resultados transitados	-502.407	-563.569	-61.162	12,2%	-35,7%
Ajustamentos em activos financeiros	5.584	20.979	15.395	275,7%	1,3%
Excedentes de revalorização	251.109	248.172	-2.937	-1,2%	15,7%
Outras variações no capital próprio	1.387.264	1.366.285	-20.979	-1,5%	86,6%
Resultado líquido do período	-40.129	-32.617	7.512	-18,7%	-2,1%
Total do capital próprio	1.642.330	1.578.509	-63.821	-3,9%	100,0%

A diminuição dos resultados transitados (-12,2%) e outras variações no capital próprio (-1,5%) sobrepuseram-se à evolução positiva dos ajustamentos em ativos financeiros (275,7%) e do resultado líquido do período (18,7%).

12.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA DO SERAM

Em 2012, o desempenho operacional do SERAM foi positivo, apesar da diminuição dos subsídios atribuídos, devido à redução dos custos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos, conforme se pode constatar pela variação entre 2011 e 2012 nos resultados operacionais (+21 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 65,5%). Registou-se uma ligeira melhoria dos resultados líquidos (+8 milhões de euros, correspondentes a um aumento de 18,7%) face ao ano anterior. Assistiu-se a uma melhoria do EBITDA em 7,8% (+15 milhões de euros) e da margem EBITDA em 1,9% (30,95% em 2011, para 32,86% em 2012).

QUADRO 87 – RESULTADOS ECONÓMICOS DO SERAM, 2011 /2012

Indicadores de Resultados	2011	2012	(mil euros)	
			Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	-4.598	39.481	44.079	958,7%
Resultado operacional	31.817	52.669	20.852	65,5%
Resultado financeiro	-75.686	-80.807	-5.121	-6,8%
Resultado líquido	-40.129	-32.617	7.512	18,7%
EBITDA	190.201	205.078	14.877	7,8%
Margem EBITDA	30,95%	32,86%		1,9 p.p.

O aumento do EBITDA deveu-se sobretudo à redução dos gastos com o pessoal, dos fornecimentos e dos outros gastos e perdas (-39 milhões de euros), embora se tenha registado uma diminuição nos subsídios à exploração (-23 milhões de euros) e nos outros rendimentos e ganhos (-11 milhões de euros).

As empresas do SERAM efetuaram cortes nos seus gastos operacionais, sobretudo em fornecimentos e serviços externos e pessoal.

Em termos estruturais, as vendas e prestações de serviços são as maiores contribuintes para os rendimentos do SERAM (82,9%), seguidas dos outros rendimentos e ganhos (12,8%) e dos subsídios à exploração (1,8%), tendo estes reduzido significativamente o seu peso estrutural de 2011 (4,7%).

Na ótica dos gastos, destacamos os gastos com pessoal (26,1%, que tem vindo a perder peso na estrutura de gastos desde 2009, ano em que representava 30,3% do total de gastos), o custo das mercadorias vendidas e das consumidas (23,8% que tem seguido o caminho inverso dos gastos com pessoal, embora de forma mais ténue), as depreciações e amortizações (19,4%), os fornecimentos e serviços externos (12,5%) e os gastos financeiros (11,6%).

QUADRO 88 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO SERAM, 2011 /2012

(mil euros)

(mil euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2012	Variação		Estrutura 2012	
			Absoluta	%	Rend.	Gastos
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados	614.613	624.060	9.447	1,5%	82,9%	
Subsídios à exploração	36.415	13.188	-23.227	-63,8%	1,8%	
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias	-420	15	435	103,6%	0,0%	
Variação nos inventários da produção	76	32	-44	-57,9%	0,0%	
Trabalho para a própria entidade	14.588	8.401	-6.187	-42,4%	1,1%	
CMVMC	-188.432	-187.097	-1.335	-0,7%		23,8%
Fornecimentos e serviços externos	-108.785	-98.320	-10.465	-9,6%		12,5%
Gastos com o pessoal	-226.196	-205.287	-20.909	-9,2%		26,1%
Imparidade de inventários (+/-)	-159	6	165	103,8%		0,0%
Imparidade de dívidas a receber (+/-)	-10.213	-2.167	8.046	78,8%		0,3%
Provisões (+/-)	-2.545	-7.674	-5.129	-201,5%		1,0%
Imparidade de investimentos (+/-)	-231	620	851	368,4%	0,1%	
Aumentos / reduções de justo valor	-11.982	-10.847	1.135	9,5%		1,4%
Outros rendimentos e ganhos	107.440	96.068	-11372	-10,6%	12,8%	
Outros gastos e perdas	-33.968	-25.920	-8.048	-23,7%		3,3%
EBITDA	190.201	205.078	14.877	7,8%		
Depreciação e de amortização (+/-)	-153.651	-152.427	-1224	-0,8%		19,4%
Imparidade de investimentos (+/-)	-4733	18	4.751	100,4%	0,0%	
EBIT	31.817	52.669	20.852	65,5%		
Juros e rendimentos similares obtidos	13.111	10.500	-2.611	-19,9%	1,4%	
Juros e gastos similares suportados	-88.798	-91.307	-2.509	-2,8%		11,6%
Resultado antes de impostos	-43.870	-28.138	15.732	-35,9%		
Imposto sobre o rendimento do período	3741	-4.479	-8.220	-219,7%		0,6%
Resultado líquido do período	-40.129	-32.617	7.512	18,7%	100,0%	100,0%

Embora se tenha verificado uma descida generalizada das taxas de juros de referência dos empréstimos, os resultados financeiros das empresas do SERAM registaram um agravamento de 6,8% (agravamento do défice em 5 milhões de euros) fruto, em parte, da diminuição dos juros e rendimentos similares obtidos, em virtude da referida descida generalizada das taxas de juro.

Entre 2011 e 2012 os resultados líquidos acumulados do setor aumentaram em cerca de 18,7% (+8 milhões de euros). Tal como já foi referido, esta melhoria deveu-se essencialmente à redução dos custos operacionais.

12.3. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO SERAM

As rendibilidades dos capitais próprios³ (ROE) e dos ativos⁴ (ROI) foram negativas em 2012 (-2,1% e -0,6% respetivamente).

QUADRO 89 – INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS, 2011 /2012

Indicadores económicos e financeiros	2011	2012
Rácios de rendibilidade:		
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	-2,44%	-2,07%
Rendibilidade do ativo (ROI)	-0,73%	-0,62%
Rácios de estrutura de capital e de cobertura:		
Autonomia financeira	29,72%	29,90%
Solvabilidade	42,30%	42,70%
Cobertura de encargos financeiros	42,00%	65,20%
Rácios de endividamento		
Capacidade de endividamento	164,73%	172,64%
Endividamento	70,28%	70,06%
Debt-to-equity	154,50%	137,67%
Rácios de liquidez		
Liquidez geral	87,28%	75,79%
Liquidez reduzida	85,23%	73,54%
Liquidez imediata	5,53%	5,32%

Em 2012, a autonomia financeira⁵ e a solvabilidade⁶ do SERAM verificaram uma ligeira melhoria em relação a 2011. Estes indicadores revelam que o setor demonstra incapacidade de financiar os seus ativos através de capitais próprios, revelando uma forte dependência dos seus credores. Já os resultados financeiros registaram um aumento da sua cobertura por resultados operacionais de 2011 para 2012.

Em 2012 o endividamento do SERAM sofreu um ligeiro decréscimo, embora o SERAM tenha visto a sua liquidez geral⁷ (75,8%) diminuir cerca de 12%, bem como a liquidez reduzida⁸ (73,5%). O ativo circulante detido pelo SERAM revela-se insuficiente para fazer face às dívidas de curto prazo

³ ROE (Return on equity) – Rendibilidade dos capitais próprios = resultados líquidos: capitais próprios.

⁴ ROI (Return on investment) – Rendibilidade dos ativos = resultados líquidos: ativo total líquido.

⁵ Autonomia financeira = capitais próprios: ativo total líquido.

⁶ Solvabilidade = capitais próprios: passivo.

⁷ Liquidez geral = ativo corrente: passivo corrente.

⁸ Liquidez imediata = meios financeiros líquidos: passivo corrente.

existentes e os meios financeiros líquidos, detidos pelo setor, dariam para fazer face a apenas 5,3% das suas dívidas de curto prazo.

QUADRO 90 – Dívida das empresas do SERAM, 2011 /2012

Dívida	2011	2012	(mil euros)	
			Variação 2011-2012	
			Absoluta	%
Dívida financeira total	2.309.010	1.979.133	-329.876	-14,29%
Dívida financeira com aval	1.387.686	1.169.234	-218.453	-15,74%
Dívida comercial	568.825	583.517	14.692	2,58%
Total de dívidas	2.877.834	2.562.651	-315.184	-10,95%

De acordo com os dados disponíveis a 31 de dezembro de 2012, a dívida financeira e comercial do SERAM era de 2.563 milhões de euros, menos 10,9% do que em 2011 (2.877 milhões de euros). No entanto, e uma vez que o capital destas empresas não é detido integralmente pela Região, apurou-se que a dívida efetiva da Região é de 2.550 milhões de euros.

A dívida financeira do SERAM em 2012 era de 1.981 milhões de euros, menos 14,2% do que em 2011.

A dívida financeira avalizada pela Região relativa ao SERAM era, no final de 2012, de 1.169 milhões de euros, valor inferior em 15,7% (218 milhões de euros) à dívida garantida em 2011. Esta variação é basicamente explicada pela amortização do empréstimo obrigacionista da Zarco Finance, BV de 190 milhões de euros e pelas amortizações de empréstimos liquidadas em 2012.

A dívida comercial do SERAM sofreu um ligeiro acréscimo de 2,3% de 2011 para 2012 (13 milhões de euros).

12.4. IMPORTÂNCIA DO SERAM PARA A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO NA REGIÃO

Em 2012 o Valor Acrescentado Bruto⁹ do SERAM decresceu 4,1% face a 2011, tendo sido estimado em 454 milhões de euros.

⁹ Valor Acrescentado Bruto = volume de negócios (SNC 71+72) + variação nos inventários de produção (73) + trabalhos para a própria empresa (74) + subsídios à exploração (75) + rendimentos suplementares (78) – custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (61) – fornecimentos e serviços externos (62) – impostos indiretos (6812).

QUADRO 91 – CONTRIBUTO DO SERAM PARA A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO

(mil euros)				
Impacto macroeconómico do SERAM	2011	2012 (a)	Variação	
			Absoluta	%
Região				
PIB Regional estimado	5.111.512	4.947.944	-163.568	-3,20%
VAB Regional estimado	4.460.866	4.353.805	-107.061	-2,40%
N.º médio de trabalhadores	115.341	103.216	-12.125	-10,51%
SERAM				
VAB	473.200	453.985	-19.215	-4,06%
N.º médio de trabalhadores	8.842	8.587	-255	-2,88%
VAB per capita (produtividade)	54	53	-1	-1,21%
Peso do SERAM na Região				
VAB SERAM / PIB Regional	9,26%	9,18%	-0,08%	-0,89%
VAB SERAM / VAB Regional	10,61%	10,43%	-0,18%	-1,70%
Emprego	7,67%	8,32%	0,65%	8,52%

(a) valor do PIB e VAB regional estimado com base na redução do PIB (3,2%) e VAB (2,4%) de Portugal, constante no Relatório Anual do Banco de Portugal

O VAB apurado permite apurar que o peso do SERAM na economia regional, medido pelo rácio VAB SERAM/PIB Região, decresceu relativamente ao ano anterior, embora continue a ser evidente a importância do setor para a criação de riqueza na Região Autónoma da Madeira.

13. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

13.1. SÍNTESE DO BALANÇO DE ATIVIDADE

As parcerias público-privadas da Região resumem-se ao setor rodoviário, com as concessões à Vialitoral e à Viaexpresso.

Os encargos com as parcerias públicas-privadas, desde a sua constituição, encontram-se no quadro seguinte:

QUADRO 92 – SITUAÇÃO DAS PPP'S A 31/12/2012

(milhões de euros)					
VIAEXPRESSO		VIALITORAL		VIAEXPRESSO + VIALITORAL	
Anos	Total	Anos	Total	Anos	Total
		2002	44,6	2002	44,6
		2003	45,7	2003	45,7
		2004	47,9	2004	47,9
2005	26,9	2005	53,7	2005	80,6
2006	29,4	2006	57,5	2006	86,9
2007	29,8	2007	58,5	2007	88,4
2008	30,2	2008	60,6	2008	90,7
2009	25,6	2009	25,9	2009	51,5
2010	25,6	2010	39,7	2010	65,3
2011	30,1	2011	24,1	2011	54,3
2012	51,6	2012	63,4	2012	114,9
TOTAL PAGO	249,2	TOTAL PAGO	521,71	TOTAL PAGO	770,86

13.2. ENCARGOS PLURIANUAIS

No quadro seguinte, encontram-se identificados os encargos com as parcerias até ao final das mesmas:

QUADRO 93 – ENCARGOS PLURIANUAIS DAS PPP's

(milhões de euros)					
VIAEXPRESSO		VIALITORAL		VIAEXPRESSO + VIALITORAL	
Anos	Total	Anos	Total	Anos	Total
EANP	83,6	EANP	98,6	EANP	182,1
2013	52,5	2013	75,2	2013	127,7
2014	57,7	2014	72,8	2014	130,6
2015	66,0	2015	74,2	2015	140,1
2016	57,8	2016	79,3	2016	137,2
2017	56,2	2017	80,6	2017	136,9
2018	57,2	2018	82,2	2018	139,4
2019	55,0	2019	83,8	2019	138,7
2020	53,7	2020	23,9	2020	77,6
2021	53,0	2021	24,2	2021	77,2
2022	56,2	2022	24,6	2022	80,8
2023	59,6	2023	25,1	2023	84,7
2024	76,6	2024	25,6	2024	102,2
2025	85,7	2025		2025	85,7
2026	66,5	2026		2026	66,5
2027	45,9	2027		2027	45,9
2028	24,3	2028		2028	24,3
2029	22,8	2029		2029	22,8
POR PAGAR	1.030,37	POR PAGAR	770,05	POR PAGAR	1.800,42
TOTAL	1.279,53	TOTAL	1.291,76	TOTAL	2.571,28

14. DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

14.1. DÍVIDA DIRETA

14.1.1. CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Em 23 de janeiro de 2012, e sem efeitos no endividamento líquido da Região, nos termos do disposto no artigo 115.º da Lei n.º 130/99 de 21 de agosto (Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira) e no artigo 34.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2007 de 19 de fevereiro, na redação dada pela Lei Orgânica n.º 1/2010, de 29 de março, foi contraído, conforme Resolução n.º 37/2012 do Conselho do Governo de 19 de janeiro, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., um empréstimo de curto prazo, até ao montante de 15 milhões de euros, para fazer face a necessidades de tesouraria.

O referido empréstimo, contraído na modalidade de conta-corrente, foi encerrado em 9 de abril de 2012.

14.1.2. ENCARGOS COM A DÍVIDA

No ano de 2012, a despesa orçamental decorrente de encargos com a dívida totalizou 121,85 milhões de euros, sendo que 78,53 milhões de euros (64,5%) foram canalizados para a amortização de dívida, 43,04 milhões de euros (35,3%) para o pagamento de encargos com juros e 0,28 milhões de euros (0,2%) para o pagamento de outras despesas.

QUADRO 94 - AMORTIZAÇÕES, PAGAMENTOS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA DÍVIDA, POR ENTIDADES CREDORAS (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012)

(euros)				
Entidades credoras	Amortizações	Juros	Outras despesas	TOTAL
BANCOS				
<i>Encargos decorrentes de Empréstimos:</i>				
BEI	3.611.111,11	1.544.056,93	51.345,67	5.206.513,71
DEPFA e CAI / CACEIS	-	4.337.566,20	-	4.337.566,20
BANIF	15.400.000,00	3.054.671,67	112.500,00	18.567.171,67
RBS	-	3.208.279,02	-	3.208.279,02
BES I	-	1.961.294,04	-	1.961.294,04
BES	-	1.431.885,01	-	1.431.885,01
CGD /DEPFA /CACEIS	-	2.872.546,04	-	2.872.546,04
BBVA	-	34.653,39	-	34.653,39
DEPFA /DEXIA/CGD	30.800.000,00	1.034.733,70	-	31.834.733,70
DEXIA	-	3.850.013,80	-	3.850.013,80
CAIXA Banco de Investimento, S.A.	-	-	4.000,00	4.000,00
CGD	-	1.146.575,64	12.525,00	1.159.100,64
BCP	-	1.693.583,32	46.875,00	1.740.458,32
Citibank	-	617.118,39	-	617.118,39
Barclays	-	342.640,00	-	342.640,00
DGTF	19.384.056,74	4.061.721,19	-	23.445.777,93
<i>Outros:</i>				
BANIF	-	-	5.037,17	5.037,17
BPI	-	-	43,91	43,91
MG	-	-	298,57	298,57
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	158,60	158,60
BBVA	-	-	2.822,99	2.822,99
BARCLAYS	-	-	235,50	235,50
M BCP	-	-	194,15	194,15
CGD	-	-	9.761,37	9.761,37
BES	-	-	21,47	21,47
IGCP	-	-	158,41	158,41
OUTRAS ENTIDADES				
<i>Encargos decorrentes de Empréstimos:</i>				
INTERBOLSA - Soc.Gestora de Sistemas, S.A.	-	-	4.017,80	4.017,80
CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	-	-	4.000,00	4.000,00
EURONEXT LISBON - Soc. Gestora Mercados Regulamentados, S.A.	-	-	109,82	109,82
<i>Outros:</i>				
Moody's Investors Service, Ltd	-	-	25.000,00	25.000,00
OUTROS CREDITORES	9.329.866,20	11.851.735,53	-	21.181.601,73
TOTAL	78.525.034,05	43.043.073,87	279.105,43	121.847.213,35

Para o total de “Outras despesas”, contribui com maior destaque o montante de comissões pagas aos bancos (180.875,00 euros) e de garantia sobre empréstimos BEI (46.345,67 euros), que representam do total 81,4% desta rubrica.

14.1.3. TAXA DE JURO IMPLÍCITA DA DÍVIDA DIRETA

A taxa de juro implícita da dívida da Região em 2012 – 2,5% – apresentada na coluna 4 do QUADRO 95 (dada pelo valor do rácio, obtido entre o total de juros pagos, e a média da dívida no início e fim do ano) registou um acréscimo de 0,5% face ao valor da taxa de juro implícita da dívida registada em 2011 (2,0%).

QUADRO 95 - VARIAÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA DIRETA DA REGIÃO

	STOCK DE DÍVIDA MÉDIO	JUROS	TAXA JURO	VARIAÇÃO JUROS	(milhões de euros)		
					CONTRIBUIÇÕES PARA A VARIAÇÃO DOS JUROS		
					Efeito de Stock	Efeito preço	Efeito cruzado
2000	401	14,4	3,6%				
2001	428	19,6	4,6%	5,2	1,0	3,9	0,3
2002	444	17,1	3,9%	-2,5	0,7	-3,1	-0,1
2003	443	11,1	2,5%	-6,0	0,0	-6,0	0,0
2004(*)	461	11,8	2,6%	0,8	0,4	0,3	0,0
2005(*)	478	10,5	2,2%	-1,3	0,4	-1,7	-0,1
2006	478	12,8	2,7%	2,2	0,0	2,2	0,0
2007	478	8,9	1,9%	-3,9	0,0	-4,0	0,0
2008	607	11,2	1,9%	2,4	2,4	0,0	0,0
2009	799	19,3	2,4%	8,1	3,6	3,4	1,1
2010(*)	914	10,4	1,1%	-9,0	2,8	-10,2	-1,5
2011(*)	971	19,8	2,0%	9,4	0,6	8,2	0,5
2012(*)	1.261	31,2	2,5%	11,4	5,9	4,3	1,3

(*) Em 2004, 2005, 2010, 2011 e 2012 por via dos arredondamentos o somatório dos efeitos não totaliza a variação dos juros

O encargo com juros associados à dívida direta da Região passou de 19,8 milhões de euros em 2011 para 31,2 milhões de euros em 2012, correspondendo a um acréscimo em valor absoluto de cerca de 11,4 milhões de euros.

Essa variação reflete quer o aumento do *stock* quer o efeito preço.

14.1.4. SALDO DA DÍVIDA DIRETA

O valor da dívida direta da Região reportado a 31 de Dezembro de 2012 totalizava 1.544,2 milhões de euros, valor que registou um acréscimo de 565,9 milhões de euros face ao montante da dívida no início do ano (978,3 milhões de euros) e que reflete a utilização do financiamento contraído junto do Estado no âmbito do Programa de Ajustamento.

QUADRO 96 - Dívida da RAM em 31 de dezembro de 2012

(mil euros)			
Instituições de crédito/designação do financiamento	Garantia	Prazo	Montante
1. Empréstimos Obrigacionistas			
1.1. CGD, CAI e DEPFA / Emp. "Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2013"	-	10 anos	156.884,0
1.2. DEPFA e CALYON / Emp. "Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2018"	-	12 anos	243.410,0
1.3. DEPFA, DEXIA / Emp. "Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2013"	-	5 anos	30.800,0
1.4. JPMorgan / Emp. "Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2013"	-	10 anos	29.000,0
2. Crédito Directo			
2.1. BANIF-Emp.l.p	-	3 anos	15.000,0
2.2. BANIF-Emp.l.p	-	3 anos	7.750,0
2.3. BANIF-Emp.l.p	-	10 anos	20.000,0
2.4. BANIF-Emp.l.p	-	3 anos	2.500,0
2.5. BARCLAYS-Emp.l.p	-	7 anos	8.000,0
2.6. BCP-Emp.l.p	-	7 anos	37.500,0
2.7. B.E.I.-Emp.l.p.	Fiança	25 anos	54.166,7
2.8. B.E.I.-Emp.l.p.	Fiança	22 anos	50.000,0
2.9. BES-Emp.l.p	-	3 anos	15.000,0
2.10. CGD-Emp.l.p	-	5 anos	7.700,0
2.11. CGD-Emp.l.p	-	3 anos	5.000,0
2.12. CGD-Emp.l.p	-	3 anos	5.250,0
2.13. DEXIA-Emp.l.p	-	5 anos	7.700,0
2.14. DEXIA-Emp.l.p	-	5 anos	50.000,0
2.15. DEXIA-Emp.l.p	-	5 anos	30.800,0
2.16. DEXIA-Emp.l.p	-	6 anos	30.000,0
2.17. DGTF-Emp.l.p.	-	10 anos	102.666,7
2.18. DGTF-Emp. longo prazo	-	21 anos	635.070,2
TOTAL			1.544.197,5

Por modalidades de crédito, a dívida direta da Região era representada por empréstimos obrigacionista – 29,8% ou 460,1 milhões de euros – sendo a parte remanescente – no valor de 1.084,1 milhões de euros ou 70,2% -, correspondente a empréstimos contraídos na modalidade de crédito direto.

Quanto ao prazo dos empréstimos que constituíam a carteira de dívida direta da Região, excetuados os casos dos empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimento para financiamento do projeto “Desenvolvimento Madeira 2000-2006”, com prazos de 25 e 22 anos, e o empréstimo PAEF RAM com prazo de 21 anos, os restantes empréstimos foram contratados por prazos entre 3 e 12 anos.

Os empréstimos no montante de 65 e 50 milhões de euros contratados entre a Região e o BEI em 22 de novembro de 2002 e 24 de março de 2006, respetivamente, para financiamento do projeto “Desenvolvimento Madeira 2000-2006” passaram a beneficiar da garantia pessoal do Estado sob a forma de fiança, nos termos do contrato celebrado em 30 de julho de 2012 entre a República Portuguesa e o BEI.

14.2. DÍVIDA INDIRETA

14.2.1. BASE LEGAL PARA A CONCESSÃO DE AVALES PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

O regime jurídico de concessão de avales pela Região Autónoma da Madeira, o Decreto Legislativo Regional n.º 24/2002/M, de 23 de dezembro, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2003, aplicando-se aos avales autorizados após esta data.

Desde então, este diploma sofreu alguns ajustamentos que permitiram a sua adaptação à realidade da Região, figurando a última redação integral do diploma no Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011/M, de 1 de abril, com a última alteração introduzida pelo artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/M, de 6 de julho.

14.2.2. AVALES CONCEDIDOS E ASSUMIDOS

No ano 2012, a Região Autónoma da Madeira autorizou a concessão e assumiu avales no montante de 4 milhões de euros para garantir, apenas, um financiamento, contraído por uma empresa pública, a Gesba – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda. (Anexo XLV).

Os avales concedidos nos últimos anos beneficiaram sobretudo entidades públicas.

QUADRO 97 - AVALES CONCEDIDOS PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ENTRE 2005-2012

(milhões de euros)																
	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
Público	333,5	94,7%	195,6	86,5%	146,5	99,7%	11,2	75,7%	30,0	94,2%	10,0	66,9%	299,2	100,0%	4,0	100,0%
Privado	18,8	5,3%	30,4	13,5%	0,5	0,3%	3,6	24,3%	1,9	5,8%	5,0	33,1%	-	0,0%	-	0,0%
Total	352,3	100,0%	226,1	100,0%	147,0	100,0%	14,8	100,0%	31,9	100,0%	15,0	100,0%	299,2	100,0%	4,0	100,0%

Esta tendência também se verifica quando consideradas as responsabilidades totais assumidas pela Região Autónoma da Madeira, com destaque para as garantias atribuídas aos sectores onde se enquadram as empresas públicas regionais relacionadas com a habitação e obras públicas (sociedades de desenvolvimento), distribuição de água, saneamento básico e eletricidade, e saúde.

**QUADRO 98 - ESTRUTURA SETORIAL DA RESPONSABILIDADE TOTAL ASSUMIDA PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ENTRE 2005-2012**

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	3%	2%	1%	1%	1%	1%	0%	0%
Indústria, Energia e Saneamento	10%	6%	6%	6%	8%	7%	21%	24%
Habituação e Obras públicas	16%	25%	32%	32%	31%	31%	28%	32%
Comércio e Turismo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Transporte e Comunicações	18%	14%	14%	14%	15%	14%	12%	14%
Financeiro	22%	18%	16%	16%	16%	16%	13%	0%
Recreativas	9%	9%	7%	7%	7%	7%	6%	7%
Atividades de Saúde Humana e Apoio Social	23%	26%	23%	23%	23%	22%	20%	23%
Outros	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%

14.2.3. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS VERSUS RESPONSABILIDADES EFETIVAS

A dívida garantida pela Região Autónoma da Madeira entre 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2012 é apresentada no quadro seguinte em termos do total das responsabilidades assumidas (montante contratual dos empréstimos garantidos) e efetivas (montantes utilizados dos empréstimos garantidos deduzidos das amortizações efetuadas e acrescidos de juros vencidos e não pagos).

QUADRO 99 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA GARANTIDA PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ENTRE 2005-2012

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	(milhões de euros)	
									D 2011-2012	
Responsabilidades Assumidas	860,11	1.050,46	1.186,38	1.193,24	1.212,49	1.223,30	1.500,92	1.299,25	-201,67	-13%
Responsabilidades Efetivas *	794,13	1.002,89	1.137,99	1.173,64	1.195,16	1.189,00	1.463,90	1.242,65	-221,25	-15%
* Inclui Juros vencidos e não pagos	1,64	1,93	0,86	0,81	0,88	1,00	2,97	3,99		

No ano 2012, houve uma inversão da trajetória ascendente da dívida garantida pela Região, tanto em termos de responsabilidades assumidas como de responsabilidades efetivas, que se vinha a verificar desde o ano 2005. Assim, no período de 2011-2012, a dívida garantida diminuiu em 13% (-201,7 milhões de euros) e em 15% (-221,3 milhões de euros), respetivamente.

Por outro lado, da análise do quadro Anexo XLIV, que pormenoriza todos os movimentos ocorridos nas operações avalizadas pela Região, constata-se que do valor total de responsabilidades assumidas por avals prestados, encontram-se por utilizar 2,7 milhões de euros.

14.2.4. PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE GARANTIAS

No que respeita à execução de avals concedidos, desde o ano de 2010 que a Região Autónoma da Madeira não efetuou qualquer pagamento.

QUADRO 100 - PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE AVALES E REEMBOLSO DE PAGAMENTOS POR EXECUÇÃO DE AVALES (2005-2012)

	(milhões de euros)							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. Pagamentos	1,72	1,02	1,31	0,91	0,32	0,00	0,00	0,00
2. Reembolsos	0,02	0,13	0,28	0,64	0,08	0,10	0,05	0,05
Saldo (2-1)	-1,70	-0,89	-1,03	-0,26	-0,24	0,10	0,05	0,05

Para ser ressarcida dos pagamentos efetuados, a Região Autónoma da Madeira, sempre que possível, celebrou acordos de regularização de dívida com os beneficiários de avals que se viram impossibilitados de cumprir os créditos bancários avalizados pela Região. Nos restantes casos, os processos foram remetidos para as instâncias judiciais competentes.

Em 2012, a Região Autónoma da Madeira foi reembolsada em 54,8 mil euros, com origem nos beneficiários de acordos de regularização de dívida que estão listados na relação constante do mapa Anexo XLVI.

14.2.5. COMISSÕES SOBRE AVALES PRESTADOS PELA REGIÃO

No ano 2012, a Região Autónoma da Madeira arrecadou 1.638,5 mil euros em taxas de aval, ou seja, 98,8% das receitas cobradas aos beneficiários de aval da Região referidos no mapa Anexo XLVIII, nos termos da Portaria n.º 80/2007, de 17 de agosto, e em execução do artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2002/M, de 23 de dezembro.

14.3. DÍVIDA ADMINISTRATIVA

O valor da dívida administrativa dos serviços da administração pública regional apurado com referência a 31 de dezembro de 2012 incorpora, para além dos valores em dívida dos serviços simples e integrados do governo regional e dos serviços e fundos autónomos, os valores das entidades públicas, que em 2012 foram reclassificadas em contas nacionais, passando a integrar deste modo o perímetro da administração pública regional, com estatuto equiparado a serviços e fundos autónomos (nos termos do n.º 5 do artigo 2.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro 2012 e mais recentemente pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho).

O valor da dívida administrativa dos serviços da administração pública regional (Governo Regional, serviços e fundos autónomos e empresas públicas reclassificadas) apurado com referência a 31 de dezembro de 2012 foi de 2.526,1 milhões de euros, de acordo com a desagregação evidenciada no quadro seguinte e no mapa anexo L:

QUADRO 101 – DÍVIDA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL A 31/12/2012

(mil euros)

Designação	Governo Regional	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	GR+SFA+EPR
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Despesa Corrente	785.313,37	509.233,86	33.985,61	1.328.532,84
Despesa de Capital	1.154.708,11	1.680,34	41.210,15	1.197.598,60
Total	1.940.021,48	510.914,20	75.195,76	2.526.131,44

10

Deste valor 1.940,0 milhões de euros estão afetos ao Governo Regional, 510,9 milhões de euros aos serviços e fundos autónomos e 75,2 milhões de euros às empresas públicas reclassificadas.

O montante em dívida acima indicado inclui todos os valores reportados pelos vários serviços à Secretaria Regional do Plano e Finanças, até à data, no âmbito dos trabalhos relacionados com o apuramento dos valores em dívida em 2012. Estes valores têm vindo a ser reportados às várias entidades, nomeadamente, Direção Geral do Orçamento, Inspeção Geral de Finanças e Direção Regional de Estatística da Madeira/Instituto Nacional de Estatística.

Comparativamente com o ano de 2011, considerando o universo do Governo Regional e dos Serviços e Fundos Autónomos (sem EPR's) ocorreu um decréscimo da dívida administrativa de cerca de 163,5

¹⁰ Para efeitos da presente análise o valor da dívida administrativa reflete o valor dos Passivos, incluído no Mapa dos Pagamentos em Atraso. A introdução dos Passivos como elemento de mensuração do valor da dívida administrativa decorre da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

milhões de euros explicado, quer pelo subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos (-136,1 milhões de euros) quer pelo subsetor do Governo Regional (-27,4 milhões de euros) o que denota o esforço de contenção na realização das despesas por parte dos serviços da APR.

QUADRO 102 – VARIAÇÃO DA DÍVIDA ADMINISTRATIVA 2011-2012

(mil euros)									
2011				2012			variação 2012-2011		
Designação	GR	SFA	GR+SFA	GR	SFA	GR+SFA	GR	SFA	GR+SFA
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(4)-(1)	(8)=(6)-(2)	(9)=(6)-(3)
Despesa Corrente	728.361,7	572.045,8	1.300.407,5	785.313,4	509.233,9	1.294.547,2	56.951,6	- 62.811,9	- 5.860,3
Despesa de Capital	1.239.010,7	75.002,2	1.314.012,9	1.154.708,1	1.680,3	1.156.388,4	- 84.302,6	- 73.321,8	- 157.624,4
Total	1.967.372,4	647.048,0	2.614.420,4	1.940.021,5	510.914,2	2.450.935,7	- 27.351,0	- 136.133,8	- 163.484,7

Notas:

• Em 2012 é considerado o universo de 2011, pelo que são excluídas as EPR's.

• O apuramento dos valores de 2011 é efetuado utilizando a metodologia de 2012, sendo que o mesmo inclui valores que em 2011 estavam registados apenas em compromissos (valores em dívida ao SESARAM não contratualizados, valores referentes a indemnizações compensatórias não contratualizados e apoios no âmbito do desporto). Por outro lado, foi de igual modo incluído nos Passivos de 2011 o valor da Titularização que estava a ser considerado pela Região no mapa da Dívida e não no mapa dos EANP, dando-se assim sequência ao solicitado pela SRMTC e DGO.

15. AUTARQUIAS LOCAIS

As transferências para as autarquias locais da RAM, no âmbito da Lei das Finanças Locais, constantes nos mapas XIX e XX da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, e que foram inscritas no mapa XI do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de março, que aprovou o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2012, depois de recebidas, foram de imediato transferidas para aquelas entidades. Os montantes em causa constam no quadro seguinte:

QUADRO 103 – TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS DA RAM

(euros)				
Município	Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares			Fundo Financiamento das Freguesias
	Corrente	Capital	Total	
CALHETA	3.652.813	2.286.812	5.939.625	343.193
CÂMARA DE LOBOS	4.507.055	2.471.835	6.978.890	405.005
FUNCHAL	6.417.429	3.170.120	9.587.549	993.595
MACHICO	3.489.437	2.013.810	5.503.247	310.562
PONTA DO SOL	2.155.411	1.299.816	3.455.227	179.526
PORTO MONIZ	2.133.117	1.388.146	3.521.263	193.343
PORTO SANTO	1.040.281	632.562	1.672.843	144.587
RIBEIRA BRAVA	2.747.350	1.616.229	4.363.579	229.532
SANTA CRUZ	3.150.007	1.726.456	4.876.463	344.487
SANTANA	3.161.237	2.025.254	5.186.491	277.956
SÃO VICENTE	2.461.491	1.569.112	4.030.603	206.747
TOTAL	34.915.628	20.200.152	55.115.780	3.628.533

No âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração pública regional e as autarquias locais da Região, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2005/M, de 1 de junho, do artigo 9.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho e do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de março, foram atribuídos apoios de 3.944.273,18€ aos municípios da Região, para

investimentos municipais e para obras de reparação e reconstrução de infraestruturas decorrentes da intempérie de 20 de fevereiro de 2010 e para a bonificação de juros dos empréstimos das linhas de crédito criadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/99/M, de 15 de junho, e pelo n.º 5 do Decreto Legislativo Regional n.º 4-A/2001/M, de 3 de abril.

Quanto à bonificação de juros de empréstimos contraídos pelos municípios e pela EIMRAM – Empresa Intermunicipal da RAM – Investimentos e Serviços Intermunicipais, para a realização de investimentos municipais, alguns dos quais cofinanciados por fundos comunitários, verifica-se que a taxa de execução foi de cerca de 93%.

QUADRO 104 – TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DA RAM PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS DA RAM
(MONTANTE ATRIBUÍDO EM 2012)

MUNICÍPIOS E EMPRESA INTERMUNICIPAL	LINHAS DE CRÉDITO - BONIFICAÇÃO DE			CONTRATOS-PROGRAMA			(euros)
	DLR 17/99/M, 15/6	DLR 4-A/2001/M, 3/4 POPRAM III	TOTAL	Investimentos Municipais	2.ª Fase Intempérie 10/02/2010	TOTAL	TOTAL GERAL
	[1]	[2]	[3]=[1]+[2]	[4]	[5]	[6]=[4]+[5]	[7]=[3]+[6]
CALHETA	6.784,62	11.691,01	18.475,63	-	725.413,41	725.413,41	743.889,04
CÂMARA DE LOBOS	10.300,24	16.013,89	26.314,13	343.085,29	-	343.085,29	369.399,42
FUNCHAL	33.541,07	142.310,52	175.851,59	584.433,50	-	584.433,50	760.285,09
MACHICO	9.478,86	11.617,19	21.096,05	99.363,26	296.428,73	395.791,99	416.888,04
PONTA DO SOL	4.875,43	742,30	5.617,73	-	-	-	5.617,73
PORTO MONIZ	6.207,00	611,11	6.818,11	30.965,87	-	30.965,87	37.783,98
PORTO SANTO	6.177,29	11.584,29	17.761,58	-	-	-	17.761,58
RIBEIRA BRAVA	5.884,42	15.092,54	20.976,96	1.149.941,90	-	1.149.941,90	1.170.918,86
SANTA CRUZ	7.498,42	8.796,68	16.295,10	103.902,74	-	103.902,74	120.197,84
SANTANA	4.444,44	3.793,24	8.237,68	-	-	-	8.237,68
SÃO VICENTE	6.441,26	2.859,10	9.300,36	281.647,29	-	281.647,29	290.947,65
EIMRAM	-	2.346,27	2.346,27	-	-	-	2.346,27
TOTAL	101.633,05	227.458,14	329.091,19	2.593.339,85	1.021.842,14	3.615.181,99	3.944.273,18

Relativamente ao processamento dos documentos de despesa remetidos pelos Municípios para financiamento de investimentos municipais ao abrigo de contratos-programa, a taxa de execução global ascendeu a 26%, tendo sido pago o montante de 2.593.339,85€.

16. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL

16.1. INSPEÇÃO REGIONAL DE FINANÇAS (IRF)

Em linha com as orientações estabelecidas em anos anteriores, este relatório inclui uma parte relativa às ações de controlo interno sobre a administração financeira da Região.

A Lei de Enquadramento do Orçamento da Região — Lei n.º 28/92, de 1 de setembro — não prevê, tal como sucede com a Conta Geral do Estado (artigo 63.º, da Lei n.º 91/2001), o cumprimento do dever de prestar informação sobre os resultados do funcionamento do sistema e dos procedimentos do controlo interno das operações de execução do orçamento. No entanto, respeitando uma recomendação da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, o relatório sobre a conta da Região Autónoma da Madeira inclui uma referência ao controlo interno, que abarca a atuação da Inspeção Regional de Finanças (IRF).

16.1.1. ATIVIDADES PREVISTAS

O plano de atividades para 2012 foi aprovado pelo Senhor Secretário Regional do Plano e Finanças em 31 de dezembro de 2011. Em conformidade com o plano, estava prevista a realização de onze ações de controlo e acompanhamento nas áreas da administração pública regional e local, do sector empresarial público regional, assim como dos subsídios atribuídos a entidades privadas e dos fundos comunitários.

Para além das atividades previstas, foram realizadas duas ações *follow up* a projetos que foram controlados em 2011, tendo sido ainda iniciadas quatro ações, nas áreas de educação, desporto e equipamento social, que estavam em curso no final do ano.

16.1.2. ATIVIDADES REALIZADAS 2012

As ações de controlo realizadas em 2012 no âmbito do setor público empresarial dirigiram-se à verificação do grau de cumprimento pelas entidades a ela sujeitas, da disposição do artigo 14.º do

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, de 5 de agosto, que estabeleceu a redução excecional de cinco por cento das remunerações dos gestores públicos

No âmbito da administração pública, a intervenção da IRF consistiu na realização de duas auditorias – uma de aferição da fiabilidade de sistema interno da Direção Regional de Administração Educativa (DRAE), tendo-se para tal procedido à verificação da adequação e operacionalidade do mesmo – e outra de *follow up*, no sentido de constatar o grau de acatamento das recomendações efetuadas no âmbito de uma fiscalização ao sistema de controlo interno do Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE), realizado anteriormente.

As ações de fiscalização e controlo sobre projetos apoiados cofinanciados incidiram particularmente sobre iniciativas desenvolvidas no âmbito do PRODERAM, e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), em concomitância com o plano de controlos ex post de 2012, definido pela IGAMAOT, a partir do universo de operações concluídas financeiramente com despesa declarada à Comissão Europeia (CE) até 31/12/2011, tendo por referência o limiar mínimo de 1% da despesa pública do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Nos termos do artigo 29.º do Regulamento (UE) n.º 65/2011 da Comissão, de 27 de janeiro, o objetivo do controlo consistiu na verificação da conformidade dos compromissos, nos termos do n.º 1 do artigo 72.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 e dos definidos no Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM).

16.1.3. CONCLUSÕES

A IRF realizou, durante o ano de 2012, nove das onze ações de controlo e acompanhamento previstas no plano de atividades aprovado, tendo sido ainda iniciadas quatro ações, não previstas no referido plano, nas áreas de educação, desporto e equipamento social, que estavam em curso no final do ano.

Relativamente às auditorias realizadas no âmbito administração pública, sobressaíram evidências de deficiências de impacto reduzido, nos procedimentos de controlo interno da DRAE para as quais foram feitas recomendações de melhoria.

Quanto ao sector empresarial verificou-se não ter havido uma aplicação uniforme do normativo a que se refere o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, de 5 de agosto, que estabeleceu a redução excecional de cinco por cento das remunerações dos gestores públicos, tendo sido apurado um total de pagamentos indevidos que ascendeu a 13.179,60 euros, parte dos quais foi reposta na sequência da auditoria realizada. As deficiências verificadas resultam principalmente de erros sistémicos que devem ser corrigidos.

Atento o facto de que as irregularidades verificadas, em alguns casos, são suscetíveis de originar responsabilidade financeira, sancionatória ou reintegratória, a IRF remeteu relatório ao Tribunal de

Contas, nos termos do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2005/M, de 24 de novembro, e da alínea b) do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Nos controlos *ex post* aos projetos cofinanciados pelo FEADER e enquadrados no PRODERAM, verificou-se, de uma forma geral, o cumprimento das normas da legislação regional, nacional e comunitária aplicáveis.

16.2. DIREÇÃO REGIONAL DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

No Decreto Regulamentar Regional 19/2003/M, de 18 de Agosto, estão definidas as competências da Direção Regional de Orçamento e Contabilidade (DROC), nomeadamente, coordenar e superintender a elaboração do orçamento regional, propor medidas normativas de organização, simplificação e uniformização dos serviços e organismos em matéria de contabilidade pública regional, acompanhar e controlar a execução orçamental, elaborar o quadro plurianual do Orçamento da Região, estudar e propor medidas fiscais de carácter normativos no âmbito das competências atribuídas ao Secretário Regional do Plano e Finanças pela Lei de Finanças Regionais ou que decorram da demais legislação em vigor.

A Direção de Serviços de Contabilidade (DSC) é composta pelo Departamento de Controlo da Despesa (DCD) que integra a Seção de Verificação (SVD), a Seção de Autorização para Pagamento (SAP), a Seção de Empreitadas (SE) e a Seção de Controlo e Registo (SCR) e pelo Departamento de Controlo de Vencimentos (DCV), do qual fazem parte as Seções de Vencimentos (SV), de Ajudas de Custo e Horas Extraordinárias (SACHE) e de Controlo de Recibos (SCR).

A DSC manteve os procedimentos de controlo de entradas e de devoluções dos processos de despesa, quando estes não cumpriam os todos os requisitos legais, bem como dos processos de penhoras fiscais e judiciais instaurados a fornecedores, nomeadamente, após a verificação das certidões tributárias, das declarações contributivas e dos documentos de penhoras de suporte à execução do previsto no artigo 22.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2012/M, de 4 de julho, com a emissão dos respetivos recibos de retenção.

A Seção de Empreitadas verificou o cumprimento do regime excecional de liberação das cauções prestadas para garantir a execução de contratos de empreitada de obras públicas e o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário ou cocontratante assume com essa celebração, previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2011/M, de 29 de julho. Nesta seção foram emitidas as guias de retenção diretamente no sítio da Caixa Geral de Aposentações – CGA direta.

O Departamento de Controlo de Vencimentos manteve os procedimentos de controlo das entradas e saídas dos mapas das horas e ajudas de custo, bem como a atualização da legislação específica dos vencimentos, designadamente, a aplicação da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativa à suspensão do pagamento de subsídios de férias e Natal ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e, ou, 14.º meses às pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro, cuja remuneração base mensal seja superior a 1100 €, em cumprimento do definido no artigo 21.º do

referido diploma. Neste departamento, foi igualmente controlada a redução prevista no artigo 32.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, como medida excecional de estabilidade orçamental durante a vigência do PAEF-RAM, relativamente ao pagamento do trabalho extraordinário efetuado pelos trabalhadores.

No decurso do ano 2013, foi revista a orgânica da Direção Regional de Orçamento e Contabilidade, revogando o Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2013/M de 27 de agosto.

Através do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2013/M de 15 de maio, é definida e clarificada a intervenção da Direção Regional de Orçamento e Contabilidade ao nível da fiscalização aos serviços, delimitando a sua atuação neste domínio à propositura de ações de fiscalização orçamental a desenvolver pelas entidades com competências específicas e exclusivas para o efeito, com vista ao efetivo controlo da regularidade das despesas e receitas orçamentais.

17. FUNDOS COMUNITÁRIOS – RAM

17.1. EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

No ano de 2012 a Região continuou a usufruir de verbas resultantes do cofinanciamento dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, no âmbito dos Programas Operacionais Regionais, consubstanciada na intervenção do FEDER (Programa Intervir+) e do FSE (Programa Rumos), do Programa Operacional de Valorização do Território, designadamente no quadro do Eixo IV que atribui a dotação do Fundo de Coesão à RAM e dos Programas de Cooperação (Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III B - Espaço Açores, Madeira e Canária – PIC INTERRE III B – A-M-C e Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias - PCT MAC 2007-2013).

Foram ainda realizadas transferências relativas ao período de programação que decorreu entre 2000 a 2006.

Em termos de execução dos referidos Programas, constata-se a continuação da evolução positiva na absorção dos recursos disponibilizados, traduzida quer pelos níveis de realização física e financeira, quer pelo grau de cumprimento dos objetivos preconizados nos diferentes Programas, havendo, no entanto, necessidade de se proceder à reprogramação dos Programas Operacionais Regionais, justificada pelas alterações socioeconómicas face ao momento de programação que introduziram modificações substantivas nas condições de implementação dos Programas Intervir+ e Rumos.

Nesta sequência foram transferidos para o Eixo II – Emprego e Coesão Social, do Programa Rumos, 10 milhões de euros (dotação FSE), provenientes do Eixo IV – Coesão Territorial e Governação, do Programa Intervir+ (dotação FEDER), bem como ajustamentos financeiros entre Eixos deste Programa.

17.1.1. QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO 2000-2006

FUNDO DE COESÃO II

Relativamente ao Fundo de Coesão II, ainda no contexto do período de programação do QCA III, em que o Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IP-RAM) é o Interlocutor Regional, disponibilizamos informação relativa à sua execução no ano de 2012:

QUADRO 105 – EXECUÇÃO FUNDO DE COESÃO II, 31-12-2012

(euros)

PROGRAMA	2012		Acumulado a 31/12/2012	
	Despesa Pública	Fundo Coesão	Despesa Pública	Fundo Coesão
Fundo de Coesão II	1.753.565,69	1.103.344,00	299.377.599,38	195.725.250,12

Fonte: IDR, IP-RAM

Refira-se que a taxa de execução se situa nos 97,97% o que revela um indicador extremamente positivo.

O ano de 2012 ficou marcado sobretudo pelo encerramento pela Comissão Europeia, de um dos projetos mais emblemáticos, a “Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos da Ilha da Madeira”, da responsabilidade atual da entidade Valor Ambiente, S.A., assim como também pelo trabalho de articulação entre as Autoridades Regionais, Nacionais e Comunitárias no âmbito do processo de análise dos Relatórios Finais dos demais 3 projetos, com destaque para o “Porto do Caniçal” do qual ainda continuamos a aguardar a decisão final da Comissão Europeia sobre o respetivo saldo final.

Do conjunto dos 5 projetos promovidos na Região Autónoma da Madeira, no âmbito do Fundo de Coesão 2000-2006, e dos quatro projetos concluídos e encerrados desde finais de 2011 (todos com um nível de execução acumulada na ordem dos 99 a 101%), no final do ano de 2012 tínhamos um projeto encerrado pela Comissão Europeia, 3 em processo de encerramento e apenas um projeto - “Modernização e Reordenamento do Porto do Funchal” não ter sido possível, por circunstâncias várias, proceder-se ao fecho do processo e submissão do respetivo relatório final para aprovação.

No que diz respeito às transferências efetuadas no ano de 2012, destinadas aos projetos da Região, atingiram o montante total na ordem dos 10,9 milhões de euros de Fundo de Coesão, o qual, em grande medida, resultou da antecipação do pagamento do Saldo Final, autorizada pelas Autoridades Nacionais, para a entidade IGA, S.A. e a entidade Valor Ambiente S.A...

PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA INTERREG III B - ESPAÇO AÇORES-MADEIRA-CANÁRIAS

Este Programa, aprovado pela Decisão da Comissão C (2001) 4015, de 13 de dezembro de 2001 e objeto de três reprogramações, aprovadas pela Comissão Europeia em 2003 (Decisão C (2003) 2586, de 10 de julho), em 2004 (Decisão C (2004) 4130, de 18 de outubro) e em 2006 (Decisão C (2006) 4806, de 5 de outubro) foi efetivamente encerrado no ano 2010, alcançando uma taxa de execução final de 96% facto que o coloca com uma performance muito acima da média dos restantes Programas de Cooperação Territorial.

Importa destacar os 166 projetos cujos Parceiros Regionais beneficiaram de apoio comunitário FEDER através deste Programa e que envolveram áreas, como o Ordenamento do Território, o Desenvolvimento Urbano e Rural, os Transportes e Comunicações, a Sociedade de Informação e

Investigação & Desenvolvimento, a Promoção da Cooperação e a Valorização e Gestão Sustentada dos Recursos Naturais e Culturais.

No ano de 2012, deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido desde o início, pela Autoridade de Pagamento do Programa - Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM - tendo-se analisado um total de 18 Pedidos de Pagamento de Saldo Final, grande parte dos quais foi objeto de pagamento até ao final do ano e representaram um total de 917 mil euros, dos quais foi pago 757 mil euros FEDER aos Chefes de Fila dos projetos (que depois procedem às devidas transferências aos parceiros, incluindo naturalmente os sedeados na RAM), assim como também às entidades gestoras do Programa (no caso dos projetos de Assistência Técnica).

Contrariamente ao que perspectiva a Autoridade de Pagamento, no ano de 2012 não ficaram concluídos todos os processos de pagamento respeitantes ao Programa, pelo facto de não ter sido encerrado o processo de análise do Relatório Final do Programa, por parte da Comissão Europeia, sem o qual esta não procede ao pagamento do respetivo saldo final, pelo que também no ano 2012 não foi transferido qualquer montante para a Autoridade de Pagamento por conta do PIC INTERREG III B.

17.1.2. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013

PROGRAMA INTERVIR+ – PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ECONÓMICO E COESÃO TERRITORIAL DA RAM

O Programa INTERVIR+, cofinanciado pelo FEDER, foi aprovado em 5 de outubro de 2007 através da Decisão da Comissão Europeia C (2007) 4622, concedendo à Região uma comparticipação comunitária, no âmbito deste Fundo, de 320.549 mil euros, montante esse, que já inclui a dotação adicional FEDER para a compensação dos sobrecustos da ultraperificidade de 66.325 mil euros.

Em 2012 procedeu-se a uma segunda reprogramação, aprovada em 10 de dezembro de 2012, através da Decisão da Comissão Europeia C (2012) 9232 que alterou a comparticipação comunitária para 310.549 mil euros. Esta reprogramação traduziu-se na transferência de 10 milhões de euros Fundo do Eixo IV – Coesão Territorial e Governança, do Programa Intervir+, para o Eixo II – Emprego e Coesão Social, do Programa Rumos, justificada pelas alterações socioeconómicas face ao momento de programação dos referidos Programas. No Programa Intervir+ foram ainda feitos ajustamentos financeiros nos Eixos I e III para reforço do Eixo II, em 10 milhões de euros Fundo.

Até 31.12.2012 foram aprovados 1.658 projetos, o que totalizou o montante de 359.703 mil euros, o qual representa 85,6% da despesa pública programada (419.972 mil euros).

Relativamente à execução da despesa pública do Programa Intervir+, em 2012, atingiu 222.844 mil euros, o que corresponde a 53,1% da despesa pública programada.

PROGRAMA RUMOS – PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL DA RAM

O Programa Rumos, cofinanciado pelo FSE, foi aprovado em 26 de outubro de 2007 através da Decisão da Comissão Europeia C (2007) 5334, concedendo à Região uma comparticipação comunitária no âmbito deste fundo de 125.000 mil euros.

Em 2012 procedeu-se a uma segunda reprogramação, aprovada em 17 de dezembro de 2012, através da Decisão da Comissão Europeia C (2012) 9723, alterando a comparticipação comunitária para 135.379 mil euros. Esta reprogramação traduziu-se no reforço de 10 milhões de euros Fundo do Eixo II – Emprego e Coesão Social, provenientes do Eixo IV – Coesão Territorial e Governação, do Programa Intervir+, justificada pelas alterações socioeconómicas face ao momento de programação dos referidos Programas.

Até 31.12.2012 foram aprovados 773 projetos, o que totalizou o montante de 182.942 mil euros, o qual representa 108,2% da despesa pública programada (169.025 mil euros).

A este propósito salienta-se o facto de, desde o início de 2012, o Programa usufruir de um *overbooking*, autorizado por Sua Excelência o Senhor Secretário Regional do Plano e Finanças, no sentido de se garantir o aproveitamento integral dos recursos financeiros disponibilizados, bem como possibilitar a aprovação de um maior número de projetos.

Relativamente à execução da despesa pública do Programa Rumos, em 2012, atingiu 111.948 mil euros, o que corresponde a 66,2% da despesa pública programada.

POVT - PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - EIXO IV REDES E EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

O Programa Operacional Temático da Valorização do Território (POVT) aprovado pela Decisão da Comissão Europeia C (2007) 5110, de 12 de Outubro de 2007, é um instrumento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que contempla a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, no período 2007-2013, concentrado na prossecução das prioridades contidas na Agenda da Valorização do Território. Abrange todo o território do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Em 2012 o Programa foi alvo de uma reprogramação através da aprovação da Decisão C (2012) 9229, de 10 de dezembro, que, no caso da RAM, procedeu à atualização no âmbito de atuação do Eixo IV (Redes e Equipamentos Estruturantes na RAM), em particular ao nível dos objetivos, prioridades e tipologias de intervenção, alterando a programação financeira em resultado do reforço da dotação Fundo de Coesão no montante de 135 milhões de euros, tendo ainda integrado a nova taxa de cofinanciamento de 85% para o referido Eixo.

Com a aprovação do referido reforço financeiro, a dotação total do Eixo da RAM passou para os 235 milhões de euros de Fundo de Coesão, montante que corresponde a 51% do valor fixado na Lei de Meios (265 milhões de euros), tendo ficado acordado entre o Governo Regional da Madeira e o

Governo da República que o valor remanescente (130 milhões de euros) seria atribuído à RAM no próximo período de programação (2014-2020).

No Eixo específico da RAM estão aprovados 3 projetos, os quais representam um montante de Fundo de Coesão comprometido no valor de 55,8 milhões de euros. Destes projetos aprovados, 2 na área dos transportes (Via Expresso ao Porto do Funchal e Infraestruturas do Porto do Porto Santo) e um projeto na área do ambiente (3ª fase do Aterro Sanitário da ETRS da Meia Serra, aprovado no final de 2011), os quais representam um montante de financiamento de Fundo de Coesão comprometido no valor de 55,778 milhões de euros.

A execução acumulada no final do ano de 2012 perfaz os 52,6 milhões de euros, a que corresponde um nível de execução de 80% face à despesa total aprovada neste Eixo específico da RAM.

QUADRO 106 – EXECUÇÃO POVT-Eixo IV, 31-12-2012

(euros)

PROGRAMA	2012		Acumulado a 31/12/2012	
	Despesa Pública	Fundo Coesão	Despesa Pública	Fundo Coesão
POVT - Eixo IV	3.517.544,30	2.989.912,66	52.639.369,31	44.743.463,92

Fonte: IDR, IP-RAM

De referir que no ano de 2012, foram ajustados os montantes de Fundo de Coesão dos projetos aprovados, na sequência do aumento da taxa máxima de financiamento do Eixo IV (de 70% para 85%), que havia sido aprovado através da Decisão C (2011) 9334, de 9 de dezembro.

Ainda no ano de 2012, no mês de dezembro, deu entrada no Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM, uma candidatura de um “Grande Projeto” designada por “Intervenção nos Troços Terminais das Principais Ribeiras do Funchal”, através da qual a Vice-Presidência do Governo Regional, candidata um investimento total de cerca de 80 milhões de euros e um financiamento Fundo de Coesão de 68 milhões de euros.

PCT MAC – PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL MADEIRA AÇORES CANÁRIAS

O Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM, enquanto Interlocutor Regional do Programa, dispõe de informação relativa à execução respeitante aos parceiros da RAM, conforme quadro seguinte:

QUADRO 107 – EXECUÇÃO PCT-MAC (RAM), 31-12-2012

(euros)

PROGRAMA	2012		Acumulado a 31/12/2012	
	Despesa Pública	Fundo Coesão	Despesa Pública	Fundo Coesão
PCT-MAC (RAM)	874.178,96	743.052,12	1.831.793,87	1.557.024,79

Fonte: IDR, IP-RAM

No ano de 2012, o Programa encontrava-se por um lado, numa fase de conclusão dos projetos aprovados na 1.^a convocatória, os quais registaram uma taxa de execução média em torno dos 60%, e, por outro lado, numa fase de lançamento de uma 3.^a convocatória, com uma dotação disponível total no valor de 1,5 milhões de euros, 20% dos quais destinados à RAM. Esta nova convocatória surge numa altura em que as Regiões tentam aproveitar ao máximo os recursos financeiros ainda disponíveis, gerados pela inexecução e desistência de alguns projetos/parceiros.

Apesar da conjuntura económica que a União Europeia atravessa e, muito especialmente, a Região Autónoma da Madeira, verifica-se, com a conclusão desta 3.^a convocatória, que as entidades continuam a fazer um esforço para superar as dificuldades financeiras, apostando no contínuo desenvolvimento de projetos de parceria, nos vários domínios do Programa e inclusivamente, com entidades fora do espaço da União Europeia.

De destacar que, até ao final do ano de 2012, o Interlocutor Regional da Madeira - Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM, validou um volume de despesa no valor de 1,8 milhões de euros (1,5 milhões de euros em termos de Fundo), o qual representou um nível de execução na ordem dos 30% face à despesa total aprovada para a RAM, estando as entidades regionais a ser reembolsadas das respetivas verbas FEDER, correspondendo a uma taxa de apoio de 85%.

Considerando o nível de execução financeira registado até 31-12-2012, a Região superou a meta definida na Regra “n+3”, colocando a Região numa situação confortável face à sua participação e envolvimento no fundo comunitário disponibilizado pela UE para este Programa.

FSUE – FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA

Pela Decisão da Comissão Europeia C (2010) 9758, de 13 de janeiro de 2011, foi disponibilizada uma dotação de 31.255.790 euros de ajuda do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), destinada a financiar os prejuízos decorrentes do temporal de 20 de fevereiro de 2010.

Foram apoiadas pelo FSUE um total de 47 intervenções: 33 da responsabilidade da extinta Secretaria Regional do Equipamento Social (entidade mais representativa em número de intervenções apoiadas e volume de ajuda financeira com 76% da ajuda paga), 12 intervenções da responsabilidade da entidade EEM, S. A., 1 intervenção da entidade APRAM, S.A. e 1 intervenção da entidade IHM, EPE.

De acordo com os dados constantes no Relatório Final da Subvenção FSUE, preparado pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM, no mês de maio de 2012 e remetido pelas Autoridades Portuguesas à Comissão Europeia no mês de setembro do mesmo ano, verificou-se uma grande aproximação entre os montantes executados e pagos e os inicialmente previstos, conforme se sintetiza no quadro seguinte:

QUADRO 108 – EXECUÇÃO PCT-MAC (RAM), 31-12-2012

(mil euros)

Programado/ Transferido	Aprovado	Executado	Pago	Taxa de Execução
31.255,79	34.287,17	34.212,96	31.408,55	100%

Fonte: IDR, IP-RAM

De sublinhar que o montante total aprovado ultrapassa em 9,7% o montante total de ajuda concedida (34.287.170/31.255.790) para se garantir uma margem de segurança no caso de surgirem eventuais despesas não elegíveis em futuras missões de controlo.

17.2. CONTROLOS REALIZADOS EM 2012

17.2.1. PO INTERVIR+ - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ECONÓMICO E COESÃO TERRITORIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Nos termos do contrato de delegação de competências celebrado entre o IDR, IP-RAM e o IDE, IP-RAM, ao abrigo do n.º 1, do artigo 42º, do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, a Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ supervisiona as verificações administrativas e no local realizadas pelo Organismo Intermédio, visando obter garantias suficientes de que este desempenha eficazmente as funções que lhe foram delegadas.

No que concerne à supervisão do ano 2012, o procedimento de contratação de auditores externos para a realização da referida supervisão anual, sofreu um atraso significativo devido à tardia obtenção dos necessários pareceres prévios das entidades regionais responsáveis pelas áreas da Administração Pública e pelas Finanças, encontrando-se em finais de 2012, em fase de adjudicação e posterior celebração de contrato, pelo que só a partir de janeiro de 2013 se encontrarão reunidos os pressupostos para que a AG possa dar início à respetiva supervisão em conformidade com o estipulado no Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Intervir+.

17.2.2. PO RUMOS - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Nos termos dos contratos de delegação estabelecidos, ao abrigo do n.º 1, do artigo 42º, do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, com a Direção Regional de Qualificação Profissional (OI) e com o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM (OREPP), e a fim de obter garantias suficientes de que aqueles organismos desempenham eficazmente as funções que lhes foram delegadas, ainda no primeiro semestre do ano de 2012 foi iniciado o procedimento de contratação de auditores externos para a realização da referida supervisão anual, em conformidade com o estipulado na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Rumos e no Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Rumos.

No entanto, e face ao atraso significativo ocorrido na tardia obtenção dos necessários pareceres prévios das entidades regionais responsáveis pelas áreas da Administração Pública e Finanças, o procedimento de contratação em finais de 2012, encontrava-se em fase de adjudicação e posterior celebração de contrato, pelo que só a partir de janeiro de 2013 se encontrarão reunidos os pressupostos para que a AG possa dar início às respetivas supervisões (OI-DRQP e OREPP-IEM).

17.3. VERIFICAÇÕES NO ÂMBITO DO ARTIGO 13.º DO REGULAMENTO N.º 1828/2006 NO ANO 2011

17.3.1. PO INTERVIR+ - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006

De acordo com as competências atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), enquanto Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais da RAM, compete designadamente, exercer as verificações no local, no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM, designado por Programa Intervir+, quanto às operações aprovadas no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), nas tipologias de investimento que não foram delegadas, exercendo ainda a supervisão do Organismo Intermédio relativamente às funções delegadas.

Assim e no âmbito das verificações no local de operações singulares que não se encontram delegadas, as mesmas são exercidas pela Autoridade de Gestão (AG), através do Núcleo de Controlo (NC).

Parte destas funções se encontram delegadas no Organismo Intermédio, mediante acordo escrito, concretamente, com o IDE, IP-RAM, sendo que o resultado das verificações de gestão realizadas neste âmbito pelo OI, deverá ser periodicamente reportado à AG.

Relativamente às verificações no local não delegadas, a Autoridade de Gestão tem efetuado um acompanhamento do grau de execução financeira das operações aprovadas, através dos mapas de monitorização do Programa Intervir+, tendo-se efetuado no corrente ano 5 verificações no local, que foram concluídas com emissão da respetiva decisão final em 2012, de acordo com o exposto no quadro que se segue:

QUADRO 109 – VERIFICAÇÕES NO LOCAL REALIZADAS NO ANO 2012

(euros)

Eixo	Designação	Nº de Operações	Despesa executada nas operações selecionadas à data das verificações	Montantes Verificados	Taxa Verificada
I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	1	1.327.122	1.127.477	85%
II	Competitividade da Base Económica Regional	1	1.239.020	1.004.730	81%
III	Desenvolvimento Sustentável	1	687.784	652.628	95%
IV	Coesão Territorial e Governação	2	1.713.572	1.623.055	95%
TOTAL		5	4.967.498	4.407.890	89%

Fonte: IDR, IP-RAM

No que concerne ao total das 26 verificações no local efetuadas no período 2009-2012, a despesa verificada na totalidade atingiu o montante de 52.961.315 euros, o que representou 89% dos pedidos de reembolsos selecionados e 29% do total da execução acumulada até 31-12-2012, no montante de 183.696.490 euros (excluída a despesa executada pelo OI), conforme se demonstra no quadro seguinte:

QUADRO 110 - VERIFICAÇÕES NO LOCAL REALIZADAS NO PERÍODO DE 2009-2011 – AG

(euros)

Eixo	Designação	Nº de Operações	Execução Acumulada*	Montantes Verificados	Taxa Verificada
I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	5	10.226.809	2.039.098	20%
II	Competitividade da Base Económica Regional	4	34.125.393	9.599.264	28%
III	Desenvolvimento Sustentável	4	24.166.808	1.903.690	8%
IV	Coesão Territorial e Governação	10	70.836.954	17.238.615	24%
V	Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	2	41.488.588	21.446.840	52%
VI	Assistência Técnica	1	2.851.939	733.808	26%
TOTAL		26	183.696.491	52.961.315	29%

*Esta execução corresponde à execução das tipologias de intervenção não delegadas no OI

Fonte: IDR, IP-RAM

17.3.2. PO RUMOS - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006

De acordo com as competências atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM – IDR, enquanto Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais da RAM, compete designadamente, proceder às verificações de gestão quanto às operações aprovadas no Fundo Social Europeu (FSE), no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM, designado por Programa Rumos, encontrando-se parte destas funções delegadas nos Organismos Intermédios (OI), mediante acordo escrito, concretamente, com a Direção Regional de Qualificação Profissional, no que se refere ao Eixo I e com o Instituto de Emprego da Madeira, I.P. – RAM, para o Eixo II.

Assim, e no âmbito das verificações no local que não se encontram delegadas, as mesmas são exercidas pela AG, tendo por base as orientações emanadas pela Autoridade de Certificação – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, IP (IGFSE), que consistiram em que o esforço mínimo de verificação da despesa deveria corresponder a 10% do total da despesa incluída nos pedidos de reembolso que sustentam a despesa certificada por aquele organismo à Comissão Europeia, devendo corresponder metade a cada uma das verificações de gestão – administrativas e no local.

Neste sentido, e de acordo com o Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Rumos, relativamente às verificações no local não delegadas, a Autoridade de Gestão procedeu à seleção das operações a verificar no local, cujos montantes verificados corresponderam a uma amostra representativa de pelo menos 30% dos pedidos de reembolso selecionados, conforme se demonstra no quadro seguinte:

QUADRO 111 - VERIFICAÇÕES NO LOCAL NO ANO 2012 PELA AG

(euros)				
Designação	N.º de Operações	Despesa Executada nos Pedidos de Reembolso/Saldo Selecionados	Montantes Verificados	Taxa Verificada
Eixo I - Educação e Formação	25	2.115.615	1.054.830	50%
Eixo II - Emprego	1	192.940	79.583	41%
TOTAL	26	2.308.555	1.134.413	49%

Fonte: IDR, IP-RAM

No que concerne ao total das 150 verificações no local efetuadas no período 2008-2012, pela Autoridade de Gestão, a despesa verificada na totalidade atingiu o montante de 8.384.369 euros, o que representa 8% da execução acumulada até 31 de dezembro de 2012, excluindo a execução relativa às Tipologias de Operação delegadas no IEM (na qualidade de OREPP), no montante de 107.090.238 euros, conforme se demonstra no quadro seguinte:

QUADRO 112 - VERIFICAÇÕES NO LOCAL 2008-2012 AG

(euros)				
Designação	N.º de Operações	Execução Acumulada*	Montantes Verificados*	Taxa Verificada
Eixo I - Educação e Formação	130	77.079.532	5.241.127	7%
Eixo II - Emprego	17	28.280.592	2.912.711	10%
Eixo III - Assistência Técnica	3	1.730.114	230.530	13%
TOTAL	150	107.090.238	8.384.368	8%

* Os dados e os valores referem-se à execução e às verificações no local realizadas pela AG, não incluindo os montantes de execução e de verificações no local cujas tipologias de Operações se encontram delegadas no IEM na qualidade de OREPP

Fonte: IDR, IP-RAM

17.3.3. POVT - VERIFICAÇÕES NO LOCAL DE OPERAÇÕES SINGULARES, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006

De acordo com as competências delegadas no Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM – IDR, enquanto Organismo Intermédio responsável pela subvenção global do Eixo Prioritário IV designado de “Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira”, do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), cofinanciado pelo Fundo de Coesão na Região Autónoma da Madeira, compete designadamente exercer as verificações no local quanto às operações aprovadas naquele âmbito.

Assim, as verificações no local são exercidas pelo IDR, IP-RAM (OI), sendo que, no entanto, no ano de 2012 não foi efetuada qualquer verificação no local.

17.3.4. PCT-MAC 2008-2013 - VERIFICAÇÕES FÍSICAS, NO ÂMBITO DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1828/2006

Em cumprimento com o estabelecido no artigo 13º, do Regulamento (CE) nº 1828/2006 da Comissão, de 8 de dezembro, o IDR, IP-RAM, como Interlocutor Regional da Madeira no Programa PCT MAC 2007-2013, desenvolve tarefas de controlo através de verificações físicas no local aos projetos em que participam parceiros da Região Autónoma da Madeira.

Para tal, recorre a uma amostra de projetos com despesas em infraestruturas e equipamentos, visto serem estas que exigem verificações *in situ*, em conformidade com o estabelecido pela Autoridade de Gestão do Programa e o Sistema de Gestão e Controlo. Com base nessas verificações é possível

comprovar a execução real dos trabalhos e a entrega dos bens e serviços, por forma a garantir que correspondem ao que consta nos respetivos documentos justificativos apresentados para validação e subsequente participação mas também para aferir se as infraestruturas e equipamentos verificados se enquadram e cumprem com os objetivos previstos nos respetivos projetos aprovados nos Comités de Gestão do Programa.

Neste sentido, com a entrada em funcionamento do módulo “Verificações Físicas In Situ”, na Plataforma informática do Programa, os técnicos do IDR, IP-RAM, realizam as tarefas de determinação das amostras de projetos com despesa validada em equipamentos e infraestruturas, a verificar no local, bem como, a respetiva visita e verificação da execução material dos projetos.

Até finais de 2012, o Interlocutor Regional da Madeira procedeu a um total de 44 verificações “In Situ” que envolveram visitas a 13 diferentes parceiros regionais e uma despesa total verificada de cerca de 465 mil euros.

Os resultados das verificações efetuadas no local pelo Interlocutor Regional da Madeira revelaram-se positivas, sobretudo pela proximidade que permitiram aos responsáveis pela execução dos projetos e suas equipas, e também porque permitiram constatar, in loco, o resultado do trabalho realizado e o andamento dos projetos, possibilitando também aconselhar e recomendar os intervenientes para os procedimentos a cumprir e para os principais problemas e dúvidas existentes.

18. CONCLUSÃO

A execução orçamental em 2012 ficou marcada pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, com a imposição de medidas de sustentabilidade das finanças públicas, consubstanciando-se com a substituição de dívida comercial em parte por dívida financeira.

No âmbito da promoção de maior controlo, responsabilização e acompanhamento das contas públicas, foram aplicadas em 2012 as novas regras para a assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, incluindo as entidades públicas reclassificadas, previstas na lei do enquadramento orçamental.

Ao longo de 2012 foram implementados procedimentos tendo em consideração o controlo e registo dos encargos plurianuais e da dívida e, de um modo geral, da qualidade da informação orçamental através da criação de unidades de gestão e de sistemas integrados de gestão financeira e orçamental.

Dada a conjuntura de recessão económica regional e nacional caracterizada pela escassez de liquidez associada à imposição de medidas altamente restritivas, a Região Autónoma da Madeira ficou com pouca margem para impor na sua plenitude os planos de crescimento económico com vista a alavancar os setores económicos mais fragilizados. Neste sentido, foram implementados um conjunto de diferentes programas de apoio ao funcionamento empresarial e ao incentivo à criação do próprio emprego no âmbito do empreendedorismo, com a preocupação de aumento da competitividade e modernização do setor empresarial regional, numa vertente de equilíbrio entre coesão social, qualidade ambiental e competitividade.

É de relevar neste cenário difícil o esforço realizado ao nível de políticas públicas, tendencialmente mais eficazes e incisivas, com vista ao desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso e o esforço mantido ao nível da promoção dos principais setores de desenvolvimento regional.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
ALM	Assembleia Legislativa da Madeira
BCE	Banco Central Europeu
CE	Comissão Europeia
CGA	Caixa Geral de Aposentações
DGCI	Direção Geral de Contribuições e Impostos
FBCF	Formação bruta de capital fixo
IABA	Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas
IDT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
IP	Investimentos do Plano
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas
IRS	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
IS	Imposto do selo
ISP	Imposto sobre produtos petrolíferos
ISV	Imposto sobre veículos
IT	Imposto sobre o tabaco
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
OE	Orçamento do Estado
OFN	Orçamento de Funcionamento Normal
ORAM	Orçamento da Região Autónoma da Madeira
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
PDE	Procedimento dos Deficits Excessivos

PDES	Plano de Desenvolvimento Económico e Social
PEC	Programas de Estabilidade e Crescimento
PIB pc	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAR	Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional
p.p.	Pontos percentuais
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAM	Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SRA	Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais
SRAS	Secretaria Regional dos Assuntos Sociais
SRE	Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos
SRES	Secretaria Regional do Equipamento Social
SRF	Secretaria Regional do Plano e Finanças
SRRH	Secretaria Regional dos Recursos Humanos
SRT	Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes
UE	União Europeia
VAB	Valor acrescentado bruto
VP	Vice-Presidência do Governo Regional

FICHA TÉCNICA

<i>Título</i>	<i>Conta da Região Autónoma da Madeira: ano económico de 2012</i>
<i>Autor</i>	Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Plano e Finanças
<i>Local</i>	Funchal
<i>Edição</i>	Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade
<i>Data</i>	junho de 2013
<i>Impressão</i>	Direção Regional de Orçamento e Contabilidade
<i>Capa</i>	DROC, 2013
<i>Depósito legal</i>	345228/12
<i>ISBN-13</i>	978-989-97743-5-3 (documento eletrónico)
	DROC, 2013



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL